

DR. SILVA CALDAS ABSOLVEU O "D.L."

NÃO É PROIBIDO CRITICAR A POLÍCIA

O director e o ex-director adjunto do «Diário de Lisboa», dr. António Ruella Ramos e José Cardoso Pires, foram ontem absolvidos no Tribunal da Boa-Hora. O Tribunal considerou não-provado o crime de abuso de liberdade de Imprensa que a acusação pretendia existir sob a forma de um artigo publicado no nosso jornal (edição de 23/1/76), da autoria de Cardoso Pires, e que continha um alerta para a acção da P. S. P. por ocasião da greve do comércio retalhista (21/1/76).

O desfecho deste julgamento que concitou as atenções

da Imprensa nacional e estrangeira, e levou o público a encher, ao longo de todas as sessões, a pequena sala de audiências do 1.º Juízo Criminal, representa o termo de uma breve etapa na luta pela liberdade de expressão neste país. Uma luta que data dos tempos da repressão fascista, e que não terminou com o 25 de Abril em Portugal. Mais processos, contra o «D. L.» e outros jornais progressistas, aguardam que o Tribunal marque datas de julgamento.

Entretanto, a leitura da sentença, ontem, pelo juiz dr. Carlos Silva Caldas, foi elucidati-

va, de que, apesar de tudo, algo mudou. Para além do desfecho — resultado da aplicação correcta da lei — importa lembrar que a magistratura portuguesa deu publicamente um magnífico exemplo de independência do poder político, impossível de imaginar algum tempo antes, neste mesmo país.

Importa ainda referir a não-intervenção do delegado do Ministério Público. Com efeito, a posição de aparente passividade do dr. Bettencourt Faria, no decorrer das várias audiências, foi geralmente interpretada pelo auditório como

a única posição coerente da parte de quem se interessou, como o próprio juiz pela dignificação do Tribunal no julgamento de um falso crime.

Por outro lado, a actuação dos advogados de defesa, drs. José Carlos Vasconcelos e Jorge Sampaio, deve ser tomada como uma defesa, que, aproveitando directamente aos réus e ao «Diário de Lisboa» constituiu no entanto a defesa da liberdade da Informação em Portugal e só neste contexto pode ser devidamente avaliada.

Ver a sentença na pág. 2

Vasco Lourenço
em Beiroas

**QUEM DEFENDE
AS ARMAS
DEFENDE
O POVO**

«Os regimes totalitários e fascistas só se mantêm pela força porque são fracos. A força bruta só aproveita a extremos altamente reacçãoários. O insulto só vem de quem não tem outros argumentos e daqueles a quem a raiva sufoca por não perdoarem a perda dos seus privilégios» afirmou o comandante da Região Militar de Lisboa, brigadeiro Vasco Lourenço esta manhã, durante a sua visita ao Depósito de Material de Guerra, em Beiroas. Vasco Lourenço, acompanhado pelo 2.º comandante da RML, pelo seu ajudante de campo, capitão Clemente e por vários oficiais do seu Estado-Maior foi acolhido naquele local pelo comandante daquela unidade, coronel João Joaquim de Oliveira o qual após ter agradecido a presença do brigadeiro Vasco Lourenço salientou ter sido aquela unidade alvo, ao longo do processo político, iniciado em 25 de Abril 1974, dos interesses partidários «de forças de todos os quadrantes políticos».

Por sua vez, Vasco Lourenço após ter salientado a importância do Depósito de Material de Guerra como «objectivo táctico militar dado aqui se encontrarem armazenados todos os tipos de armas e em

Continua na pág. 20



O nosso director, dr. António Ruella Ramos, e o escritor José Cardoso Pires, que foi director-adjunto do «DL» até Janeiro deste ano, quando ouviam ontem a leitura da sentença na Boa-Hora



Soldados de Infantaria em progressão no acidente da serra de Aire.

TROPA DO CENTRO FEZ MANOBRAS

(Pág. 4)

"BICA" MAIS CARA

A «bica» passou hoje a custar 3550 ao balcão, enquanto os preços do café consumido nas mesas e nas esplanadas são 4550 e 6500, respectivamente.

A portaria que estabelece os novos preços — n.º 211/76, de 8 de Abril — foi hoje publicada no «Diário do Governo», I Série, n.º 84. O diploma refere que es-

tes são os preços-máximos do café-bebida.

Entretanto, o preço máximo do copo de leite passará a constar de tabelas aprovadas pela Direcção-Geral do Turismo e ela. Di-
recção-Geral do Comércio Alimentar, mantendo-se, até à data da publicação das novas tabelas, o que está em vigor.

HUA KUO-FENG: NÚMERO 2 NA HIERARQUIA CHINESA

(Pág. 13)

24 PÁGINAS

INQUÉRITO EM PARIS FAZ SUSPENDER DOIS EMBAIXADORES

Na sequência de um inquérito relacionado com algumas queixas que chegaram ao Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a actuação dos funcionários do Consulado de Portugal em Paris de 1962 até à Revolução de Abril, foram suspensos das funções que exerciam durante o período de 90 dias (terminado o qual a sua situação terá de ser definida) os srs. dr. Coelho Lopes, actual embaixador de Portugal em Pretória, dr. António Bártolo, actual embaixador de Portugal em Varsóvia, dr. Ribeiro de Menezes, encarregado de negócios em Da-

kar, dr. Rui de Brito e Cunha, chefe interino do protocolo do Estado, dr. Meira Ferreira, dr. Rebelo de Andrade, dr. Serpa Neves, dr. Filipe de Albuquerque, dr. Pedro Pinto e dois funcionários assalariados do Consulado.

O inquérito, cujo início teve lugar no final do III Governo Provisório, foi levado a cabo por um magistrado do Ministério da Justiça que nele interferiu a pedido do dr. Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros. O referido magistrado dr. Waldemar Andrade, esteve 10 meses em Paris e apresentou o seu

relatório há cerca de três meses, tendo a suspensão, que reveste a natureza de uma providência cautelar, sido ordenada no fim da semana passada.

Não tem qualquer fundamento a notícia divulgada hoje por um semanário de que o embaixador Calvet de Magalhães esteja incluído na lista dos funcionários suspensos. A inclusão do nome do dr. Feytor Pinto nesta lista deve atribuir-se também a uma confusão estabelecida entre o nome do antigo director-geral da Informação e Turismo e o do dr. Pedro Pinto.

Nacional

O «Diário de Lisboa» publica a seguir na íntegra a parte substancial da sentença ontem proferida pelo juiz dr. Carlos da Silva Caldas no processo em que eram réus José Cardoso Pires e o dr. Ruella Ramos.

Vale a pena lê-la: constitui jurisprudência do maior interesse sobre os direitos e deveres da Imprensa em democracia e face ao poder constituído.

É uma sentença que, pelos seus considerandos, honra a magistratura portuguesa, que com ela contribui para consolidar a liberdade de expressão que não desejamos nunca mais perder.

No dia 23 de Janeiro do ano corrente, no jornal «Diário de Lisboa» de que o primeiro réu é director e o segundo era, na altura, director-adjunto, foi publicado o artigo constante de fls. 3, da autoria deste último com o conhecimento prévio e consentimento do primeiro.

No referido artigo criticou-se determinada actuação da P. S. P., no dia 21 de Janeiro de 1976, em Lisboa, utilizando as seguintes frases: — «cabe-rá averiguar se a resposta da P. S. P., com os desastres que a caracterizaram em prejuízo de pessoas e de prestígio político foi moral e operacionalmente correcto, ou se, pelo contrário, traduz um retorno à lei selvagem do fascismo», «o abuso por violência que caracterizou a acção daquelas forças de segurança e o espectáculo de terror deliberado que representou», «comportamento exaltado e provocatório dos agentes daquela corporação», e «o que se passou na «baixa» é um «bash back» da ordem fascista do Estado Novo e pode interpretar-se, por natural alarme como a recuperação de uma imagem policial que até aqui estaria depositada em conveniente estado de hibernação» — as quais objectivamente, contumeliam com a reputação, o bom nome, a dignidade e o prestígio dum P. S. P. defensora dos princípios democráticos do Estado, sendo manifesta intenção dos réus de, por este modo, ofender aquela corporação.

Imputa-se aos réus a prática de um crime de abuso de liberdade de Imprensa, previsto e punido nos Art.ºs 411, 410 e 407 do Código Penal e 25, n.ºs 1 e 2, 26, n.º 2, al. a) e 27 do Dec.-Lei 85-C) 75, de 26 de Fevereiro, sendo o primeiro réu cúmplice e o segundo autor material da infracção.

Defendem-se os réus pela forma expressa nas contestações ora apresentadas e cujo teor aqui se dá por inteiramente reproduzido.

Mantém-se a regularidade da instância.

Procedeu-se a julgamento e discutida a causa, há provas, sem margem para dúvidas, os factos seguintes:

No dia 23 de Janeiro de 1976 o jornal «Diário de Lisboa» publicou, na sua página 7, o artigo fotocopiado a folhas 3 dos autos com o título «P. S. P. anteontem. Um tiro pela culatra».

O autor do citado artigo foi o réu José Augusto Cardoso Pires, que era, então, director-adjunto do jornal e a publicação daquele, fez-se com o conhecimento e consentimento do réu António Pedro Ruella Ramos, director do mesmo órgão de informação.

As frases, entre aspas referidas na acusação, fazem parte do texto do artigo em causa.

Provado está também que no dia 21 de Janeiro de 1976 graves incidentes ocorreram na «baixa» de Lisboa, nomeadamente perto da 8.ª esquadra da P. S. P.

Os referidos incidentes tiveram como causa uma anúncio da paralisação de trabalho do comércio retalhista do distrito de Lisboa.

Sobre os incidentes e, nomeadamente em relação à acção inquirida em relação à ac-

tuação da P. S. P. foi ordenado e feito um inquérito (junto aos autos) de cujas conclusões se vê terem ficado feridas várias pessoas, e ter morrido um civil.

Afirma-se também nessas conclusões que foram utilizadas armas de fogo por parte de alguns agentes da P. S. P. e ter havido actuação menos correcta de alguns policiais que não mantiveram a serenidade indispensável.

Um fotógrafo do «Diário de Lisboa» foi preso no decurso dos incidentes verificados e um outro agredido por um agente da P. S. P.

O réu Ruella Ramos, na qualidade de director do «Diário de Lisboa» comunicou, por ofício, ao senhor ministro da Administração Interna a prisão de um repórter do jornal e a agressão de que o outro foi alvo por parte da P. S. P.

Nesse ofício se pedia, uma investigação rigorosa sobre os factos ocorridos e sobre a actuação da P. S. P.

Os repórteres referidos acima, relataram depois no jornal o que haviam presenciado aos réus Cardoso Pires e Ruella Ramos.

Em face dos factos acima apontados há que decidir se o réu Cardoso Pires se constituiu autor do crime que lhe é imputado ou, até, do de difamação através da imprensa e se o réu Ruella Ramos é cúmplice do mesmo nos termos previstos na lei de imprensa.

Serão as frases destacadas pela acusação do artigo já citado, ofensivas para a P. S. P. como corporação e, sendo-o por hipótese, teria tido o seu autor a intenção de injuriar ou difamar aquela?

Segundo se dispõe no Art. 407 do Código Penal, haverá difamação se alguém imputar a outrem um facto ofensivo da sua honra e consideração ou se reproduzir a imputação.

Não se imputando facto determinado a outrem mas ofendendo-o por gestos de viva voz ou por desenho ou escrito publicado; haverá injúria, conforme se vê do Art. 410 do Código Penal.

As penas para os crimes de injúria ou difamação serão agravados nos termos do Art. 411 do mesmo diploma legal quando aqueles forem cometidos contra corporação que exerça autoridade pública.

Os mesmos crimes terão punição agravada nos termos do Art. 25 do Dec.-Lei 85 C) 75 (Lei de Imprensa) se forem cometidos através da imprensa. Ainda segundo o n.º 9 do Art. 28 do mesmo Dec.-Lei se pune a publicação por simples negligência de factos injuriosos ou difamatórios se eles não forem provados nos termos dos n.ºs 1 e 2 do mesmo preceito.

Não basta, porém, para que se verifique a existência de algum dos crimes referidos a materialidade dos factos, isto é, a imputação a outrem de ter praticado algo ofensivo da sua honra e consideração ou o ter objectivamente, ofendido alguém através de algum dos modos previstos pelo citado Art. 410 do Código Penal.

Com efeito, além dos actos materiais praticados é necessário atender também, às circunstâncias que rodearam

“DIÁRIO DE LISBOA” ABSOLVIDO NA BOA HORA

Uma sentença que honra a história do jornalismo em Portugal

aqueles, à intenção do agente e fim que teve em vista. Quer dizer que, para além da existência dos elementos objectivos ou materiais daqueles crimes é necessário que haja da parte do agente a intenção de difamar ou injuriar, de ter querido ofender a honra, consideração ou reputação de outrem. (Neste sentido e quanto ao crime de difamação, entre outros, o Acórdão da Rel. de Lisboa, de 9/5/56, in Jur. das Relações, 2.º, 520).

O agente, ao praticar os factos que, prima facie, parecem integrar difamação ou injúria, pode ter agido com a intenção de corrigir ou criticar (animus corrigendi ou criticandi) de descrever um facto (animus narrandi) de aconselhar alguém (animus consulendi) de se defender (animus defendendi), etc.

Certo é outrossim, que estas diversas intenções apontadas e muitas outras semelhantes só por si não excluem que o agente tivesse além disso a intenção de difamar ou injuriar.

Contudo se o autor actuou tendo como intenção primeira e primordial alguma daquelas deve, em princípio afastar-se o propósito de provocar injúrias ou difamar.

De referir ainda que o agente pode ter agido sem animus difamandi ou injuriandi, mas a sua conduta ser de tal modo inconsiderada e negligente que efectivamente o que fez ou disse ou escreveu se apresenta objectivamente como difamatório ou injurioso o que ele tinha a obrigação de prever e não previu.

As considerações expostas aliás sucintamente têm um interesse não despreciando ao ter que apreciar condutas que, indiciariamente se podem apresentar como integrando injúria ou difamação cometidas através da imprensa.

Não haverá autêntico jornalismo se além de se publicarem notícias objectivas e sem comentários não existir a liberdade para quem escreve na Imprensa de poder criticar comportamentos e afirmações, de discutir opiniões, de discordar, seja de quem for, de denunciar abusos ou prepotências, de aconselhar, de prevenir, até, perigos inteiros que possam advir para a colectividade devido ao comportamento de pessoas ou instituições públicas ou privadas.

Em democracia autêntica o Governo, os organismos públi-

Em democracia autêntica o Governo, os organismos públicos e os seus agentes não são imunes a críticas livres nem gozam do privilégio de essas críticas serem proibidas à Imprensa

cos e os seus agentes não são imunes a críticas livres nem gozam do privilégio de essas críticas serem proibidas à imprensa.

Como se diz no aliás sucinto preâmbulo do Dec.-Lei 85 C) 75 «a partir de 25 de Abril a liberdade de imprensa deixou de ser uma aspiração dos jornalistas e homens de letras... para passar a ser uma realidade efectiva». E, mais adiante: «Esta Lei... vem agora institucionalizar em todos os seus aspectos a liberdade de expressão de pensamento pela Imprensa».

No Art. 1, n.º 1 da Lei de Imprensa diz-se: «A liberdade de

expressão de pensamento pela Imprensa... a uma informação livre e pluralista, é essencial à prática da democracia, à defesa da paz e ao progresso político, social e económico do País.»

Com relevância se destaca o consignado no n.º 3 do Art. 4 dessa Lei: «É lícita a discussão e crítica de doutrinas políticas sociais e religiosas, das leis e dos actos dos órgãos de soberania e da administração pública bem como do comportamento dos seus agentes desde que se efectue com respeito pela presente lei.»

Ociosos será frizar-se que as liberdades para quem escreve na imprensa, referidas no Dec.-lei citado, não são de molde a permitir que se possa injuriar ou difamar seja quem for, pessoa pública ou privada.

O próprio acto de escrever para o público obriga a quem o faz a ser ponderado e a pensar no efeito, até emotivo que as suas palavras irão ter junto de quem as ler.

Maior se configura a responsabilidade de quem escreve para o grande público, narrando, interpretando ou criticando um acontecimento do que a daquele que apenas fala sobre o mesmo. Como diziam os antigos «verba volent, scripta manent».

Finda que foi, porém, uma vexante e inibidora censura prévia há que acreditar que a melhor censura de imprensa, numa sociedade livre, será aquela que cada um dos que têm a honrosa e difícil missão de escrever para o grande público saiba exercer sobre si próprio ao comunicar com este através dum jornal.

Aqui chegados resta-nos, em síntese, apurar se as frases destacadas pela acusação do artigo na mesma referência são ou não ofensivas, objectivamente, para a P. S. P., corporação, e se por hipótese, sendo-o, o seu autor teve a intenção de injuriar ou difamar aquela.

Na análise a fazer haverá que apreciar, não apenas, as frases destacadas e soltas mas sim integradas no seu contexto. Com efeito, procedendo de outro modo, corre-se o risco de tirar conclusões simplistas e erradas pois bem sabido é o quanto pode ser enganoso o sentido das palavras quando lidas e interpretadas isoladamente.

Com isto se quer dizer que enquanto a acusação destacasse, «recortou», de um artigo

e esta faz-se, unicamente, através de dados objectivos do comportamento daquele ou deste resultantes.

Por outro lado a convicção do juiz sobre a verdade de determinados factos sujeitos à sua apreciação tem de basear-se na sua consciência, livre de quaisquer preconceitos, mas escudada numa factualidade objectiva.

Lendo-se a primeira frase realçada na acusação verifica-se ser ela uma pergunta legítima e pertinente em face dos acontecimentos e incidentes ocorridos na antevéspera na «baixa» lisboeta, qual é a de saber se a resposta (a actuação) da P. S. P. naqueles foi a correcta ou se, pelo contrário, se traduziu num retorno ao estado quo ante 25 de Abril.

A questão posta, por outro lado, logicamente leva à con-

O seu autor... faz a sua crítica não com a intenção de atacar a P. S. P. mas sim para alertar sobre o perigo de actuações daquele género que em nada podem beneficiar a imagem que todos nós pretendemos seja a daquela corporação.

clusão de que o réu Cardoso Pires não toma posição e admite, até, a primeira hipótese.

Demonstra-se também a preocupação do autor, válida em face da actuação da P. S. P. e revela-se o temor de que esta passe a actuar como, por vezes, o fazia antes do dia que abriu lidimas esperanças de uma vida nova e mais livre e justa para a sociedade portuguesa.

Afirma-se depois, que houve por parte das forças de segurança (policiais, entenda-se) abuso por violência na sua acção e que esta representou um espectáculo de terror deliberado e, completando esta afirmação, acrescenta-se que, por parte dos agentes da P. S. P. houve um comportamento exaltado e provocatório.

Em relação a esta parte do artigo, destacada pela acusação, é nítido que o seu autor envolve na crítica não a P. S. P. corporação mas antes agentes da mesma.

Que tal crítica não é feita de ânimo leve e sem bases revela-o o próprio inquérito feito por um oficial da P. S. P.

Por outro lado, o réu, ao escrever o que escreveu, fê-lo depois de ouvir o relato dos incidentes e de ter visto as fotografias, algumas das quais publicadas no jornal em que escrevia.

O réu, no uso da sua liberdade de crítica (Art. 4, n.º 3 da Lei de Imprensa) verbera o comportamento de agentes policiais e interpreta-o, como era seu direito, considerando que houve um espectáculo de terror deliberado.

Mesmo numa apreciação objectiva não se vê, apesar do calor das palavras, que se pretenda atacar a P. S. P. como corporação mas sim e apenas o que se considerou mau comportamento de policiais no exercício das suas funções.

Por último relembra-se no artigo a P. S. P. de antes do 25 de Abril, fala-se na importância do ocorrido e a insegurança a que induz afirmando-se — última frase destacada pela acusação — «que o que se passou na «baixa» foi um flash back da ordem fascista do Estado Novo» e conti-

nua-se — o que a acusação não reproduziu — poder interpretar-se, com alarme, como a recuperação de uma imagem política que até agora estaria depositada em estado de hibernação.

Quer dizer o autor, usando uma expressão de língua inglesa, usada em cinematografia, pretende dizer-nos que a actuação da polícia naqueles incidentes concretos e não por sistema nos deu uma imagem do passado, manifestando por isso a sua apreensão.

Após esta análise parcelar do artigo nos pontos focados pela acusação, resta apreciá-lo no seu todo e, fazendo-o o que se conclui é que o seu autor, em face de ocorrências graves em que intervieram forças policiais que não tiveram (pelo menos alguns dos seus membros) um comportamento correcto e

não mantiveram a calma indispensável (relatório de fls. 27 a 41) faz a sua crítica não com intenção de atacar a P. S. P. mas sim para alertar sobre o perigo de actuações daquele género que em nada podem beneficiar a imagem que todos nós pretendemos seja a daquela corporação.

O protesto do jornalista e escritor não é feito de forma indiscriminada em relação a toda a P. S. P. e a toda a sua actuação mas sim e apenas em relação a determinada actuação por parte de agentes daquela.

Protesto que, como disse no seu depoimento a testemunha escritor Fernando Namora, se deve entender sobretudo como um alerta sadio, útil, até, para a própria P. S. P.

Aqui chegados a conclusão surge e impõe-se, sem margem para dúvidas:

O artigo em si, apreciado objectivamente, conjugado com a realidade dos factos ocorridos só com muita dificuldade se poderá dizer que contende com a reputação; dignidade e prestígio que devem ser apañados da P. S. P.

Por outro lado, ao escrever o artigo em causa neste processo o réu José Cardoso Pires não agiu com intenção de ofender, injuriar ou difamar a P. S. P. mas sim, e apenas, de interpretar e criticar uma actuação concreta de agentes daquela corporação e até de alertar para que, de futuro, factos semelhantes não se repetam.

Não agiu, pois, o réu autor do artigo com intenção dolosa ou com culpa pelo que não se constituiu autor de qualquer crime nem assim é passível de qualquer sanção penal.

Não havendo autor, cúmplice não há também. Nestes termos se julga a acusação improcedente e não provada dela absolvendo o réu José Cardoso Pires e, consequentemente, também, o réu António Pedro Ruella Ramos.

Boletins ao registo criminal e cumpra o mais legal.

Lisboa, 7 de Abril de 1976

Carlos da Silva Caldas.

post scriptum

O boato: uma das armas da reacção

Na terça-feira recebo inesperadamente um telefonema do Canadá de um familiar, emigrante. As suas palavras transpareceram um sentimento de terror, que ao ouvi-las pensei que algo de trágico tinha acontecido lá ou cá.

Eis algumas das suas palavras pronunciadas em tom gaguejante e de grande nervosismo:

— Tá, tá?, sou Fulano. Que aconteceu, que se passa?!

Mas o quê, não, percebo?!... Aconteceu-te alguma coisa?!

— Não é isso, não é isso, ouvimos cá na Televisão canadiana que aí a situação política estava gravíssima, andava tudo em guerra, já tinham morto o dr. Sá Carneiro e Magalhães Mota do P. P. D. e um outro da U. D. P.

— Não, isso é mentira, são boatos, de facto mataram um candidato a deputado da U.D.P., no Norte do País, mas o Sá Carneiro e Magalhães Mota estão de boa saúde. O resto está tudo normal.

— Diz a verdade, eu quero saber.

— Isso são boatos, não liguem.

Eis amigos leitores o que se estará a passar no estrangeiro em vésperas de eleições.

A «isenta» informação nos países «pluralistas» espalha o terror no seio dos emigrantes. Com que fim?!

Carvalho Guarda — Lisboa

Os que se dizem «progressistas» sem o serem

Parece-me justo que todos nós trabalhadores progressistas, desmascaremos todos os outros que se servem de tal e não o são. Todos atacam os capitalistas, mas são muitos os trabalhadores ditos progressistas, que não correspondem nesta hora ao seu dever, à sua responsabilidade, pois não chega, ser de um partido progressista, o melhor exemplo está na nossa conduta no trabalho na rua ou aldeia onde vivemos. Caso essa conduta seja negativa, o que acontece com muitos que, no seu dia a dia, seguem as mesmas vias que os fascistas, estão a enterrar os partidos a que dizem pertencer. A hora é de reflexão para todos e de sacrifícios pois, caso contrário, o 25 de Abril morre por completo e fecha-nos as portas para a democracia a caminho do socialismo.

Gostaria de perguntar aos senhores das ditas maiorias, para quando acabar com as pessoas que têm 1,2 e 3 empregos «pois conheço algumas», e outros que até têm reformas de 8 e 9 contos mensais, não falando em riquezas pessoais e continuam a estar em empresas privadas e não sei se até do Estado. Referindo-me às privadas estes ditos senhores, que conheço, tiram 20 e 30 contos mensais.

Bem sei, que não resolvia a falta de emprego que existe, mas ajudava algumas centenas de pessoas, que estarão a passar fome ou com dificuldades escusadas.

Nesta via política apenas pediria que não enganem mais o Povo, pelo menos o de menos conhecimentos, pois esse que não merece. Para o mais esclarecido fica o sofrimento da sua luta e o reconhecimento da injustiça e de não se poder construir um Portugal para todos e não só dos mesmos que até agora foram donos dele. Mas o maior desgosto para nós os mais esclarecidos será um dia nossos filhos nos chamarem cobardes, por não conseguirmos dar-lhes outro País e outra verdade de vida que seria, um Portugal Socialista.

António L. Macedo de Aguiar — Amadora

O sábado e os trabalhadores da função pública

Na esmagadora maioria dos locais de trabalho as actividades não funcionam aos sábados.

Os trabalhadores da Função Pública ainda não têm esse direito social, mas as repartições estão desertas de público aos sábados, devido aos bancos, correios, fábricas, comércio e demais empresas, terem, então, as suas portas fechadas.

Aqueles trabalhadores deslocam-se inutilmente aos locais de trabalho prejuízo na despesa de transportes, refeições fora de casa e perda de merecido repouso no convívio da família.

Será possível acabar com este aborrecimento que hoje povoa os espíritos de duzentos mil trabalhadores?

António Aurélio — Lisboa

Vagas de fundo...

O dr. Mário Soares parece estar surpreendido e indignado com a recepção que teve na ilha da Madeira e que o fez sair apressadamente da «pérola do Atlântico». Acusa a reacção e certos partidos «com uma política no continente e outra nas ilhas» de serem responsáveis pelos incidentes. Ora, eu aprendi precisamente com o sr. dr. Mário Soares, durante uma emissão da TV, em que ele apareceu a conversar com Alvaro Cunhal, que os ataques contra pessoas e partidos progressistas são uma **vaga de fundo** do descontentamento provocado pela actuação dos partidos em causa. Logo acho que o que se passou na Madeira contra o dr. Mário Soares não foi culpa da reacção dos partidos tais e tais. Foi simplesmente uma **vaga de fundo**, um protesto popular contra o PS, em geral, e contra o dr. Mário Soares, em particular. Ou não terá sido?

Maria da Conceição Silva
— ALBERGARIA DOS DOZE

A ECONOMIA NO SECTOR CONTROLADO PELO ESTADO

V — PORQUE NÃO A CRIAÇÃO DE UM MINISTÉRIO DO PLANO?

De acordo com o propósito enunciado no nosso primeiro artigo, vamos hoje analisar a possível alternativa a uma solução IPE, entendido este, nos moldes já antes expostos e segundo o seu próprio estatuto já projectado. Essa alternativa de harmonia com algumas fontes próximas do actual Governo seria constituída pela criação em cada um dos Ministérios da tutela, de um aparelho técnico que se propunha realizar o acompanhamento da vida das respectivas empresas participadas. Este problema não será apenas o da escolha entre uma ou mais «holdings» já que em linguagem um pouco mais rigorosa, teremos de dizer que se trata de conjuntos mais complexos de problemas que o da gestão de participações financeiras em cada uma das empresas. A palavra «holding», se aqui se quiser aplicar, terá de ser entendida num âmbito muito mais vasto que necessariamente inclui a acção executiva de fazer, aplicar uma dada política económica, havendo para isso a necessidade da recolha sistemática de informação da gestão praticada em cada unidade.

Ao iniciar-se a análise das hipóteses em alternativa com as várias limitações decorrentes da situação de quem está de fora, não se quer deixar de repetir o julgamento deste problema como secundário em função da necessidade premente de uma solução que permita finalmente fazer funcionar o sector com participação pública. Queremos com isto dizer, que é melhor uma qualquer solução já, do que a melhor solução teórica, quando estivermos todos falidos! Com excepção claro está, dos grandes senhores que nunca ficarão totalmente descalços como se costumam dizer!

Conforme já foi por nós referido nos nossos últimos artigos, está em causa a criação de um conjunto de estruturas técnico-humanas que permita para as empresas com participação pública:

a) interferir num processo de nomeação dos gestores de molde a que seja assegurada a máxima eficácia possível, na afectação das competências disponíveis dando-lhes para isso o necessário apoio técnico;

b) agir no sentido de canalizar, através dos gestores, uma política económico-financeira em articulação com as políticas sectoriais por Ministérios sectoriais e órgãos centrais de planeamento;

c) supervisionar a gestão, fazer a apreciação económico-financeira dos programas e orçamentos anuais e plurianuais e efectuar uma análise crítica dos resultados obtidos;

d) estudar e fazer executar as melhores soluções para a transferência das participações financeiras do Estado.

Deverá todo este aparelho ser centralizado ou, pelo contrário, deverá existir em globo e em cada um dos Ministérios, que abarquem sob a sua orientação, empresas com participação pública?

A nós parece-nos que a segunda solução seria teoricamente a mais correcta se o País estivesse «lançado» em termos económicos com uma política relativamente definida e se existisse toda uma metodologia de gestão em vigor. Também se existissem no nosso país técnicos qualificados em



«Se existissem técnicos qualificados os ministérios funcionariam em pleno aproveitamento»

número suficiente e se em cada um dos Ministérios interessados esses aparelhos desdobrados tivessem hipótese de funcionar em pleno aproveitamento.

Mesmo assim, se se pudesse pôr de pé todo um esquema com vários centros de supervisão, quem asseguraria a coordenação inter-sectorial na ausência de um órgão central de Planeamento com real capacidade de actuação?

Mas o que é facto é que as condições agora expressas se não verificam na prática. Com efeito, todos nós sabemos que existe uma carência extraordinária de técnicos para nos podermos dar ao luxo de criar «holdings» em cada um dos Ministérios, ainda por cima sem que o país esteja a caminho de qualquer solução económica definida. Aconteceria também que se corria o risco desses técnicos em cada um dos Ministérios respectivos não realizarem trabalho 100 por cento produtivo, pois sectores existem em que número de empresas não é significativo e a sua importância económica também o não é.

A centralização por outro lado pode apresentar-se como um grave inconveniente ao curso democrático que se pretende que o país siga, nomeadamente todo o conjunto de empresas em questão. Mas o problema que nos parece ter de equacionar desde já, é se existe outra solução com a extraordinária falta de técnicos qualificados, para tarefas tão importantes e que por sua vez se iriam debruçar em paralelo sobre alguns problemas rigorosamente iguais (dinamização da formação de gestores, metodologia da gestão, sistema de recolha de informação da gestão, etc.).

Pensamos que não, embora discordemos em absoluto com a centralização pesada de todo o conjunto agora em análise. Poder-se-á pensar, talvez de acordo com a nossa opinião, numa efectiva separação no seio de um mesmo organismo por sectores fundamentais de actividade, visando a eficácia da acção, a desenvolver, sem contudo prescindir de orientação comum que aliás deve ser recebida através de um órgão central de Planeamento. Um macróorganismo nestes termos que aglutine as actividades que se equacionaram terá de ser en-

tendido, julgamos, num período de arranque, 3/4 anos por exemplo, até que sectores de actividade bem diferenciada e com suficiente peso económico passem em pleno funcionamento normal a ser desligados, criando vida própria.

Nestas circunstâncias e apenas dependentes dum Ministério do Planeamento, adquirirão a eficácia que de outro modo não poderiam ambicionar dada a natural tendência para o emperramento quando a máquina governamental se torna muito complexa.

Como já atrás se aflorou, será pensável em termos actuais gerir em vários centros de decisão os fracos recursos em gestores? Sob este aspecto importa referir que existe necessidade de traçar carreiras para os gestores públicos de molde a proporcionar-lhes a experiência profissional adequada às suas respectivas capacidades. Experiência esta que deve ser entendida em sectores diversificados da economia e não em um mesmo sector que naturalmente há de limitar a evolução técnica em questão.

E ainda de acentuar que urge acelerar os mecanismos indispensáveis à formação de novos técnicos de gestão pública, nomeadamente pela criação de bons cursos de formação e aperfeiçoamento e também pelo desenvolvimento duma política de estabelecimento de bolsas de estudo em países onde se utilizem técnicas de gestão avançadas. O investimento a fazer, crê-se, não será discutível, pois não se pode imaginar desenvolvimento económico sem técnicos com a preparação necessária.

Vale a pena referir ainda que no campo da metodologia do diagnóstico empresarial e do acompanhamento da gestão, quase tudo está por fazer. Não será também neste caso quase impossível pensar-se em descentralizar?

Em face do que acabámos de expor, parece-nos oportuno solicitar nestas colunas que venham a lume com a máxima clareza as possíveis opções (se é que elas existem) que dizem respeito ao enunciado do problema feito no começo deste artigo. Como já se disse é acadêmico desejar-se a melhor solução que não seja imediata, mas, evidentemente, não se invalida a oportunidade do

HENRIQUE OLIVEIRA

debate público para um problema que pode ter a maior influência no curso económico a curtíssimo prazo.

Talvez valha a pena recordar que, apesar do sector público incluindo as empresas nacionalizadas e aquelas onde a participação do Estado no capital é superior a 50 por cento, não ser tão significativo como tem vindo a ser divulgado, mesmo assim, implica um valor acrescentado bruto (VAB) e um volume de emprego (empregados por conta de outrem) que ronda os 25 por cento dos totais observados em 1973 na Contabilidade Nacional. Por outro lado a formação bruta de capital fixo atinge quase 50 por cento.

No entanto queremos salienta que no âmbito que aqui temos vindo a tratar (empresas privadas com participação do sector público) este problema é muito menos importante (cerca de 400 empresas) e como tal menos se justifica o adiamento da solução a encontrar como opção entre uma ou várias «holdings». Está em causa o controlo sobre 3 por cento do VAB, 3,5 por cento da FBCF e 2 por cento do volume de emprego o que de maneira alguma se relaciona com o tal supercontrolo da economia que alguns parecem ter medo de criar com a existência de um organismo como o IPE, tal como está pensado.

Para terminar queremos deixar à reflexão geral a seguinte pergunta: porque se não cria um Ministério do Planeamento? Num momento em que a opinião pública gerou a convicção de que existe actualmente o mais numeroso elenco ministerial, pensa-se que ninguém acharia demais. Seria como que um super-Ministério politicamente assegurado por um vice-Primeiro-Ministro, entendendo-se esse departamento governamental como «fonte política» de qualquer coisa e não mero órgão limitado por condicionantes só conhecidas e divulgadas por outras instâncias do poder no aparelho do Estado. Pensa-se que é prioritário planificar em termos económicos e em face disto é mesmo ridículo perder-se tempo a discutir-se se devem criar uma ou várias «holdings» para a gestão do sector participado. É que para se fixarem objectivos às unidades económicas decorrentes de um planeamento global é, antes de mais, necessário que esse planeamento exista. Para que servirão por outro lado, as recolhas de informação que terão de ser feitas às empresas se não existirem órgãos superiores de planeamento a funcionar em termos operacionais?

Quer se queira quer não, julgamos não haver outra hipótese (num Estado democrático e em transição) se não criar-se uma fonte de planeamento económico. Diversos órgãos centrais de planeamento terão de ser deixados para o futuro que esperamos seja breve!

Terminamos hoje a série de artigos que com o título em epígrafe têm vindo a ser ultimamente aqui publicados. Espera-se, como se disse no início, se possa ter contribuído para uma certa reflexão de problemas que se julgam importantes por dizerem respeito a todos nós. Se essa reflexão der origem a depoimentos na sequência do que agora se escreveu, teremos de algum modo realizado tarefa útil.

Nacional

TROPAS DA REGIÃO MILITAR DO CENTRO EM EXERCÍCIO

Operacionalidade e eficiência

Tropas de Leiria, Lamego e Guarda e ainda quatro Fiats e quatro helicópteros da Força Aérea participaram ontem na região da serra de Aire num exercício inter-armas, com fogos reais de artilharia, bombardeamentos aéreos e intervenção de tropas de infantaria helitransportadas.

Estes exercícios foram organizados pela Região Militar do Centro a eles assistindo, além do comandante da Região, brigadeiro Franco Charais, todos os comandantes e numerosos

oficiais da Região Militar do Centro, que mais tarde teriam uma reunião com o brigadeiro Charais, reuniões que, segundo informação obtida no local, passarão a efectuar-se semanalmente.

O exercício consistiu num ataque a um objectivo localizado na serra de Aire e realizou-se em três fases. As tropas deslocaram-se para a "zona" operações por fases. Durante o dia deslocou-se o comando do grupo e uma bateria. A outra bateria, que era a de mais

recente formação, fez toda a marcha e entrada em posição de noite, com pontaria noturna, que era a única coisa que lhe faltava fazer no esquema da sua instrução.

De manhã a primeira das baterias através das suas bocas de fogo directrizes fez a regulação do tiro para um objectivo previamente marcado, verificando-se depois se o feixe das duas baterias estava adequado à frente que se pretendia bater.

OPERACIONALIDADE E EFICIÊNCIA

Dentro da tradição da Artilharia, na qualidade de oficial mais graduado, o brigadeiro Charais fez o primeiro disparo para um objectivo situado a meio da encosta da serra de Aire, sobre o qual dispararam a seguir durante algum tempo as duas baterias, constituídas por 12 obuses de 10,5.

Às 11 horas a artilharia fez então fogo conjunto sobre o mesmo objectivo. A sensação de operacionalidade e eficiência que até aí se observara nas tropas intervenientes nestas manobras foi confirmado na prática. O tiro caracterizou-se por um rigor absoluto sobre os alvos assinalados que os jornalistas e oficiais convidados observar. Os artilheiros de Leiria acertaram na "ouche" e demonstraram que sabem trabalhar com o material.

Meia hora depois duas paradas de Fiats iniciaram o bombardeamento dos mesmos objectivos, operação espectacular que durou cerca de um quarto de hora e se traduziu também por idêntico grau de eficiência.

Contrariamente ao que havia noticiado um jornal da tarde citando «fontes fidedignas» a Força Aérea participou nestas manobras dando-lhe um contributo que as valorizou.

Às 11 e 30 iniciou-se o «assalto» ao objectivo por tropas de infantaria transportados em helicópteros. A maioria, se não a totalidade destes soldados nunca tinham visto a aviação actuar nem tinham andado de helicóptero mas adaptaram-se muito bem e saltaram dos aparelhos com assinalável presteza.

O INIMIGO

Nestas coisas é sempre necessário um inimigo. Quando não há inventa-se. Desta vez assim foi feito. Eis como foi definido o inimigo (que até parecia a sério) e a dituação pelo oficial de operações, major Costeira.



Como oficial mais graduado o brigadeiro Charais fez o primeiro disparo nos exercícios de fogos reais ontem realizados

«A situação geral do País tem-se pautado ultimamente por acções e rebentamento de bombas, visando criar uma situação de instabilidade política que conduza a uma queda do regime democrático. Nestes termos têm-se detectado a entrada do grupo os estrangeiros através das fronteiras e particularmente através da fronteira de Vilar Formoso, que se tem dirigido a esta região central, donde poderão facilmente irradiar ou passar para a capital ou para pontos fundamentais do território nacional isto à situação geral.

«Particularmente em relação à região foram detectadas ultimamente acções de sabotagem numa linha em volta da serra de Aire e que pode definir-se pela linha Giesteira-Porto de Mós. Têm sido detectados pela Força Aérea trilhos de aproximação, o que leva a crer que o grupo inimigo se estima neste momento aproximadamente entre 30 a 120 homens, um pelotão ou companhia.

Supõe-se que inimigo esteja instalado portanto na zona da serra de Aire, razão porque é fundamental, uma vez que não se sabe o ponto exacto, fazer uma concentração de fogo de artilharia ao nível de grupo — 12 bocas de fogo».

Não faltou no entanto quem pretendesse tirar acções políticas destes exercícios, mas eles tiveram um objectivo es-

sencialmente técnico e as conotações políticas só podem existir na media em que ter as tropas convenientemente preparadas seja um acto político.

Sobre os exercícios dir-nos-ia o brigadeiro Charais:

«Temos uma unidade de Artilharia, — O Regimento de Artilharia de Leiria que para este exercício tem colaborado com uma bateria que está já com uma eficiência operacional muitíssimo apreciável. Dentro do quartel surgiu um movimento — um daqueles movimentos a que chamamos de bases — para a organização de uma nova bateria. Foram os soldados do próprio quartel que conseguiram formar mais uma bateria. Julgo que desde há muitos anos, com excepção dos exercícios da Escola Prática de Artilharia, é a primeira vez que se vai fazer um exercício de grupo. Isso deve-se à movimentação dos próprios soldados e aos interesse que o exercício levantou dentro da Região Militar».

No final dos exercícios o brigadeiro Charais fez uma breve alocução às tropas que neles intervieram salientando a necessidade de união entre as diversas unidades e armas. «Temos de ser dignos da missão digna que as Forças Armadas receberam em 25 de Abril de 1974» — afirmou a certa altura o brigadeiro Charais que lembrou também que as Forças Armadas têm a missão histórica de garantir a transição pacífica para a democracia e explica que a meta socialismo vai levar muitos anos a atingir e antes tem que atingir-se uma outra que é a consolidação da democracia.

O comandante da Região Militar do Centro leu também aos soldados parte da Lei Constitucional que consigna os deveres das Forças Armadas, aos quais lembrou: «Como vêm a expressão do M. F. A. faz parte da Constituição apesar de todas as acções a que temos assistido para a eliminação».

AUGUSTO VILELA



O tiro de artilharia implica cálculos muito exactos que o comandante da Região Militar do Centro e os oficiais responsáveis pelos exercícios observam

UM CONFLITO POLÍTICO-MILITAR DE CONSEQUÊNCIAS IMPREVISÍVEIS

O CONFLITO CHINA

URSS

uma obra perturbadora por

FRANÇOIS FEJTÖ

(o autor de «As Democracias Populares»)

Cisma na «igreja» comunista? Mao Tsé-tung, o Lutero do marxismo-leninismo, a erguer contra a ortodoxia do Kremlin a bandeira da revolta? Que opõe entre si a China e a U. R. S. S.? Guerra de religião, ou conflito de interesses? Diferendo ideológico ou luta pela hegemonia mundial?

«O CONFLITO CHINA-U. R. S. S.» — o livro que lhe desvenda o como, o quê e o porquê dum conflito que pode ser decisivo para o futuro do mundo



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
LIVROS PARA QUEM SABE O QUE DEVE LER



Os «infantes», bem ajudados pelos seus camaradas da Força Aérea, adaptaram-se com facilidade aos helicópteros. Eis uma fase do embarque para o «assalto ao objectivo»

INTERESSANTE LEILÃO

MOBILIÁRIO DE ESTILO E ADORNOS
GR. COLECÇÃO DE PRATAS E JÓIAS

AUTOMÓVEIS «CITROEN» DYANE, DE 1973, E «MERCURY», EM ESTADO NOVO, CRISTAIS, PORCELANAS ORIENTAIS E EUROPEIAS, PIANO-PIANOLA ELÉCTRICA, BRONZES, LUSTRES, QUADROS, APARELHAGEM ELÉCTRODOMÉSTICA, ARMAS PARA COLECÇÃO, MÓVEIS, UTENSÍLIOS E ROUPAS DE USO DOMÉSTICO, ETC., ETC.

AMANHÃ, 6.ª FEIRA e SÁBADO
às 15 e às 21 horas

AV. JOÃO XXI, 18-5.º Dt.º (2 ascensores)

Por retirada da família locatária, será vendida pela maior oferta toda a decoração desta boa residência de 8 divisões, que estará em EXPOSIÇÃO AMANHÃ DAS 10 ÀS 13 HORAS

NOTA: Os automóveis irão à praça às 19 horas



SOC. DE LEILÕES
AV. DUQUE DE LOULÉ Nº 1
1100-001 LISBOA

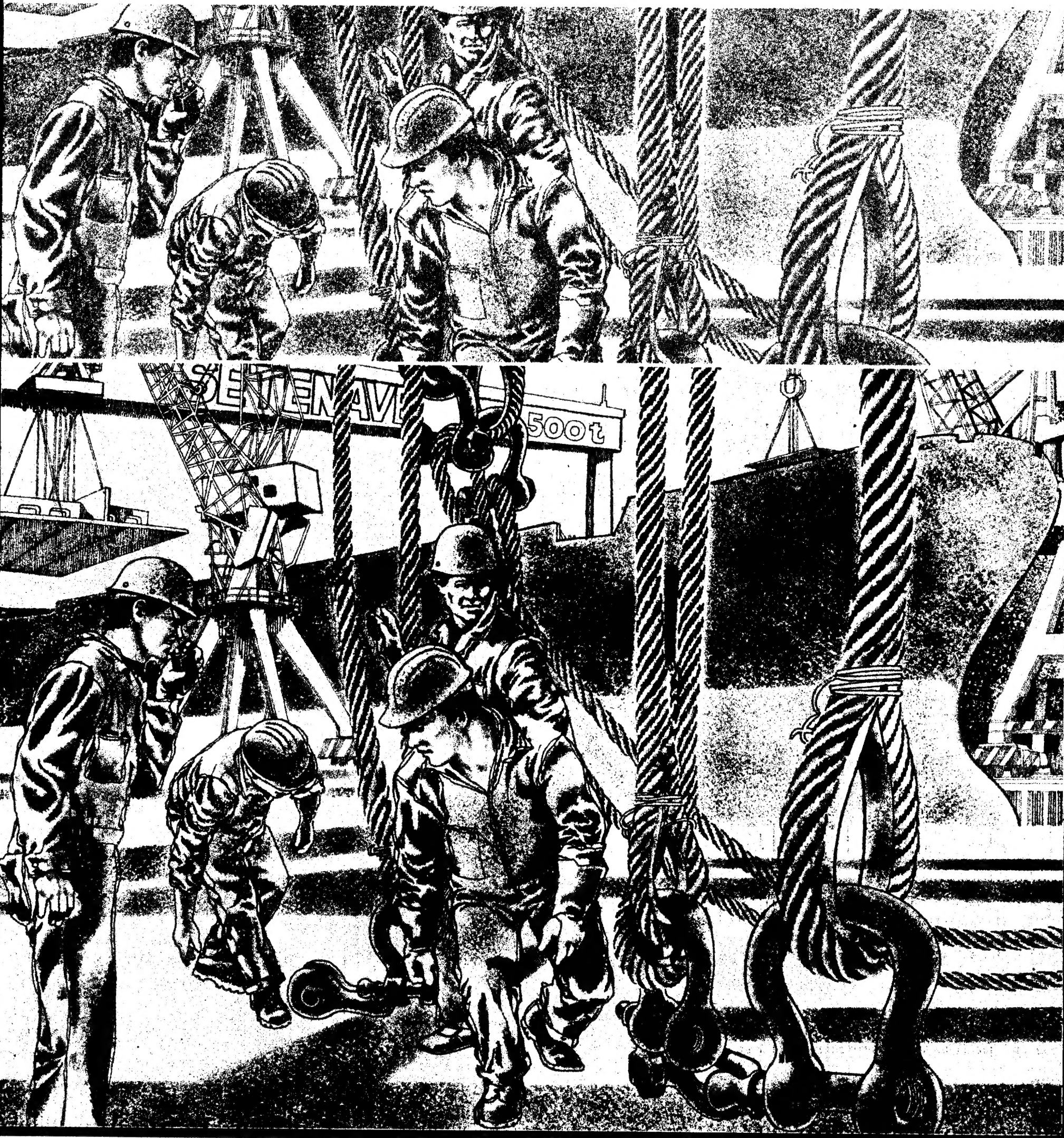
AFRA FILHOS, Lda

Nos nossos estaleiros,
milhares de portugueses trabalham.
Para Portugal. E para o Mundo.
Construímos e reparamos navios até 700 000 dwt.
Nas nossas docas está a segurança
de muitas empresas, de muitas vidas,
de grande parte da economia portuguesa.
Dia após dia, ano após ano,
servimos Portugal.

SOMOS A SETENAVE.
TEMOS 4 ANOS.
SERVINDO PORTUGAL
AO SERVIÇO DO MUNDO



setenave
Estaleiros Navais de Setúbal



Nacional

Empréstimo interno de 500 mil contos

Foi autorizada a emissão de um empréstimo interno, amortizável, denominado «Obrigações do Tesouro, 7 1/2 por cento, 1976, 1.ª emissão — Plano de Investimentos Públicos» até à importância de 500 mil contos, cujo produto se destina ao financiamento de investimentos públicos.

A autorização, oficializada através do Decreto-Lei n.º 259/76, de 8 de Abril, publicado no «Diário do Governo», l

Série, n.º 84, atendeu a que «os investimentos públicos poderão ser financiados pelos investidores financeiros institucionais (...) e que se lhes deve dar sempre possibilidade de acesso a títulos do Estado quando pretendam fazer a aplicação das suas reservas, nomeadamente no caso das empresas seguradoras».

O serviço relativo ao empréstimo fica a cargo da Junta do Crédito Público.

Empresas públicas: aprovadas bases gerais do regime

As bases gerais do regime das empresas públicas, recentemente aprovadas pelo Governo, acabam de ser publicadas no «Diário do Governo».

Este diploma, (Dec-Lei 260/76, de 8 de Abril) define os princípios fundamentais a que devem obedecer os estatutos das empresas públicas, constituindo, por assim dizer, e como se sublinha no texto deste diploma legal, uma moldura dentro da qual se admite a diferenciação desses estatutos, em ordem a permitir a sua adaptação às características da actividade de cada empresa.

O âmbito de aplicação deste diploma abrange todas as empresas públicas existentes ou a criar pelo Estado, com capitais próprios ou de outras entidades públicas, e, bem assim, às empresas nacionalizadas. Não são abrangidas por este diploma, por serem reguladas por legislação especial, as instituições bancárias, parabancárias e seguradoras. Exceptuam-se, também, as empresas organizadas sob a forma de sociedades, de acordo com a lei comercial, associando capitais públicos e privados, assim como as sociedades de capitais exclusivamente públicos, associando o Estado e outras entidades públicas.

As empresas públicas abrangidas pelo presente diploma gozam de personalidade jurídica e são dotadas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A sua actividade é regida pelo direito privado e exercida segundo os processos e técnicas de gestão próprias das empresas privadas, sendo os respectivos resultados objecto de tributação, tal como os destas, enquanto o es-

tatutos do seu pessoal é, em princípio, o mesmo do das empresas privadas. É, no entanto, o Governo que designa e exonera os titulares do seu órgão de administração e orienta a sua actividade de acordo com o planeamento económico nacional, tal como é ele que as cria e decide da sua extinção.

Estão previstos dois órgãos obrigatórios, o conselho de gerência e a comissão de fiscalização, e de um órgão facultativo, o conselho geral, salvo nas empresas de serviço público onde é obrigatório.

Relativamente à intervenção dos trabalhadores na vida das empresas públicas, o presente diploma consagra uma fórmula muito flexível, com o intuito de evitar que a iniciativa dos trabalhadores seja espartilhada por esquemas rígidos e de per-

mitir a adaptação dos estatutos das empresas às soluções que os seus trabalhadores venham a considerar como mais convenientes para a defesa dos seus interesses. É este o propósito que aparece claramente expresso no artigo 6.º, qual terá de ser articulado com o que vier a ser estatuído na lei sobre o controlo de gestão pelos trabalhadores.

Outras disposições do presente diploma impõem a consulta prévia aos trabalhadores aquando da elaboração ou alteração dos estatutos das respectivas empresas e da nomeação dos membros do conselho de gerência e, para além disso, prevêem a representação dos trabalhadores no conselho de fiscalização, bem como no conselho geral, quando exista.

J. Pimenta vai construir casas para o Município

A firma J. Pimenta vai construir 296 fogos em terrenos municipais nas Telheiras Norte, financiados pelo Fundo de Fomento da Habitação e entregues em princípio à Câmara Municipal de Lisboa, uma vez que o empreendimento se integra no programa de habitação social.

A adjudicação feita pelo Conselho de Ministros, teve em conta a criação de condições de trabalho que permitam à empresa J. Pimenta uma laboração normal. A firma não dispõe, no momento actual, de obras na zona de Lisboa, em número suficiente para garantir pleno emprego aos seus trabalhadores.

A J. Pimenta tinha já feito, no ano passado, uma proposta de preços para a construção do novo bairro de Telheiras, que agora foi aceite, devendo em breve dar-se início aos trabalhos.

A resolução ministerial de adjudicar a empreitada foi publicada no «Diário do Governo», I série, n.º 82.

Pasta Medicinal Couto

Evita e trata doenças da boca

PORQUE É MEDICINAL

PUB



Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Meagena do Centro e Sul

Campo dos Mártires da Pátria, 50 - 2.ª O.ª (Sede) Telef. 5 89 34/5 - 5 89 30 LISBOA

ENCONTRO DE DELEGADOS SINDICAIS E COMISSÕES DE TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA

DIA 10 DE ABRIL, ÀS 9 HORAS, NA VOZ DO OPERÁRIO

Vamos discutir:

1. A organização na empresa
2. A organização regional
3. A organização por ramo de actividade
4. A recuperação capitalista

Para o reforço da unidade e organização dos trabalhadores. Pela defesa das liberdades e da democracia.

PARTICIPA!

VEM AO ENCONTRO!

O SECRETARIADO ORGANIZADOR

União dos Sindicatos de Lisboa

Sindicato dos Químicos de Lisboa

Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa

Sindicato da Cerâmica de Lisboa

Sindicato dos Rodoviários de Lisboa

Sindicato dos Vidreiros

Sindicato da Construção Civil

Secretariado provisório pró-conselho nacional dos trabalhadores da construção civil

Comissão coordenadora — Intercomissões CUF

Secretariado provisório das empresas em autogestão

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

ANÚNCIO

Pelo prazo de vinte dias a contar do amediato da publicação do respectivo anúncio no «Diário do Governo» — para arrematação da empreitada de «Pavimentação do arruamento da Fonte da Telha».

Base de licitação 710.621\$00
Depósito provisório 17.770\$00

As condições e mais elementos para este concurso encontram-se patentes nos Serviços de Engenharia desta Câmara Municipal.

A abertura das propostas realiza-se pelas dezoito horas do primeiro dia útil que se seguir ao prazo do termo fixado.

Câmara Municipal de Almada, 30 de Março de 1976.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS HOSPITAL DE SANTA MARIA

VENDA DE INÚTEIS

Concurso Público n.º 40/76

As respectivas condições encontram-se patentes todos os dias úteis das 9 às 12.30 e das 14 às 17 horas, excepto aos sábados das 9 às 12 horas, na secretaria do Serviço de Aquisições.

A abertura das propostas terá lugar no dia e hora indicados no Caderno de Encargos.

Lisboa e Hospital de Santa Maria 5 de Abril de 1976.

O CHEFE DO SERVIÇO DE AQUISIÇÕES

Manuel Brioso Pina de Jesus

Banco Europeu empresta 60 milhões a Portugal

BRUXELAS, 8 — (FP) — Os dois primeiros empréstimos concedidos na terça-feira a Portugal pelo Banco Europeu de Investimentos totalizam 60 milhões de dólares.

O primeiro empréstimo, no valor de 42 milhões de dólares, por um prazo de 15 anos, é destinado à Companhia Portuguesa de Electricidade para a construção de uma nova central térmica em Setúbal.

O segundo empréstimo, de 18 milhões de dólares, por um prazo de 11 anos, destina-se

a financiar projectos industriais e turísticos de pequena e média envergadura. O empréstimo foi concedido ao Banco de Fomento Nacional.

Os dois empréstimos são feitos à taxa de juro de nove e meio por cento, mas beneficiam de um bónus de três por cento concedido pela Comunidade Europeia. O custo para Portugal é, portanto, de seis e meio por cento ao ano.

O total da ajuda a ser concedida a Portugal eleva-se a 180 milhões de dólares.

Boas perspectivas para o turismo na Madeira

O movimento de «hóspedes residentes nacionais» na Madeira revela, no período de Janeiro a Fevereiro de 1976, e relativamente ao período homólogo de 1975, um acréscimo de 65,6 por cento, enquanto a evolução verificada nas dormidas durante o mesmo período apresenta um aumento de 83 por cento, segundo dados revelados pelo I.N.E.

No conjunto dos dois primeiros meses de 1976, os residentes no País contribuíram com 12,7 por cento do volume total de dormidas verificadas nos estabelecimentos hoteleiros da Madeira, o que revela um acréscimo de 49,4 por cento em relação ao período homólogo do ano anterior.

A evolução do movimento de «hóspedes residentes no estrangeiro» continua a caracterizar-se por um ritmo progressivo, verificando-se acréscimos de 18 e de 17,2 por cento, respectivamente quanto a hóspedes e a dormidas, no período de Janeiro a Fevereiro de 1976 e relativamente ao conjunto dos meses homólogos do ano anterior.

Os principais países estrangeiros geradores de turismo para a Madeira foram, no conjunto dos meses de Janeiro a Fevereiro de 1976, a Suécia (com 19,5 por cento do volume

total das dormidas), a República Federal da Alemanha (com 19,2 por cento) e o Reino Unido (com 14,7 por cento).

No mês de Janeiro de 1976 estiveram em trânsito no porto do Funchal, em embarcações provenientes de portos estrangeiros, 5919 passageiros, o que revela, relativamente ao mês homólogo do ano anterior, um acréscimo de 68,6 por cento.

MANUEL DA FONSECA



estará presente na

DIÁRIO
R. INFANTARIA 16, 37 A
(campo de ourique)
dia 9 A PARTIR DAS 16 h.
para autografar o seu livro
antologia poética

SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL E ILHAS ADJACENTES

ENCONTRO DE DELEGADOS SINDICAIS E COMISSÕES DE TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA

Sábado, 10 de Abril, às 9 horas, na Voz do Operário

- 1 — A Organização na Empresa
- A Organização Regional
- 2 — A Organização por Ramo de Actividade
- 3 — A Recuperação Capitalista.

— PARA O REFORÇO DA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES.

— PELA DEFESA DAS LIBERDADES E DA DEMOCRACIA.

A DIRECÇÃO

NOTA —

É necessária a apresentação do cartão de Delegado Sindical ou de credencial para as Comissões de Trabalhadores.

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECÇÕES

Av. João XXI, 5-D — R. Infanteria 18, 55-C — LISBOA

Mário Soares na Venda Nova

"Vamos ganhar as eleições"

«Nós vamos ganhar as eleições em 25 de Abril» — afirmou Mário Soares ontem à tarde na Venda Nova. O secretário-geral do P.S. falava em plena rua a uma multidão de centenas de pessoas durante uma breve sessão de propaganda eleitoral do seu partido e em trânsito de Lisboa para o concelho de Sintra, por comboio. Na sequência, apresentou o P.S. comprometido «com um programa de Goerno e com um Governo homogêneo, sem fazermos alianças, no futuro, que possam, de alguma maneira desvirtuar o voto popular». Quanto a alianças, reafirmou que o P.S. não as fará nem com o P.C.P. nem com o P.P.D. e o C.D.S. Acusou o primeiro de quase ter lançado este País na «senda da guerra civil» e classificou os segundos de «partidos das direitas que querem a recuperação do capitalismo parasitário que dominava Portugal antes de 25 de Abril e nada têm a ver com os trabalhadores portugueses ou a classe operária».

«Nós vamos recuperar a vida económica deste país — disse. — Vamos aumentar o nível de vida de todos os portugueses e, com o auxílio dos nossos camaradas da Europa, havemos de fazer da nossa pátria um País de homens felizes, prósperos e livres.»

Antes de Soares, tinham falado outros oradores.

1.º DE MAIO

Anunciado ontem durante a digressão da comitiva do PS em jornada de propaganda eleitoral pela linha de Sintra: o P.S. vai realizar no próximo

dia 1.º de Maio e no Estádio com este nome uma festa-comício. Se se concretizarem as expectativas que apontam para a vitória eleitoral do P.S., deverá ser uma jornada de consagração. Participam os principais dirigentes do partido. Além do cornício, haverá música, variedades. No Terreiro do Paço, concentração de um cortejo P.S. e lançamento de fogo-de-artifício.

P.S. E RETORNADOS

«O P.S. sabe que o seu programa não interessa a retornados para quem os parâmetros se situam nos milhares de contos, mas tem profunda consciência de que a sua política está ao lado e pode contribuir decisivamente para a resolução dos problemas dos explorados e oprimidos, entre os quais se encontra a maioria dos retornados» — diz uma nota daquela organização emitida a propósito dos incidentes registados anteontem em Monfortinho.

Recorda-se: militantes socialistas pretendiam realizar uma sessão de esclarecimento naquele local. Foram entretanto impedidos por cerca de meia centena de retornados das antigas colónias.

Agora o P.S. diz: «o grupo que impediu a sessão, que expulsou os militantes do P.S. que iam fazer os esclarecimentos, do restaurante onde se encontravam a jantar, que tentou arrombar o carro com propaganda, era encabeçado por um indivíduo **retornado** cuja principal e única preocupação era saber quando é que o P. S. lhe

dava os 40 mil contos que tinha deixado em Angola». O P.S. considera isto «significativo».

E considera ainda «significativo que se ouvissem frases onde se misturaram comunistas e socialistas, como não desejados na zona, numa clara alusão a que os partidos de direita são bem-vindos».

A propósito, a nota lembra que apenas cerca de 60 dos 800 retornados que se encontram alojados nas unidades hoteleiras das termas tivessem tomado parte activa nos incidentes.

Manuel Serra em Alfama

"Classe trabalhadora não quer social-democracia"

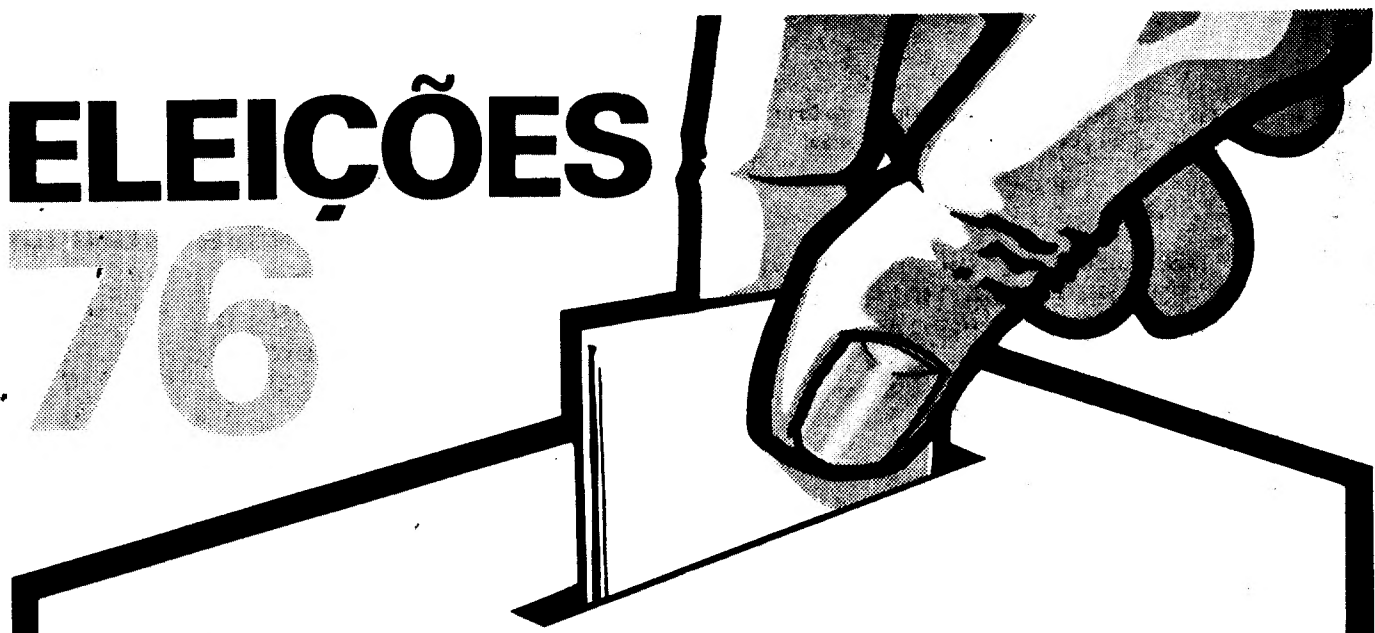
«A classe trabalhadora não quer a social-democracia» — afirmou Manuel Serra ontem à noite na Sociedade Boa União, em Alfama, numa sessão da F. S. P. Noutro passo diria, aliás, que «a social-democracia não é possível em Portugal», e bem assim não constitui solução para os países da Europa onde se encontra no Governo. Chamou a atenção para o que nesses países existe de repressão e violência.

Falando de eleições, o primeiro dirigente da F. S. P. reportou-se às do ano passado e disse que elas foram a maior tragédia para o M. F. A. e para o processo revolucionário do nosso país. Tal como no ano passado, no entanto, a F. S. P. concorre este ano, e concorre — disse — para tirar votos à direita. Referindo-se à posição da sua organização no conjunto das diversas forças

políticas, outro dirigente presente, Paulo Loureiro, demarcou-a quer do «partido dito socialista» quer da «esquerda dita revolucionária». A F. S. P. — disse Paulo Loureiro — luta pela independência nacional, começando por ser independente como partido. E apontou para a necessidade de uma efectiva aproximação em relação à vanguarda dos povos do Terceiro Mundo.

ELEIÇÕES

76



ASSEMBLEIA DE VOTO

No dia das eleições, todos nós, portugueses, vamos exercer livremente o nosso direito de voto.

Vamos escolher e votar naqueles que, durante 4 anos, serão os representantes do Povo na Assembleia da República. Procure conhecer, com antecedência, o sítio da sua Assembleia de Voto. Verifique os editais afixados nos lugares do costume: Juntas de Freguesias, Câmaras, portas das Igrejas, etc. Lembre-se que o local onde vai votar pode não ser o mesmo daquele onde se recenseou ou onde votou o ano passado.

A cada freguesia corresponde uma Assembleia de Voto. Nas freguesias com mais de 500 eleitores, as Assembleias serão divididas em Secções de Voto.

Em cada Assembleia de Voto há uma mesa constituída por 5 pessoas: presidente, suplente e 3 auxiliares.

Cabe aos membros da mesa promover e dirigir as operações eleitorais. Os partidos políticos podem fazer-se representar nas Assembleias de Voto através dos seus delegados.

O TEU VOTO É A TUA VONTADE

COMISSÃO NACIONAL DAS ELEIÇÕES

Spínola pode ser expulso da Suíça

Se as investigações a que o ex-general Spínola está a ser submetido por funcionários do Ministério Público da Confederação Helvética confirmarem a preparação do golpe em Portugal, ele será expulso «por ter comprometido a segurança interna ou externa da Suíça», nos termos do Artigo 70 da Constituição daquele país.

O inquérito examinará se o ex-militar esteve, efectivamente, em Dusseldorf no passado dia 25 de Março para comprar armas, conforme denunciou a revista alemã «Stern». O inquérito deverá determinar se Spínola figura na lista de passageiros de um avião, mesmo com falsa identidade. Entretanto, as organizações progressistas da Suíça já pediram a sua expulsão do território, «por preparar um golpe para restaurar o poder dos fascistas em Portugal».

Entretanto, o presidente da ala bávara da Democracia Cristã, Franz Josef Strauss disse que cortou todas as suas relações com o ex-general português. Citado pelo jornalista que armou a bem sucedida cilada a Spínola, Guenter Walraff, segundo o qual o chefe do C.S.U. teria oferecido ao ex-general a possibilidade de se instalar na Baviera, Strauss disse que havia falado com ele apenas uma vez, em Fevereiro último. Strauss terá concluído que Spínola «constituía um obstáculo à Democracia em Portugal», tendo cortado as suas relações.

A CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

O jornalista Guenter Walraff deu ontem uma conferência de Imprensa, onde falou sobre a cilada que preparou ao ex-general António de Spínola, durante a qual foram revelados os seus planos golpistas e a compra de armas para o projecto que teria data marcada para os próximos meses de Maio e Junho.

Na oportunidade, Walraff voltou a afirmar que Franz Josef Strauss presidente da C.S.U. teria informado ao ex-general acerca da possibilidade de se instalar na Baviera caso fosse expulso pelas autoridades helvéticas, referindo as palavras de Luís Oliveira Dias, colaborador próximo do ex-general.

Walraff considera que Spínola caiu muito facilmente na armadilha que lhe havia sido preparada. Disse mais: que o ex-general chegou a Dusseldorf no dia 25 de Março, procedente de Zurique, justificou a sua identidade enviando o seu passaporte. Durante a conversa de seis horas, Spínola discutiu com Walraff na presença de várias testemunhas, apresentando-se como «o salvador da Europa Ocidental». Pediu importantes quantidades de armas — já divulgadas — e a quantia de 11 milhões de Marcos, que seriam depositados na conta número 755 313 do Crédit Suisse, em Genebra.

Trabalho

Timex

"QUEM ACEITA SER DESPEDIDO?" — inquérito do M.T.

«Quem aceita voluntariamente ser despedido sem perda das respectivas indemnizações?» — nisto se resume o inquérito do Ministério do Trabalho aos operários da Timex. A proposta foi ontem apresentada num plenário de trabalhadores, o qual prossegue esta tarde.

O Ministério prevê ainda a criação de um fundo especial que permita o pagamento integral dos salários aos operários que continuarem ao serviço da multinacional e que ficarão a trabalhar apenas três dias por semana. Depois de todas as manifestações «verbais» de firmeza por parte da equipa ministerial do Ministério do Trabalho, não se pode dizer que

a «saída» encontrada seja a mais satisfatória. Não reconhece os 668 despedimentos efectuados pela administração da Timex, mas convida os trabalhadores a serem eles próprios a «despedirem-se».

Sublinhamos, ainda que todas estas soluções são provisórias. A administração já acentuou que isso não implicará o possível encerramento da empresa, em fins de Junho, se verificar que continua a não ter lucros. Nada foi resolvido, a favor dos trabalhadores. A ideia do próprio Ministério do Trabalho, da criação de uma indústria nacional de relojoaria parece ter sido posta de lado. Preferiu-se uma solução transitória.

TMG E CORONADO Apoio oficial ao regresso dos suspensos

Em telex enviado aos 17 trabalhadores suspensos da Têxtil Manuel Gonçalves, o secretário de Estado do Trabalho apoia «a iniciativa de se apresentarem ao trabalho». Revela também que esta posição já foi comunicada à administração da empresa e ao comandante da Região Militar do Norte e que serão dadas instruções às delegações do Porto e Braga daquele Ministério, no sentido de apoiarem a iniciativa.

Por outro lado, gorada a tentativa de ontem, as 37 operárias da Fábrica Coronado — Manufaturas Têxteis Lda., em S. Romão do Coronado, Santo Tirso, suspensas desde Fevereiro permanecem, esta manhã, à porta, aguardando permissão de regresso ao trabalho. Para além de dirigentes sindicais, uma força da G. N. R. também estava presente,

apenas para evitar que se registassem incidentes.

Ontem verificaram-se confrontos entre as operárias em funções e as suspensas, logo que estas, com ordem do Ministério do Trabalho para regressarem aos seus postos, chegaram às portas da fábrica. A G. N. R. teve que intervir e a refrega levou quatro operárias ao hospital de S. João no Porto onde foram assistidas a ferimentos ligeiros. Entretanto, chegou à fábrica o delegado do M. T. com o qual decorreram, durante horas reuniões com representantes de ambos os lados sem que se tivesse chegado a qualquer solução.

Este litígio começou com o afastamento compulsivo de uma delegada sindical, com a qual se solidarizaram as quase quatro dezenas de operárias que agora se encontram na rua.

Lei da Reforma Agrária sofre alteração

Foi alterada a redacção de um artigo do Decreto-Lei 406-A/75, que respeita ao reconhecimento das unidades colectivas de produção, enquadradas no processo da Reforma Agrária.

Assim, e de acordo com a nova redacção do Artigo 2.º do referido decreto, de 29 de Julho, o reconhecimento das novas unidades de produção compete ao ministro da Agricultura e Pescas, sob proposta do secretário de Estado da Estruturação Agrária, devendo verificar-se os seguintes requisitos: requerimento a pedir o reconhecimento, dirigido ao ministro da Agricultura, acompanhado de documento que apresente a análise estrutural da exploração antes da intervenção e bem assim o plano

de exploração do ponto de vista técnico e económico, e acta da reunião dos interessados, de que conste a identificação da unidade de produção, e a identificação de todos os interessados, com indicação da profissão exercida até à data da integração na unidade colectiva, e constituição da comissão directiva eleita.

As unidades de produção já reconhecidas, deverão, de acordo com o novo diploma, apresentar também estes elementos, no prazo de 60 dias, para efeitos da sua reorganização.

O decreto-lei que introduz a alteração tem o n.º 262/76, com data de 8 de Abril, e foi publicado no «Diário do Governo», I Série, n.º 84.

NOTA OFICIOSA

Do Ministério da Agricultura e Pescas recebemos a seguinte nota oficial: «De forma a facilitar o andamento do inquérito ordenado pelo ministro da Agricultura e Pescas à delegação de Coruche do Centro Regional da Reforma Agrária, pede-se a todas as pes-

soas que tenham queixas a apresentar relativas ao funcionamento da delegação, que o façam através de uma exposição dirigida ao senhor dr. Araújo Anjos, fornecendo pormenores dos factos que fundamentem as suas queixas.

«A exposição referida deverá ser entregue naquela delegação entre os dias 2 e 15 de Abril do corrente ano.»

LABORATÓRIOS NOVIL

A razão dos trabalhadores confirmada pelos factos

«Alguns trabalhadores afectados ao ex-patrão insistem, inclusivamente em comunicados publicados por alguma imprensa, em denegrir toda a nossa luta, em nos caluniar, tentando criar divisões que só ao ex-patrão aproveitariam».

Esta afirmação, feita com certo amargor, partiu de um dos membros da Comissão de Trabalhadores dos Laboratórios Novil. Julgava esta Comissão que a recente sentença do Supremo Tribunal, confirmando, em última instância, a falência da firma, tinha definitivamente coroado um processo de luta iniciado antes do 25 de Abril. Afinal, sentença talvez ventos de feição, o ex-patrão e trabalhadores seus apaziguados não desarmaram, apesar de a luta legal agora chegada ao fim, ter confirmado, após algum «suspense», a razão que assistia aos trabalhadores.

O caso dos Laboratórios Novil atingiu o auge quando, em Agosto do ano passado, o ex-patrão e ex-professor da Faculdade de Farmácia António Pires Rodrigues, na sequência de uma decisão do Tribunal de Relação, invadiu as instalações da firma, ocupada pelos trabalhadores ao conhecerem que os credores tinham pedido a declaração de falência. Efectivamente, procurando assegurar (conforme conseguiram) os seus postos de trabalho, os cerca de 45 trabalhadores da Novil decidiram-se em plenário pela ocupação, no dia anterior ao julgamento em primeira instância pelo qual a falência foi realmente confirmada. Com a sua permanência nas instalações, noite e dia, evitaram a selagem, tendo entrado ime-

diatamente em negociações com os credores. Não havendo lugar à intervenção por parte do Estado, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 660/74, e recusando a nacionalização da empresa, os trabalhadores entraram em negociações com o administrador da massa falida e alcançaram um contrato de cessação de exploração, pelo qual, sem privilégios para qualquer das partes (credores e trabalhadores) a empresa «arrancou» novamente. Outro elemento da Comissão de Trabalhadores relatou-nos, em síntese, o processo desenvolvido:

«Tínhamos uma experiência de luta que remonta a 1972, com passagem por uma greve que fizemos em Abril de 1974, no tempo em que não era nada fácil tomar essas atitudes de luta. Em Março do mesmo ano,

pedimos uma sindicância à administração, pois o patrão não pagava vencimentos, nem sequer aparecia nas instalações. Passado todo este tempo, estamos ainda à espera que a Judiciária nos dê resposta. Entretanto, antes da primeira declaração de falência, promovemos no Ministério do Trabalho reuniões com o patrão e os credores. O patrão boicotou sempre essas conversações.

«Quando, tendo recorrido para a Relação, ele pensou que a decisão desta instância lhe tinha dado a vitória e veio invadir as instalações, pudemos contar com o movimento espontâneo de solidariedade dos trabalhadores das várias empresas da Rua do Centro Cultural. Foi uma grande jornada de luta que culminou com a expulsão dos «invasores»,

com a presença da PM.

«Todas estas coisas nos deu forças para arrancarmos com decisão, depois de termos perdido mercados, de termos máquinas e viaturas avariadas por longo tempo de paralisação imposta. E não são agora as intrigas de alguns, intrigas às quais certa imprensa dá cobertura, que nos vão fazer desanimar. O Supremo Tribunal, em sentença datada do dia nove de Março, voltou a colocar as coisas no lugar certo. Temos agora, de novo, boas perspectivas de colaboração com os credores da firma e estamos a encetar formas de associação com outros laboratórios nacionais de dimensão idêntica à nossa, com vista a criarmos uma unidade a sério no sector da indústria farmacêutica portuguesa».



Trabalhadores dos Laboratórios Novil: uma luta coerentemente desenvolvida desde 1972

PANIFICAÇÃO

"Não abdicamos do nosso horário que tanto nos custou a conquistar" — afirmam os trabalhadores

«Os patrões querem é que os trabalhadores entrem à hora que eles entenderem» — afirmou-nos esta manhã um dirigente sindical, a propósito das negociações que estão a decorrer no Ministério do Trabalho sobre o horário da panificação.

RECORDAMOS QUE O HORÁRIO, COM ENTRADA ÀS 11 E 15, FOI PUBLICADO NO Boletim 47 do Ministério do Trabalho, em 22 de Dezembro de 1975. Corresponhia a uma velha aspiração da classe. As entidades patronais desenvolveram, então uma enorme campanha junto do público contra esta decisão. Aliás, o horário nunca foi cumprido em muitas padarias. Nalguns casos por intimidação e, noutros, por coacção. Recordamos aqui o caso da Panificadora Reunida de Queluz, onde alguns trabalhadores, com idades entre os 12 e 18 anos eram trazidos de casa numa camioneta. Só agora fomos informados que o delegado e dirigente do Sindicato da Panificação, que trabalhava nesta empresa foi sus-

penso. O horário ali praticado é com entrada às 4 e 30, o que corresponde, na verdade, à proposta actual do Ministério do Trabalho. Entrada às 4 e 30. A isto se opõem todos os Sindicatos do País. Ontem deveria ter-se efectuado uma reunião no M.T. para discutir o assunto. A entidade patronal não compareceu. Por isso, foi decidido que, caso a entidade

patronal, volte a não estar presente na reunião do próximo dia 13, a questão seja resolvida por via administrativa. «Não estamos dispostos a abdicar de um horário que tantos anos nos custou a conquistar» — eis a posição dos trabalhadores.

Entretanto, prossegue a discussão do anteprojecto do contrato colectivo de trabalho, o

qual deverá ser apresentado à entidade patronal no dia 12 de Maio. No contrato em vigor, o salário mínimo é de 4.300\$00 para servente, enquanto para o próximo se pode um salário de seis mil escudos para esta categoria. O leque salarial é bastante reduzido, pois prevê um ordenado de nove mil para o encarregado.

Dorsil em greve

Os trabalhadores da Dorsil encontram-se de novo em greve. Depois de uma recente paralisação de 15 dias, os operários voltaram a entrar em greve no passado dia 1, devido ao patrão não ter cumprido o que tinha acordado com os sindicatos de Lisboa e a comissão de trabalhadores da empresa.

Os trabalhadores ainda não receberam o salário do mês de Março e, na maior parte dos meses, recebem a «prestação». Retroactivos e subsídios, nem pensar nisso. O

patrão argumenta que teve um prejuízo de oito mil contos o ano passado. Os trabalhadores não acreditam e pedem um inquérito à empresa.

Só voltarão ao trabalho quando lhes for garantido o pagamento dos retroactivos (a 1500 escudos por mês), tal como tinha sido combinado, os ordenados pagos a «tempo e horas» e o pagamento dos dias de greve.

Ao contrário do que aconteceu na primeira paralisação, desta vez, a greve é total, pois

abrange todos os sectores da Dorsil. O patrão, Domingos Ribeiro da Silva, deve apresentar ainda hoje no Ministério da Habitação e Urbanismo, um balanço dos anos 74 e 75 e as previsões para os próximos três meses.

Recordamos que o sr. Domingos Ribeiro da Silva, também era acionista da SIURBE (que faliu); da G.C. (que faliu) e da A.C. (que faliu). Estas informações foram fornecidas pela Comissão de trabalhadores. Com toda esta «experiência», segue-se a Dorsil?

Nacional

P.C.P. aborda problema da emancipação da mulher

«A emancipação da mulher, a verdadeira emancipação, tal como nós a entendemos, passa pela liberdade de todos os trabalhadores, e, para levar a cabo essa libertação, é indispensável que as classes e camadas laboriosas do campo lutem unidas com o proletariado e as demais classes trabalhadoras da cidade» — palavras de Margarida Tengarrinha proferidas ontem à noite na Voz do Operário no decorrer duma sessão do P.C.P.

A sessão foi especialmente dedicada à problemática da mulher. Falaram diversas oradoras, além de Margarida Tengarrinha: Alda Nogueira, Ma-

nuela Santos Nunes, e Marília Vilaverde Cabral.

Foi ontem o Dia da Mulher Moçambicana e, na ocasião, foi lida uma mensagem do C.C. do P.C.P. ao Executivo Nacional da Mulher Moçambicana. «Desejamo-vos os maiores sucessos na vossa luta — dizia o texto lido. Podeis estar certas, queridas camaradas, de que o vosso povo contará sempre com a solidariedade dos comunistas portugueses». De entre as palavras de ordem que a assistência ergueu, duas referiam-se ao MPLA e à Frelimo.

Esteve presente o secre-

tário-geral do P.C.P., Alvaro Cunhal, que começou a sua intervenção por fazer o elogio da participação da mulher do processo revolucionário em Portugal. Noutros passos, e referindo-se a problemas prementes na conjuntura política actual, o secretário-geral do P.C.P. apontaria para a necessidade de uma efectiva unidade de forças de esquerda, para impedir o avanço das forças de direita. A propósito, aludiu às condições desfavoráveis está a processar-se a actividade das forças de esquerda em diversas regiões do território nacional.



Mário Soares, rodeado por elementos do Secretariado Nacional do P.S., apresentou hoje, em conferência de imprensa efectuada no Hotel Ritz, o projecto de Governo do partido de que é secretário-geral

P.S. LANÇA PROJECTO DE GOVERNO

Recurso a independentes de alta competência técnica (e eventualmente militares)

«Reorganizar a actividade económica e social ao serviço das classes trabalhadoras; alcançar o pleno emprego e o desenvolvimento acelerado da produção; satisfazer as necessidades básicas da população e garantir a qualidade de vida dos portugueses; promover a justiça social e a defesa do poder de compra dos trabalhadores; assegurar a independência nacional; fortalecer a autoridade democrática do Estado e garantir as liberdades», eis os principais objectivos do projecto de Governo do P. S., anunciados esta manhã por Mário Soares, numa conferência de imprensa efectuada no Hotel Ritz.

Caso venha a formar Governo, segundo o projecto, será homogêneo «embora possa vir a ser composto por membros do P. S., por independentes de alta competência técnica e, eventualmente, por membros das Forças Armadas».

Enumerando os pontos onde vai incidir a sua acção, conforme o projecto governativo, defende o P. S. no capítulo do planeamento social da economia a elaboração de um plano anual, outro a médio prazo (cinco anos) e outros, prospectivo, a longo prazo (15 anos). Defende a criação de um Conselho de Ministros restrito para o Ordenamento do Território e apresentará uma nova proposta de divisão administrativa do País. «O plano não será um colete de forças», observa o P. S.

Serão delimitados os sectores público e privado, consolidadas e assimiladas as nacionalizações, incrementado o cooperativismo, considerado base do socialismo, «apontando para o desenvolvimento da autogestão e da democracia económica».

O Governo P. S. (segundo o projecto) institucionalizará o controlo de gestão como «forma privilegiada de intervenção dos trabalhadores na vida colectiva das empresas». O exercício deste controlo compete às comissões dos trabalhadores.

REFORMA AGRÁRIA

O êxito da Reforma Agrária medir-se-á por dois objectivos essenciais: «criar as condições estruturais necessárias ao progresso da agricultura e lançar as bases indispensáveis para o estabelecimento de novas relações de produção nos campos». No minifúndio, a Reforma Agrária «assentará fundamentalmente no fomento das associações cooperativas»; no latifúndio, o ponto de partida da Reforma Agrária «é a expro-

priação e nacionalização dos solos».

Para a reorganização dos circuitos de distribuição, o P. S. apresenta um programa de intervenção no próximo quadriênio, constante das seguintes medidas: «Transferência gradual para as cooperativas, uniões e federações de cooperativas de algumas actividades actualmente desempenhadas pelos organismos de coordenação económica; programação e estruturação de uma rede nacional de frio; reorganização do comércio interno fomentando as associações dos comerciantes».

Não vendo vantagens na nacionalização do comércio externo, o projecto do P. S. garante no entanto que «para um mesmo mercado não apareça mais que uma firma a colocar o mesmo tipo de produto». Ainda no domínio do comércio externo, «empresas públicas a criar a curto prazo poderão abranger os seguintes sectores: têxteis, calçado, produtos alimentares, madeiras, mármore, cortiça e respectivas obras».

LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

As comissões de trabalhadores «serão legalizadas», sendo garantida a sua democraticidade. Será revista a legislação laboral, a legislação sindical; revista a actual Lei da Greve e revisto o quadro em que tem decorrido a contratação colectiva. O P. S. procederá ao desenvolvimento de acções que «permitam a efectivação do princípio de educação permanente nos campos profissional e sindical». Será criado, por se considerar indispensável, um Tribunal de Conflitos Colectivos de Trabalho.

No campo do emprego serão incrementados os investimentos, «com particular atenção às ilhas adjacentes e Nordeste Transmontano». Assim, no domínio dos investimentos públicos, entre outros, defende o Projecto de Governo do P. S., a construção de habitações sociais, electrificação rural acelerada, generalização rápida das redes de água e saneamento às freguesias rurais, construção e equipamento das escolas. Será lançado o investimento privado criando incentivos nos domínios do crédito, das facilidades fiscais e aduaneiras e da simplificação administrativa.

No que respeita a um programa de emergência o turismo vem à cabeça. A política de turismo do P. S. avança para o fomento do turismo social, considera-o numa perspectiva

cultural e defende o lançamento de novos investimentos com vista a criar novos empregos. Por fim, prevê o projecto P. S. a criação de um Conselho Nacional de Turismo.

No capítulo da Saúde proceder-se-á (segundo o projecto) ao controlo da indústria farmacêutica e a reforma do ensino médico e dos restantes técnicos de saúde. Esta reforma deverá ter em vista a formação do Serviço Nacional de Saúde.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Promete o P. S.: desenvolvimento de um plano de educação pré-escolar, institucionalização de uma via de revisão regular dos programas de ensino básico e secundário, garantia de liberdade de fundação de estabelecimentos de ensino privado, reformulação do ensino secundário no sentido de possibilitar um imediato encaminhamento técnico-profissional, defesa da gestão democrática das escolas do ensino superior e revisão dos sistemas vigentes nos vários níveis de ensino. Em matéria de transportes defende o P. S. o desenvolvimento prioritário dos transportes colectivos e uma política de preços em que as tarifas acompanhem a evolução dos custos. Pela igualdade de todos os cidadãos perante a lei, promete o P. S. abolir a discriminação de que ainda é alvo a mulher portuguesa, eliminar a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos, a aplicação do princípio «a trabalho igual, salário igual», a reestruturação da Polícia Judiciária, a revisão do estatuto da profissão de advogado.

No capítulo importante da independência nacional, «uma nova forma de estar no mundo», lembra o P. S. a «importância da nossa inserção na Europa», reafirma o apoio à nossa candidatura à C. E. E. defende uma política económica que consagra a diversidade e universalidade e ratifica o Código de Investimentos Estrangeiros do VI Governo. Entretanto, nos seus considerandos o projecto do P. S. acusa o P. P. D., C. D. S. e P. D. C. de partidos da direita que têm o objectivo «de tudo fazer voltar para trás» objectivo que «transparece das propostas do P. P. D. e do C. D. S.».

Apresenta no entanto o P. S. os condicionantes de um projecto de governo socialista. Entre outras: a descolonização, os retornados, a economia de pequena dimensão, a crise económica, o aumento do desemprego, a diminuição da produção e do rendimento nacional, o défice da balança de pagamentos.

FREITAS DO AMARAL

Pela revolução personalista contra a revolução socialista

«O C.D.S. está disposto a governar» — declarou Freitas do Amaral, ontem, em Conferência de Imprensa convocada para lançamento do programa do partido centrista distribuído por «Bases para uma estratégia», «Manifesto eleitoral» e «Plano global para a reconstrução da economia».

No plano da estratégia eleitoral define o C.D.S. os partidos presentes no Governo. Para Freitas do Amaral o P.C. «não mudou uma linha em relação ao que afirmava antes do 25 de Novembro»; o P.S. «neste momento não pode ser outra coisa diferente da do «orgulhosamente sós» jógando «no triunfalismo vitorioso» e fazendo uso dos «imensos privilégios que resultam de estar, maioritariamente, no Governo»; o P.P.D. anda à «busca de eventual novo espaço políti-

co à direita, sem perda da face social-democrata, através do anticomunismo e do anti-social-marxismo».

Quanto à Constituição salientou Freitas do Amaral: «O C.D.S. saberá acatar a Constituição Portuguesa e saberá fazê-la respeitar, designadamente nos limites que impõe e no espírito democrático que informa um enorme número dos seus projectos. A Constituição não será, especificamente, para nós um obstáculo intransponível, embora o seja para um partido de direita capitalista». Enviados para o manifesto eleitoral do C.D.S., Freitas do Amaral considera: «Julgamos perfeitamente possível construirmos sozinhos um Governo dinâmico, eficiente e aberto, sem contudo necessitarmos de multiplicar o número de subsecre-

tários e secretários de Estado e de ministros até à cifra espectacular das oito dezenas».

O C.D.S. visa a transformação da sociedade pela revolução personalista com rejeição da revolução socialista.

Em suma, segundo o C.D.S., que se considera a Alternativa de 1976, votar nele significará «na prática governamental, o primado do personalismo sobre o socialismo, as vantagens do centro sobre a esquerda, a fecundidade e a justiça da economia social de mercado, quer em relação ao capitalismo materialista; a força da revisão empresarial em confronto com a perspectiva burocrática; a responsabilização dos diferentes parceiros sociais na superação da anarquia, da desorganização ou do despotismo de uns sobre os outros».

LOPES CARDOSO

Governo socialista só com maioria P.S.-P.C.P.

Um futuro Governo socialista terá de assentar numa maioria parlamentar P.S.-P.C.P., afirmou a agência noticiosa húngara M.T.I., o ministro Lopes Cardoso.

Relativamente aos possíveis resultados eleitorais o ministro da Agricultura sublinhou, que «se em Portugal após as eleições for constituído um Governo de direita, não só a Reforma Agrária correria perigo mas também a democracia e a liberdade. Um Governo de

direita só podia pôr em prática uma política para restituir ao capital as suas antigas posições, pela violência e repressão pois nem operários, nem os trabalhadores agrícolas deixariam destruir as conquistas da Revolução — a Reforma Agrária e as Nacionalizações».

A concluir, Lopes Cardoso considera que se o P.S. não conseguir formar um Governo exclusivamente socialista passaria à oposição, permitindo a direita governar.

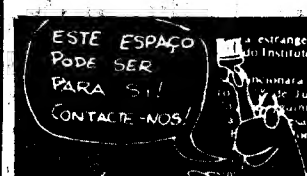
Melo Antunes na Dinamarca

COPENHAGUA, 8 (R) — O ministro português dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, chegou ontem a esta capital para dois dias de conversas sobre a reconstrução económica de Portugal. Circulos do Ministério dinamarquês dos Negócios Estrangeiros informaram que serão também debatidas as relações Leste-Oeste desde a cimeira de Helsínquia o ano passado e a situação na África Austral.

A parte as conversações formais, Melo Antunes visitará a Escola Sindical em Elsinore e fará uma visita de cortesia à rainha Margarida no Palácio de Amalienborg, amanhã.

Perdeu-se

Carteira com documentos e dinheiro no passado dia 29 junto à estação de St.º Apolónia. Pede-se o favor a pessoa que a encontrou de a entregar na Av. Casal Ribeiro 37, 2.º Dto., Lisboa. Telef. 555538.



Petardo contra dirigente do C.D.S.

PORTO, 8 — De um automóvel que surgiu a grande velocidade, cerca das 21 e 30 de ontem, na Rua do Padrão, à Foz do Douro, foi lançado um petardo de pequena potência contra porta da residência do sr. Walter Cudell, vice-presidente da Co.issão Distrital do Porto do C. D. S., residente naquela aréria no prédio n.º 9.

A bomba destruiu a porta da

casa, causando ainda estragos de pequena monta no interior, onde na altura se encontrava, no andar superior, a esposa e um filho daquele dirigente do C. D. S. Este, que participava numa sessão de esclarecimento do seu partido na Vila da Feira, foi avisado telefonicamente do sucedido. O petardo causou ainda danos nos vidros dos prédios contíguos à residência atingida.

Nacional



A Frente Polisario pôs em armas o povo saraui, na mais recente guerra africana contra o imperialismo

Sahara ocidental as areias do impo

FERNANDO ANTONIO ALMEIDA

(cuja reservas se distribuem apenas por três grandes zonas do planeta — situadas na U.R.S.S., nos E.U. e na África do Norte), nomeadamente pôr a garra no Sahara Ocidental, através por exemplo de um país infra-imperialista como Marrocos, com a ajuda da Espanha sub-imperialista. Por exemplo, que não por acaso.

OS FOSFATOS DO SAHARA OCIDENTAL

As reservas em fosfatos do Sahara Ocidental, repartidas em 5 zonas numa superfície de 250 km², oscilam segundo as fontes, dado que prospecção e exploração são relativamente recentes, entre 1700 e 3000 milhões de t (ainda que haja quem avance números da ordem dos 10 000 milhões...), de quais 6 décimos com um teor em cal de 80 por cento. Para a principal região e a única actualmente em fase de exploração, Bu-crâá, as reservas são estimadas em entre 1000 e 1700 milhões de toneladas. Por outro lado o valor dos fosfatos seharauis aumenta qualitativamente pois o seu teor parece ser duas vezes superior ao dos fosfatos marroquinos. Com outra vantagem já que a maior parte das reservas estimadas são de fácil extração, visto que se encontram a apenas uma dezena de metros de profundidade o que torna possível uma exploração a «céu aberto». Por outro lado a existência de uma infra-estrutura moderna — um tapete rolante que transporta continuamente o minério durante uma centena de quilómetros desde Bu-crâá até ao porto artificial de El-Ayun, especialmente preparado para receber cargueiros de grande tonelagem.

Apesar de recente a exploração dos fosfatos de Bu-crâá pela Espanha deu resultados bem mais que prometedores. Os investimentos nacionais não faltaram: 25 000 mi-

lhões de pesetas investidos até 1974. E a Fosbucraa pensava investir mais 15 000 milhões e atingir uma produção de 10 milhões de t anuais (em 74 a produção foi de 2 milhões de t dos quais três quartos foram absorvidos pelo mercado interno espanhol e o restante exportado para a R.F.A. e Japão, e em 75 de 3 milhões e 500 000 t). Acrescente-se que a Krupp investiu 33 milhões de dólares na infra-estrutura (transportes e porto artificial), sendo todavia desconhecida a participação dos «lobys»

para Marrocos, 30 por cento para a Espanha e 10 por cento para a Mauritânia, segundo parec

OS FOSFATOS MARROQUINOS

Marrocos, por sua vez representa um mundo fosfatos. Com reservas avaliadas nuns 40 milhões de t., para um total de reservas mundiais que oscila pelos 80 milhões, Marrocos, que fornece apenas para o consumo cerca de 10 por cento da sua produção, detém 15 por cento da produção mund

A grande riqueza conhecida do Sahara Ocidental são os fosfatos. Descobertos em 1947 — um dos maiores jazigos do Mundo — só em 1969 se constitui a empresa de Fosfatos de Bucráá (Fosbucraa) com capitais de Instituto Nacional de Industria (INI) espanhol. A exploração real data-se a partir de Fevereiro de 1972. O «contributo» dos fosfatos saharauis para a crise política que vive actualmente a região é indiscutível.

FOSFATOS PARA QUÊ?

Os fosfatos não são uma riqueza mineral como outra qualquer. Os fosfatos estão directamente ligados ao principal problema (focado de um ponto de vista malthusiano ou outro) que a humanidade enfrenta ou e desde sempre enfrentou: a nutrição, a fome. Os fosfatos constituem com efeito, depois de tratados industrialmente uma das bases fundamentais dos adubos e têm a função primordial de compensar a terra do fósforo que lhe «roubam» as plantas. Os adubos fosfatados são sobretudo aplicados nas terras ácidas às quais fornecem o fósforo perdi-

do durante a gestação das plantas e são particularmente importantes para a cultura de cereais. Pode-se fazer uma ideia significativa do aumento de produtividade das terras adubadas comparando os seguintes dados, em que vários factores entram em linha de conta (como a mecanização, o uso de pesticidas e herbicidas, etc.) mas de que os principais são o emprego de fosfatos e adubos e a selecção das espécies vegetais: em França o consumo de adubos azotados passou, entre 1900 e hoje, de 54 000 a 1 500 000 toneladas e o de adubos potássicos de 12 000 a 1 400 000 e o de adubos fosfatados de 176 000 a 1 700 000 T. Como consequência a produtividade por hectare de trigo aumentou 5 vezes: de 8 a 10 quintais para 47 quintais.

Se com fosfatos se fabrica trigo, não pode esquecer-se que praticamente todos os continentes são deficitários em relação à produção de cereais. Uma excepção de peso político: a América do Norte e de entre esta os Estados Unidos que já participam com mais de metade dos

cereais comercializados internacionalmente e que se prevê para breve a sua participação com três quartos dos cereais vendidos no mercado mundial. Ora, mais do que qualquer outra matéria prima, o pão constitui já e pode vir a constituir no futuro a mais terrível arma «legal» de pressão de que os actuais Estados Unidos podem fazer uso para continuarem a sobreviver, isto é, a manter os laços de domínio sobre o resto do globo. Países «ricos» como a União Soviética ou o Japão são, altamente deficitários em cereais. Os países do Terceiro-Mundo são no muito mais. E Kissinger (este ou outro) pode muito bem dizer a todos aqueles que tentam fazer pagar as matérias primas que produzem a preços mais altos e justos, como a OPEP: «Pois comei petróleo, comei cobre, comei bauxite. Sem o nosso trigo se-reis incapazes de nutrir a vossa população». E se os fosfatos são quase um meio «sine qua non» para aumentar a produção de trigo, é de todo o interesse tomar o controlo dos fosfatos produzidos no mundo



Da solidão das areias nasceu a luta pela independência, e...

não espanhóis nos fosfatos saharauis.

Quanto a Marrocos, que já em 1970 se tinha oferecido para indemnizar os espanhóis dos seus investimentos em Bu-crâá, parece reter-se entendido, aquando do acordo tripartido de Outubro de 75, com os seus parceiros — Espanha e Mauritânia — para repartir o bolo: 60 por cento da acções da Fosbucraa

com cerca de 20 milhões de t. (em 74), vindo a ocupar o terceiro lugar depois da U.R.S.S. (38,7 por cento) e da U.R.S.S. (21,9 por cento) (dados de 73 para os últimos).

Mas na realidade a cifra de 15 por cento da produção mundial bastante significativa importância de Marrocos ao nível da comercialização toma outro relevo se tivermos em conta,

Imperialismo

por a e au- ce. vez, o de rvas bi- otal iais bi- ab- au- e 3 pro- cen- dial



a resistência às garras do imperialismo

ões em dos) e cen- es- se a o da já a ocas ciali- levo co-

mo apontámos, o baixo nível de autoconsumo do reino alauita e em sentido inverso a absorção pelo mercado interno de grande parte da produção da U.R.S.S. e dos E.U. Enquanto em 1973 a U.R.S.S., que produziu 21,9 por cento dos fosfatos mundiais participou com 11 por cento no mercado internacional (mas sobretudo socialista) os E.U. produzindo 38,7 por cento participaram com 22,4 por cento, para Marrocos os números são respectivamente de cerca de 15 por cento e 34,8 por cento, para 74,

tação neste domínio dos fosfatos. Agrupando os países em três categorias — Países de Economia Planificada (P.E.P.), Países de Economia de Mercados (P.E.M.) e Países em Via de (sub) Desenvolvimento (P.V.D.), verificamos que, em 1972, enquanto os P.E.P., que produziram por 25,8 por cento, participaram com 14,9 por cento no mercado internacional e os P.E.M., que produziram 44,1 por cento, participaram com 30,1 por cento, os P.V.D. com uma participação na produção de apenas 30,1 por cento, exportaram por 55 por cento. E não se pode portanto deduzir que, aos países do Terceiro Mundo, os fosfatos lhes não façam falta.

Por outro lado a importância relativa de Marrocos, que já detém como exportador mais de um terço do total mundial, tende ainda a aumentar se se consumir a anexação do Sahara Ocidental (longe vá o agoiro), pois as 3 500 000 t. produzidas por este último país em 1975 se destinaram integralmente à exportação e ainda porque se prevê que a produção anual do Sahara Ocidental possa atingir os 10 000 000 t (capacidade potencial). Isto não obstante as flutuações do mercado mundial que podem levar a restrições do consumo e da exportação, como acontece actualmente (o que obrigou Marrocos a diminuir a sua produção de cerca de 30 por cento entre 1974 e 1975 e a acumular «stocks» excessivos da ordem dos 7 milhões de t.) já que estas obedecem a variadíssimos factores como o aumento do preço dos fosfatos (o que pode levar a estimular a produção de certos países ricos dado que a sua exploração se pode revelar rentável), a existência de «stocks» importantes de cereais e a sua cotação do mercado internacional que implica reequilíbrios na produção cerealífera (de cujo mercado os P.E.M. detêm o controlo absoluto), passando pelos custos

dos transportes (que têm tido aumentos muito sensíveis nos últimos anos), pelo mercado do «fosfatos transformados», o ácido fosfórico e os adubos, que pertence em absoluto também aos países capitalistas (P.E.M.) que em 1972 detinham 81 por cento do mercado mundial (cabendo 27,4 por cento aos E.U. e à C.E.E. — que não produz fosfatos! — 36,5 por cento), não obstante esta fragilidade relativa, dizíamos, para Marrocos a produção de fosfatos e o seu peso no mercado mundial é de importância vital. Basta dizer que em 1974 os fosfatos representaram 55 por cento do valor total das exportações marroquinas e que o Office Chérifien des Phosphates (de que detem acções sua majestade o rei Hassan II, a sua corte feudal e grandes empresas estrangeiras) rendem ao Tesouro Real no mesmo ano três biliões de dirhams.

Apesar de um recente esforço de modernização para transformar dentro do país uma parte do mineral (com a criação de duas unidades de produção de ácido fosfórico, prevenindo-se que uma delas comece a funcionar no final do ano), Marrocos não parece em medida de aproveitar ao máximo as suas riquezas por incapacidade das suas estruturas sociopolíticas, por incapacidade de opção. Basta ver que, como dissemos, o consumo de fosfato foi, em 74, de 3 por cento da produção (tendo aliás entre 1973 e 1974 o consumo diminuído de 671 000 a 618 000 t em razão do seu aumento de preço que torna inacessíveis os adubos a uma boa parte dos camponeses marroquinos) e que no domínio dos cereais o déficit crónico (num país que foi na Idade Média um grande exportador e fornecedor da Península Ibérica), que compensa através de compras e até de «ajudas» — como a dos E. U. que a este título lhe fornece quantitati-



Uma escola ao ar livre, a exemplo das «áreas libertadas» das guerras africanas

vos que chegam a atingir 600 000 t anuais — o levou a importar, em 1974, 10 milhões e, em 1975 15 milhões de quintais de trigo.

Tendo conseguido, graças à sua posição de força, um aumento constante e sensível do preço dos fosfatos no mercado mundial (14 dólares a t em 1973, 42 em 1974, 68 em 1975), Marrocos encontra-se hoje a braços com uma superprodução e tenta colocar os fosfatos ainda que diminuindo com vários estratagemas o seu preço real. Mas o Sahara Ocidental apesar da actual conjuntura negativa (baixa de pelo menos 20 por cento no consumo mundial em 75 com as consequentes repercussões sobre os preços e a produção) interessa-lhe de sobremaneira: por um lado a quebra de preços é, além de conjuntural, bastante artificial e os adubos têm o seu futuro assegurado; por outro controlar os fosfatos do Sahara Ocidental significa, como mínimo, eliminar um concorrente.

PETRÓLEO, FERRO E ETC

Mas nem tudo são fosfatos no Sahara Ocidental. Realidade ou mito, ten-

de-se hoje a transformar o Sahara Ocidental em novo El-Dorado. O secretismo das companhias prospectoras aguçou a curiosidade de uns e o apetite dos outros. Assim surgem enumerações de riquezas consideráveis, neste país até há pouco esquecido do capitalismo sanguessuga: gás natural, petróleo (de que as prospeções na plataforma marítima engajam os grandes deste mundo — Mobil, Gulf, Texaco, Esso, etc.) ferro (que parece existir em quantidade — em Agrache calculam-se 70 000 000 t de reservas — e em qualidade de teor de 65 por cento — muito rentáveis), o que não estranhará ninguém tendo em conta a existência de importantíssimos jazigos na região (Gara-Djeblet na Argélia, F'Derick na Mauritânia), urânio, titânio, vanádio, zinco, cobre, para falar só de minerais. Para não falar já do «maior lago subterrâneo de água doce do mundo», a 450 metros da superfície do solo e com uma profundidade de águas variando de 10 a 70 metros (imagina-se tanta água no deserto? — com consequência «inimagináveis» para o desenvolvimento agrícola da região?...). Além de um mar estendi-

do ao longo de mais de 1000 km de costa aonde fundeiam frotas pesqueiras de várias nacionalidades (japonesas, coreanas do sul, soviéticas, espanholas, canárias, etc.). Que apesar da pesca «desordenada» (até aqui foro da Espanha, de onde sacou boas maquiãs) que levou à quase destruição de riquíssimos bancos pesqueiros, a costa atlântica do Sahara Ocidental entrando em declive suave pelo oceano, constitui uma extraordinária reserva de fauna marítima, objecto do apetite das mais variadas nações (entre as quais se arrisca a encontrar ilegalmente Portugal, se por acaso as convenções no domínio da pesca que está a negociar ou já assinou com Marrocos e a Mauritânia englobam as águas do Sahara Ocidental anexadas por estes dois países, o que levaria ao nosso país a optar por um Terceiro Mundo muito especial...)

Eis pois um país, enfim, que pode viver economicamente por si próprio e que talvez por isso mesmo tenha que lutar duramente para conseguir usufruir da maior das suas riquezas — a liberdade de decidir do seu próprio destino.

Estrangeiro

PUB

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 2 do Artigo 24.º dos Estatutos, convoco todos os Sócios deste Sindicato, no pleno uso dos seus direitos sindicais, para uma Assembleia Geral, a realizar no Centro de Recreio Popular do Bairro Norton de Matos, em Coimbra, no dia 9 de Abril de 1976, pelas 21 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise dos problemas da aplicação total do Nivelamento — medidas a tomar.
2. Bases Gerais do projecto da Lei da Greve — posição a tomar.
3. Horário de Trabalho Nacional — posição a tomar.
4. Informações.

Coimbra, 2 de Abril de 1976.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Alvaro Ribeiro

NOTA: Nos termos do Art.º 26.º a Assembleia Geral terá início à hora marcada com qualquer número de Sócios.

Soljenitsyne: o crepúsculo da vedeta

ALICE NICOLAU

Desembarcado no Ocidente com a auréola de um «mártir da liberdade», o escritor Alexandre Soljenitsyne, «dissidente» premiado com o Nobel da Literatura, parece prestes a atingir o ocaso da sua carreira.

As últimas declarações desse homem que o Ocidente agarrou com unhas e dentes, para o exibir como testemunho «implacável» dos atropelos aos direitos do Homem, que, segundo a propaganda imperialista, são inerentes aos regimes socialistas, atingiram as raízes do absurdo. De tal modo que muitos dos que o incensaram não hesitam agora em subscrever protestos contra o ultra-direitismo das suas posições políticas. É o caso das confederações sindicais, C.I.S.L., C.M.T. e C.E.S., que apresentaram um protesto conjunto contra as declarações prestadas pelo escritor ante a Televisão espanhola.

Acusando o conhecido escritor de «abandonar o combate pelo respeito pela pessoa humana», as três centrais sindicais protestam contra o facto de ele «exaltar o regime franquista e aconselhar os espa-

nhóis a travarem o processo de democratização».

No seu comunicado, as signatárias solicitam a Soljenitsyne que «não coloque a sua pessoa e a sua nomeada» ao serviço dos que combatem a causa dos direitos humanos.

As declarações que o escritor proferiu na TVE constituíram um verdadeiro escândalo internacional. Além de aconselhar os espanhóis a não se apressarem muito no caminho da democracia, pois poderiam cair rapidamente na ditadura, disse-lhes que eles viviam já em «liberdade absoluta». Não contente com isso, comparou a guerra civil espanhola à Grande Revolução Socialista de Outubro, concluindo que os espanhóis foram mais felizes que os russos, pois em Espanha «o conceito de vida cristã foi mais forte, ao passo que na U.R.S.S. o vencedor foi o comunismo».

É difícil explicar aos povos de Espanha que os crimes franquistas são a realização concreta da vitória do «conceito cristão», mas tudo se compreende, em vista da concepção global que o escritor tem da existência e do actual momento histórico, e que ele resumiu nesta fórmula: «o

Mundo sofre de uma crise moral, depois de ter rejeitado todos os valores sobrenaturais, e a sua crise trouxe o comunismo».

Tão calamitosas foram as suas declarações ao povo espanhol que um socialista moderado, como Tierno Galvan, pouco suspeito de simpatias comunistas, teve este desabafo: «A similitude das suas declarações com a posição dos meios governamentais de direita é, na verdade, uma coincidência suspeita».

Mais grave ainda: falando em tom apocalíptico na BBC de Londres, Soljenitsyne lançou pesadas acusações contra o presidente Ford e o seu secretário de Estado, Henry Kissinger, acusando-os das «coisas terríveis que aconteceram no Mundo nestes últimos dois anos». Segundo a revista norte-americana «Time», donde extraímos esta informação, as palavras do escritor devem ter gelado o presidente dos E.U.A., que se apressara há dias a enviar-lhes um telegrama de calorosas felicitações por ter sido agraciado com um prémio, já de si, muito significativo: a medalha da Fundação da Liberdade, de Valley Forge, na Pensilvânia.

Que «coisas terríveis» foram essas? Nada mais nada menos que a «perda de liberdade» (segundo Soljenitsyne) em Angola, no Vietname, Camboja e Laos... Indícios — segundo ele — de que o Ocidente «não desistiu apenas de quatro, cinco ou seis países, mas do Mundo inteiro». Devido a estas «coisas terríveis» — disse — o Ocidente «está à beira de um colapso criado por suas próprias mãos».

Mas não se ficou por aqui a fúria do escritor. Declarou expressamente que discordava por completo das «concessões que o Ocidente tem feito perante a U.R.S.S. em matéria de limitação de armamento».

E advertiu que «qualquer dia, os soviéticos não precisam de armas nucleares» para conquistar o Mundo — «podem fazê-lo à mão desarmada».

Estas declarações que um Barry Goldwater ou um Ronald Reagan (o supramundo da reacção norte-americana) não rejeitariam causaram o espanto de um «soviétólogo» americano, Richard Lowenthal. Segundo ele, o escritor soviético está «em profundo desacordo com a História contemporânea» e encara os problemas demasiado simplistamente. Escapa-lhe um dado fundamental: é que o Ocidente não comanda a História. «Nem todas as derrotas do Ocidente, são causadas pela rendição ante a U.R.S.S. ou a China. Algumas há, como por exemplo, a da Indochina, que resultam da correlação local de forças», escreve Lowenthal, citado pela «Time».

O mesmo «soviétólogo» afirma claramente que seria «criminosamente irresponsável» recusar os contactos com a U.R.S.S., como pretende Soljenitsyne «porque esse é o único meio de controlar o risco de destruição total».

Não surpreende que a própria «Time» acabe por dizer, referindo-se ao «dissidente»: «Como profeta, tem uma visão tão simplista, tão monolítica e absoluta que é incapaz de entender a complexidade do mundo real. Se ele tivesse razão nas profecias que faz, então a única alternativa seria o apocalipse».

Fácil é, pois, de prever o ocaso de Soljenitsyne. Os seus exageros reaccionários roubam-lhe a credibilidade da sua «dissidência» por elevados motivos morais. Uma personalidade como a sua necessariamente é incompatível com o século em que vivemos, e, por maioria de razão, com um regime socialista. A sua «dissidência» é inevitável. Por isso perde todo o significado. Cada vez mais imprestável para efeitos propagandísticos, resta a Soljenitsyne percorrer o caminho crepuscular que o Ocidente reserva a todas as suas Vedetas de ocasião.

DEUS... E OS HOMENS

Por Domingos Porto

Terceira edição aumentada e actualizada com novos capítulos:

ACORES e MADEIRA (Turismo-excursões)
POLÍTICA (Partido unificado)
PREVIDÊNCIA (novas estruturas reformadas, etc.)
RELIGIÃO (T. J. - Novo Mundo) Par.º Recup.º

em todas as livrarias do País

Distribuidora: Livraria OFIR - R. de St.º Ildefonso, 201 - PORTO - Esc.º 60500.

TAP CARACAS

ao serviço de mais portugueses



A partir de 3 de Abril.
2 vezes por semana.
Idas às 4.ª e sábados.
Regressos às 5.ª e domingos.
Entre Lisboa e Caracas,
um grande abraço TAP.
Um novo rumo da
Companhia portuguesa de aviação.
Consulte o seu Agente de Viagens

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES

Service
Service
Service



SERVIÇOS TÉCNICOS PHILIPS

ASSISTÊNCIA AOS TELEVISORES PHILIPS NA MARGEM SUL DO TEJO

Para maior comodidade dos nossos clientes foram nomeados dois técnicos especialistas de televisão que, com maior rapidez, passam a prestar assistência técnica aos Televisores Philips nos concelhos a seguir indicados:

**ALCOCHETE - BARREIRO - MOITA
MONTIJO - PALMELA - SETÚBAL**

A cargo de
JOSÉ AUGUSTO CAETANO SANTOS
Telefones 25709 e 27832

ALMADA - SEIXAL - SESIMBRA
A cargo de
RAFAEL COBELO NEVES
Telefone 2210467

Nestes concelhos, o **SERVIÇO DOMICILIÁRIO** a Máquinas de Lavar Roupa e Loiça, Frigoríficos e Congeladores, continua a ser prestado directamente pelos nossos próprios serviços, devendo os pedidos serem feitos pelo telefone 2190050, ligado a um gravador de chamadas, a funcionar nas 24 horas do dia.

Mantém-se também os Concessionários de Serviço Philips no **BARREIRO** (Américo, Rodrigues & Seruca, Lda.) e em **SETÚBAL** (Vasco Machado) que continuam a prestar assistência técnica a todos os produtos Philips, incluindo televisores.

PHILIPS

Estrangeiro

Por escolha de Mao

Hua Kuo-feng no segundo lugar da hierarquia chinesa

TÓQUIO, 8 — (ANOP) — O presidente Mao Tsé-tung elevou Hua Kuo-feng, desconhecido fora da China há menos de dois meses, aos lugares de primeiro-ministro, e vice-presidente do Partido Comunista chinês, tornando claro que Hua representa a sua escolha pessoal para o próximo dirigente da República Popular da China. Simultaneamente, Mao afastou um velho adversário, Teng Hsiao-ping.

Hua, de 56 anos, protegido do presidente Mao é natural, tal como este, da província de Hunan, ocupa assim o cargo de primeiro-ministro que o falecido Chu En-lai gostaria de ver atribuído a Teng.

Chu faleceu a 8 de Janeiro e Hua, então chefe da segurança, foi nomeado primei-

ro-ministro, interino em meados de Fevereiro.

As recentes promoções tornam-no o número dois da China.

A agência jugoslava Tanjug anuncia entretanto que a praça principal de Pequim, Tien An Men, onde na segunda-feira partidários de Teng combateram com milícias, é palco de manifestações de júbilo pela promoção de Hua.

Teng, de 72 anos, que desde a morte de Chu vinha sendo oficialmente criticado como partidário da via capitalista, foi afastado dos poderosos cargos de primeiro-vice-primeiro-ministro, vice-presidente do Partido e chefe do Estado-Maior do Exército.

Breves comunicados do politburo do P. C. distribuídos pe-

la agência Nova China tornam claro que o afastamento de Teng e a promoção de Hua se deveram a acção pessoal do presidente Mao.

As alterações na chefia chinesa representam, segundo a maioria dos observadores, uma vitória das forças «radicais» encarnadas por Chiang Ching, mulher de Mao, sobre a facção de Teng.

Os «radicais» pensam que a luta de classes deve continuar a dominar a vida chinesa, enquanto os partidários de Teng colocavam em primeiro lugar o desenvolvimento económico.

A sobrevivência de Hua dependerá do seu sucesso em conseguir compromissos entre estas duas forças.

A chave do problema poderá

residir nas Forças Armadas, de 2,5 milhões de homens.

A agência Nova China afirma que os motins ocorridos em Pequim na passada segunda-feira foram «um incidente contra-revolucionário organizado, premeditado e planeado» pelos seguidores de Teng Hsiao-ping.

A notícia informa detalhadamente sobre os incidentes registados na Praça Tien An Men, onde cerca de cem mil partidários de Teng incendiaram cinco veículos e injuriaram militares, ferindo também pessoas descritas como «resistentes maoístas».

Este motim — o primeiro verdadeiramente significativo desde os dias agitados da Revolução Cultural — forçou aparentemente o presidente Mao a agir com força e decisão, apesar de notícias insistentes de que o dirigente chinês se encontra muito fraco e é apenas uma «figura decorativa».

O novo primeiro-ministro chinês, que possui como particularidade o humor fácil, deve prosseguir a política desenvolvida por Chu e Mao de oposição aos «revisionistas» soviéticos e de aproximação táctica com os Estados Unidos e o Ocidente no campo das relações internacionais.

Internamente, o seu papel será levar por diante o plano de industrialização de Chu, mantendo simultaneamente as reformas «radicais» nos campos da educação, ciência e outros domínios, que Teng aparentemente rejeitou.

O seu conhecimento de assuntos agrícolas pronunciou o discurso mais importante da Conferência Nacional de Agricultura e levou a cabo com sucesso a aplicação de projectos de irrigação na província de Hunan — auxiliá-lo-á decerto na difícil tarefa de, juntamente com o presidente Mao e o Partido Comunista Chinês, conduzir a China no futuro.



Teng Hsiao-ping (à esquerda), com Mao Tsé-tung, há alguns anos. Ontem, foi anunciada a sua demissão de todos os cargos, enquanto Hua Kuo-feng se tornava o número dois na hierarquia chinesa, logo a seguir ao presidente Mao

Morto o industrial raptado pela E.T.A.

BILBAU, 8 (Anop) — Foi hoje encontrado o corpo de Angel Berazadi, raptado há 22 dias pela organização separatista basca E. T. A., à beira de uma estrada no Norte da Espanha.

A E. T. A. ameaçara matar o industrial, de 56 anos, se a família não pagasse o resgate exigido de 200 milhões de pesetas.

O cadáver foi encontrado por algumas camponesas perto da localidade de Elgoibar.

Um funcionário da cidade de San Sebastian confirmou a ocorrência.

Berazadi foi a primeira vítima de rapto da E. T. A. a ter este fim.

DOIS INSPECTORES DESAPARECIDOS

BAIONA (França) 8 (R) — Catorze pessoas, na sua maioria refugiados políticos espanhóis, foram detidas durante as buscas para encontrar dois inspectores da Polícia espanhola que desapareceram na cidade fronteiriça francesa de Hendaya, no domingo anunciaram círculos da Polícia.

Os dois inspectores, José Luiz Martinez, de 31 anos, e José Maria Ituero, de 25, foram, segundo pensa a Polícia espanhola em San Sebastian, raptados pela organização separatista basca E. T. A.

A Polícia francesa passou a pente fino a área da fronteira,

procurando os dois inspectores, que não se apresentaram ao serviço em San Sebastian na segunda-feira.

Barreiras de estrada e rusgas a residências de conhecidos refugiados políticos espanhóis levaram à detenção para interrogatório de 20 pessoas. Seis, encontradas na posse de panfletos, foram libertadas, de acordo com aqueles círculos.

SEIS EVADIDOS AINDA A MONTE

PAMPLONA, 8 (Anop) — Forças especiais do Exército juntaram-se ontem aos efectivos da Guarda Civil na busca aos fugitivos da cadeia de Segovia que ainda se encontram em liberdade.

Dos 29 evadidos inicialmente, apenas seis se encontram a monte. A busca concentra-se ao longo de toda a fronteira de Navarra com França, nos Piréus.

GREVE DOS TELEFONES

MADRID, 8 (ANO) — O ministro do Trabalho, Soliz Ruiz, avistar-se-à hoje, com o consultor jurídico da companhia telefónica de Espanha, para tentar resolver o conflito laboral em que a mesma está envolvida desde o passado sábado, em que os trabalhadores declararam greve por não terem sido atendidas as suas reivindicações.



Um retrato de Chu En-lai exibido no começo das manifestações de partidários de Teng Hsiao-ping, em Pequim, durante as quais se verificaram os mais graves incidentes desde 1949

Filipinas

Libertados 69 reféns

MANILA, 8 (R) — Todos os 69 passageiros mantidos como reféns num avião assaltado das linhas aéreas filipinas foram libertados hoje, após um cativeiro de mais de 24 horas.

Os três piratas do ar armados a bordo do BAC-111 permitiram que os passageiros desembarcassem após o vice-presidente da linha aérea, Rafael Igoa, concordar em embarcar e ficar como refém.

Um informador militar disse que as individualidades que negociaram com os assaltantes acederam em acompanhar os três piratas do ar no voo que farão a seguir. Julgava-se também que o dinheiro do resgate de 300 000 dólares que os assaltantes exigiram fora entregue, embora o presidente Ferdinand Marcos se tivesse recusado antes a autorizar que ele fosse pago.

Ignorava-se o destino do jacto, mas o piloto, comandante Arnulfo Santos, pediu um mapa de voo para Singapura.

Caleidoscópio

■ BRASÍLIA, 8 (FP) — O Governo brasileiro proibiu a difusão pela rádio e pela televisão de uma «mensagem à nação» do Movimento Democrático Brasileiro (M. D. B.), na qual este partido da oposição protesta contra as medidas de excepção tomadas pelas autoridades brasileiras contra três dos seus deputados.

O Movimento Democrático Brasileiro, que é o único partido da oposição legal, condena no seu manifesto todas as formas de totalitarismo e lança um apelo ao Governo pedindo-lhe que anule as medidas especiais e que volte a democracia.

Na semana passada, o chefe de Estado brasileiro, general Ernesto Geisel, fazendo uso dos seus poderes especiais, retirou o mandato parlamentar a três deputados do M. D. B. que tinham criticado o regime em vigor.

■ ROMA, 8 (ANOP/CR) — O Governo minoritário democrata-cristão de Itália, que está envolvido numa polémica acerca de leis de aborto, reformas e política económica, deverá ser obrigado, segundo tudo indica, a marcar para breve

eleições gerais.

O poderoso P. C. italiano pediu ontem, à noite, a todos os partidos para encontrarem rapidamente soluções para os problemas políticos, a fim de se evitar uma consulta prematura às urnas.

Os socialistas, de cuja abstenção no Parlamento o gabinete do primeiro-ministro Aldo Moro depende para a sua sobrevivência, notaram que única alternativa além das eleições era um Governo de coligação com apoio dos comunistas.

Divergências sobre o aborto entre os democratas-cristãos, apoiados pelo Vaticano, e os outros partidos parecem irreconciliáveis.

Entretanto, uma sentinela da Polícia matou a tiro, em Roma, um jovem, na sequência de um ataque à bomba contra o Ministério da Justiça.

■ TEERÃO, 8 (FP) — O laço cortou as suas relações diplomáticas com Cuba, três meses depois de ter aberto a sua embaixada em Havana.

O ministro iraniano dos Negócios Estrangeiros anunciou a ruptura justificando tal facto pela «ingerência» do primeiro-ministro cubano, Fidel Cas-

tro, nos assuntos internos do Irão.

■ LONDRES, 8 (R) — O parlamentar britânico John Stonehouse, controverso político que simulou a sua morte numa praia da Florida há 17 meses e mais tarde apareceu na Austrália, anunciou a sua demissão do Partido Trabalhista.

A inesperada decisão colocou o novo primeiro-ministro, James Callaghan, com um Governo minoritário.

A maioria trabalhista de um foi eliminada anteontem com a morte do ministro da Saúde, Brian O'Malley.

■ BUENOS AIRES, 8 (FP e R) — Doze pessoas tiveram ontem morte violenta na Argentina, elevando os assassinatos por motivos políticos para, pelo menos, 94 desde o golpe de Estado militar sem efusão de sangue, há duas semanas.

Por outro lado, o primeiro conselho de guerra convocado na Argentina, em Comodoro Rivadavia, desde que o Exército tomou o Poder no país, condenou sete sindicalistas a penas de três a sete anos de prisão, por detenção e porte de armas.

PUB

ESCLARECIMENTO
AOS DELEGADOS SINDICAIS E A TODOS OS TRABALHADORES METALÚRGICOS DO DISTRITO DE LEIRIA:

Confirmamos a realização das Eleições para a Direcção do n/ Sindicato na data anunciada - 7, 8 e 9 Maio/1976.

A Mesa da Assembleia Geral, contactada para um possível adiamento das mesmas, entendeu que tal adiamento não tinha qualquer justificação, pois foram cumpridas todas as formalidades necessárias à convocação.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



GUERLAIN
PARFUMEUR

Pour Elle, le parfum **CHANT D'ARÔMES**
Pour Lui, la ligne **HABIT ROUGE**

PRESENTES DE PÁSCOA PERFUMES
E
ÁGUAS DE COLÓNIA DE «GUERLAIN»

Espectáculos

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

Ficha:

Título original: Frankenstein
Realização: James Whale
(USA-1931)

Argumento: John L. Balderson, segundo peça de Peggy Webling, extraída do romance de Mary Shelley

Fotografia: Arthur Edson

Montagem: Clarence Kolster

Maquilhagem: Jack Pierce

Interpretação: Colin Clive (Frankenstein), Mae Clarke (Elizabeth), John Boles (Vitor), Boris Karloff (o monstro), Edward van Sloan (dr. Waldman), Dwight Frye (Fritz), etc.

Distribuição em Portugal: Sonoro Filmes

Cinema: Caleidoscópio

Classificação: Não aconselhável a menores de 13 anos

O tema de Frankenstein, clássico da literatura que o cinema tantas vezes tratou (e não raro mediocrementemente) é, tal-

"Frankenstein" de James Whale

vez, um dos mitos mais ricos do imaginário, fantástico.

Um pouco escaldados pelas sraquíssimas produções de série aproveitando este tema, foi com alguma expectativa que nos deslocámos ao Caleidoscópio para ver este filme que, além do primeiro a adap-

kenstein, na forma que lhe deu Mary Shelley, é a de constituir uma abordagem trífase da realidade onde a criatura saída do laboratório do barão funciona mais como revelador personagem de excepção, que como monstro aterrador, aspecto vulgarizado pelo cinema. Es-

tónica é, como se sabe, colocada no outro local. A criatura criada por Frankenstein é inequivocamente à partida um ser terrível e a abater. O seu cérebro é anormal, pertenceu a um criminoso (curiosa «Teoria científica» que liga a criminalidade a deformações físicas cerebrais, tanto mais se pensarmos que este filme data de 1931, em plena crise económica e em plena repressão política). A criatura não pode senão fazer o mal.

O cientista é, ainda, apresentado como um semilouco, só recuperado pelo amor e pelas delícias da família e do casamento. Tudo portanto se encaixa para a lógica destruição do «anormal» para que tudo volte à anterior calma, o barão a baronar, o casal a acasalar, os servidores a servir.

Há, no entanto, na realização de James Whale um tratamento das imagens que, parcialmente, se choca com o argumento, traduzindo uma ambiguidade curiosa. Assim, o monstro só mata em cena aqueles que o atacam ou provocam. O assassinio da criança (se existe) está off e, para mais, antecedido por uma cena antológica em que tudo leva a pensar o contrário. E essa cena é tão forte, tão central, que, de súbito, o personagem interpretado por Boris Karloff se transforma em vítima e a raiva dos seus perseguidores em agressão.

Será por acaso que a tribuna donde o burgomestre promete vingança e organiza a perseguição se assemelha tanto a um púlpito eleitoral onde de moca e archote se incita a uma sumária justiça? E que pensar das cenas finais da morte da criatura em que o seu aspecto patético e angustiado (verdadeiro terror, este sim) se sobrepõe ao medo que ela deveria (?) causar, anulando-o por completo, enquanto o moínho arde inquisitorialmente?



Boris Karloff é a criatura de Frankenstein, entre o medo que causa e o medo que tem

tar ao ecran os personagens de Mary Shelley, o ouvir-dizer dos manuais me informava ser um dos melhores.

A riqueza do tema de Fran-

ses três pólos, ou pontos de vista, são os de Frankenstein em busca do fogo do céu que o igualará aos deuses (ou um novo Prometeu), o da criatura, ser interiormente simpático e inocente mas de aspecto monstruoso e o da sociedade que rejeita esse ser pelo seu exterior e o transforma num assassino.

Quer isto dizer que, no romance de Mary Shelley, o fundamental não está no medo que a criatura causa mas exactamente na sua luta por se afirmar como um ser humano no seio de uma sociedade hostil. É o típico humanismo romântico.

No cinema, neste filme de James Whale em particular, a

Concertos em Diálogo

O INATEL em colaboração com a Radiodifusão Portuguesa, realiza amanhã, no Teatro da Trindade, mais um espectáculo musical da série intitulada «Concertos em Diálogo».

Colaboram neste concerto o maestro Silva Pereira, o trompetista Adácio Pestana e a Orquestra Sinfónica da Radiodifusão.

A execução de cada trecho será precedida de comentários feitos pelos próprios maestros, comentários que, sempre que possível tomarão a forma de colóquio com a participação da assistência.

Constam do programa as seguintes obras: Abertura das «Bodas de Figaro» e Concerto n.º 3, para trompa e orquestra de Mozart, «Príncipe Igor», de Borodine e «Capricho Espanhol», de Rimsky Korsakof.

"Um homem difícil de morrer"

O Centro Estudantil de Fotografia e Cinema «17 de Novembro», leva a cabo no próximo sábado e domingo, dia 10 e 11 de Abril, na sua sede, Rua D. Estefânia n.º 16, a projecção do filme de William A. Fraker, «Monte Walsh» (Um homem difícil de morrer). As sessões realizar-se-ão às 15, 17, 19 e 21 e 30.

Em ALHOS VEDROS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA MODERNA

C. P.—Informações

PÁSCOA DE 1976

SERVIÇO INTERNACIONAL

Por motivo das férias de Páscoa, efectua-se para transporte de passageiros portugueses no estrangeiro, os comboios seguintes:

A H. M.	Estações	B H. M.
12-45	P. LISBOA (ST.º APOLÓNIA)	C. 15-01
13-39	P. Santarém	C. 14-07
14-04	P. Entroncamento	C. 13-43
14-25	P. Fátima	C. 13-24
14-34	P. Caxarias	C. 13-15
14-46	P. Albergaria dos Doze	C. 13-05
14-57	P. Vermeil	C. 12-54
15-06	P. Pombal	C. 12-45
15-18	P. Soure	C. 12-32
15-29	P. Alfaielos	C. 12-20
15-45	P. Coimbra-B	C. 12-04
15-56	P. Pampilhosa	C. 11-52
14-10	P. Porto (Campanhã)	C. 13-45
14-18	P. G.ª	C. 13-33
14-34	P. Espinho	C. 13-17
14-43	P. Ovar	C. 13-01
14-59	P. Estarreja	C. 12-46
15-11	P. Aveiro	C. 12-29
15-45	C. Pampilhosa	P. 12-00
16-10	P. Pampilhosa	C. 11-39
16-36	P. Montargus	C. 11-10
16-51	P. Santa Comba Dão	C. 10-57
17-16	P. Nelas	C. 10-30
17-37	P. Mangualde	C. 10-19
17-52	P. Gouveia	C. 10-01
18-15	P. Celorico da Beira	C. 9-41
18-43	P. Vila Franca das Naves	C. 9-28
19-12	C. Guarda	P. 9-08
19-42	P. Cerdinha	C. 9-36
20-09	C. Vilar Formoso	P. 8-47
20-27	P. Fuentes de Oñoro	C. 8-25
20-30	C. Irún	P. 8-00 (H.E.)
20-55 (H.E.)	P. Hendaye	C. 7-55
8-27	C. Paris-Austerlitz	P. 8-40
8-40		C. 8-05
8-45		C. 8-10
9-10 (H.E.)		C. 8-15
17-18		C. 13-55

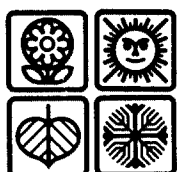
A — Efectua-se nos dias 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 de Abril de 1976.

B — Efectua-se nos dias 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 de Abril de 1976.

Sociedade «ESTORIL» LINHA DE CASCAIS AVISO

Para execução de trabalhos de renovação da via, nos dias 5, 6, 7, 8 e 9, no troço C. Quebrada-Caxias, a circulação de comboios, das 9 h 45 às 12 e das 14 h 45 às 16 horas, far-se-á apenas por uma das vias, com os atrasos daí resultantes.

visite



10º SALÃO
Nauticampo 76

SALÃO INTERNACIONAL DE OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES

NA FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

HORÁRIO: DIAS ÚTEIS DAS 16H AS 23H—SAB E DOM. DAS 15H AS 23H

Na PRAIA DE MONTE GORDO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no BEIRAL DAS ANDORINHAS

FILMES S. 8

Projectores sonoros. Um ano de garantia, assistência garantida 7.200\$00
Projectores mudos 6.000\$00
Projectores usados 5.000\$00
Máquinas de filmar Cannon (automáticas) 6.500\$00

Filmes — Bonecos animados e outros
P. B. mudos 400\$00
P. B. sonoros 800\$00
Cór mudos 700\$00
Cór sonoros 1.000\$00

Filmes especiais 700\$00, 800\$00 a 1.000\$00 (60 metros/cór).

AV. ALMIRANTE REIS, 175, 1.º

TELEF. 58340

(Das 10.30 às 13 h. e das 14.30 às 19.30 h., sábados inclusive)

MAIS QUE UMA REVISTA, UM GRANDEÍSSIMO ÉXITO DE GARGALHADAS!

TARAN·TAN·TAN NÃO ENCHE BARRIGA!

Às 2.ª, 3.ª e 5.ª às 21.30 — Sextas, Sábados e Domingos às 20.30 e 22.30 — Domingos «matinée» às 16 h.
TODOS OS SÁBADOS ÀS 16 H. «MATINÉES» INFANTIS COM BILHETES DESDE 20\$00

Não
aconselh.
menores
18 anos

ADOCQUE
teatro
NO MARTIM MONIZ - TEL. 8742 80

Novos discos

Aí está Sérgio Godinho

Após um ano e meio em que distribuiu a sua actividade por outros sectores (cinema, teatro e espectáculos) Sérgio Godinho volta à actualidade discográfica com o seu quarto álbum.

Autor, compositor e intérprete dos «importantes» da actual música portuguesa, Sérgio Godinho serviu-se da extraordinária capacidade de pôr em música a Língua Portuguesa, para fazer o seu mais homogêneo e bem conseguido trabalho. Para isto muito contribuiu a colaboração da equipa de trabalho que o apoiou, com destaque para Fausto, Sheila, Paulo Godinho, Vitorino, «Zingar» e Fortes.

Tal como aconteceu com o seu último «LP» (denominado «A queima-roupa») não vai ser fácil o público esquecer temas como «Organização popular», «Um tractor», «Bico calado» e «O namoro» (Benjamim). Mas, no álbum estão patentes outros trechos de interesse: «Foi a trabalhar», «Bacalhau basta», «Sul, Norte, Campo, Cidade», «Uma cantiga de amor», «Os demónios de Alcácer Quibir», «Cantiga do Camolas» e «De pequenino». Hugo Lourenço foi o impulsionador-motor desta gravação de Sérgio Godinho: repositório das potencialidades de um compositor-intérprete que muito honra a música portuguesa.

Uma obra que merece ampla divulgação: e apoio do público discográfico. Sérgio Godinho é uma legenda da resistência ao fascismo, cada dia mais colocado no processo revolucionário do nosso país.

• «Bad Luck» (do trio Carstarphen-McFadden-Whitehead) aparece na «sui-generis» interpretação de Harold Melvin e The Blue Notes.

• Os «Nowy» em «Liebestraum» (de Franz Liszt) e «News from the chicken farm» (Paul Vincent-ralf Nowy); um 45 rpm agora lançado no mercado discográfico cá da terra.

• De Espanha, uma voz diferente: a de Cecilia, em «Mi-Querida España» e «Un ramo de violetas», dois trechos da autoria de Sobredo.

• Carlos Luengo: «Las ninas» (do Festival da Canção «Alcobendas») e «Cabalgan», duas composições da autoria do próprio intérprete. Arranjos musicais de Agustín Serrano.

• «Y te vas» e «Porti»; composições idealizadas e cantadas (com fundo de guitarra) por José Luis Perales. Juanito Marquez foi o responsável pela orquestração.

• Cláudio Roberto: uma voz brasileira em «Meu coração que te amava tanto» (versão de António Marcos, da melodia de Salerno/Franco/Mino Reitano) e «Quando a esperança vai embora» (de A. Marcos).

Um estêreo que está a ser bem acolhido no Rio e em S. Paulo.

• Outro cançonetista brasileiro: Silvio Brito. Compôs e interpreta «Quase dois mil anos depois» e «O cabeludo chegou».

Nun «EP», volta Cláudio Fontana. Na sua voz: «Brasil tropical» e «Minha história». O maestro Zéinho dirige a orquestra.

• Teixeira, popularíssimo na Madeira, trabalha para um público constante. Dois 45 rotações com interpretações do baiano: «Coração de luto», «Sonhei contigo», «Dou e dou», «Rio Taipé», «Recado do céu», «Divulgando o Rio Grande».



S. G.: um nome da música portuguesa, a marcar toda uma geração

«Nossa história» e «Como é falsa», são os títulos, todos da autoria (letrista e musical) de Teixeira.

• A bonita Maria Valejo em fados, com enquadramento dos guitarristas Nôbre Costa e António Parreira; mais os violas Francisco Gonçalves e Raúl Silva. Na sua voz, castiça pode ouvir-se: «Cada dia mais tua» (Raúl Silva-Artur Ribeiro), «Que maneira de gostar» (João Carmo Noronha-Artur Ribeiro), «Como é triste a Primavera» (Joaquim Campos-António Calém) e «Estranho país»

(Acácio Gomes-António Calém).

• Mais fado: Ana Rosmaninho exhibe-se em «Lisboa, faço questão» (António Chaiinho-João Dias) e «Verdades» (Chaiinho-José Carlos Robalo).

trabalhadores de teatro da
CASA DA COMÉDIA
OS ENCANTOS DE MEDEIA
ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
(O JUDÉU)
enc. norberto barroca
terça a sábado 21,30 h
domingo só às 18 h.



r.s. francisco borja 24
11abos 607299
Última semana
Só até ao dia 11

teatro do bairro alto
R. Tenente Raul Casais, 1-A (ao Rato) Tel. 661515
Bilhetes à venda
Proibida a ent. após início do espectáculo
Última semana

teatro da Cornucópia
Última semana

teatro da Cornucópia
Última semana

teatro da Cornucópia
Última semana

teatro da Cornucópia
Última semana

teatro da Cornucópia
Última semana

teatro da Cornucópia
Última semana

Neste 45 rpm temos duas canções: «Saudades do Brasil» (Vinicius de Moraes) e «Poema do chão» (Luís N'Gamy-Carlos Pena Filho).

• Julieta Reis em «Portugal, nova canção» (Miguel Ramos-Abílio Duarte), «Quero» (Jaime Santos-Silva Nunes), «Marcha do povo» (Albertino Vilar-Silva Nunes) e «A gleba era mais que prometida» (Reinaldo Varela-Armando Santos). Acompanhamentos a cargo do conjunto de guitarras dirigido por António Chaiinho.

• «Já se pode abrir o bico», «Dr. da mula russa», «O ouro e a castanha» e «Ou vai ou racha»: o conjunto típico Élio Miranda (de Castelo da Maia) para uma clientela certa. Tal e qual como «Os lusitanos»: outro agrupamento típico que gravou «S. João tu vens comigo» e «25 de Abril e o povo unidos» (de Domingos de Oliveira), «Rosa vendedeira» (Daniel de Oliveira e Silva-Domingos Oliveira) e «Margarida vem comigo» (D. R. — Júlio Oliveira). Um disco cheio de Oliveiras...

• Manuel Mestre em «O povo reconhecido» e «Povo do meu Alentejo» (de Mestre, o último com música feita em parceria com Joaquim Samora). Uma produção de Carlos Portugal que engloba, ainda, «Batalha da produção» e «Coragem meus irmãos» (ambos da autoria de Manuel Braga e Joaquim Samora), tudo na garganta de Mestre.

• Salazar Silva, com os guitarras José Pereira e Manuel Rego, mais os violas Artílio Costa e Ernesto de Almeida, em «Vivam os heróis», «Igualdade», «Emigrante» e «Vassourinha».

MARIA VITÓRIA
Todos os dias 2 sessões
(Não aconselhável a menores de 18 anos) às 20.30 e 22.45

A PLURAL REVISTA DO POVO PARA O POVO

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!

SALVADOR MARIA DULCE

HENRIQUE SANTANA

CARLOS GONÇALVES LURDES LIMA ANTÓNIO SEMEDO LUÍS MÁRIO

Atracção nacional:

CIDÁLIA MOREIRA
Num momento da abertura da revista
ZITA DUARTE

Aos Domingos e Feriados:
«Matinée» às 16 h.

2.ª feiras:
Descanso da Companhia

Aos Sábados:
TEATRO INFANTIL às 16 h. (para todos)

«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»
Entradas a 10\$00, 15\$00 e 20\$00 (só!)

Hoje



«A Flecha Negra»

PROGRAMA

- 19.00** Abertura e **Um Mundo para Descobrir** — rubrica apresentada pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis.
- 19.25** «**A Flecha Negra**» — série filmada, baseada na conhecida obra literária de Robert Louis Stevenson. Hoje: «O Regresso do Flecha Negra».
- 19.50** **TV Palco** — actualidades teatrais por Igrejas Caeiro.
- 20.30** **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
- 21.00** **Campanha Eleitoral** — Movimento Reorganizado do Protelariado Português (M.R.P.P.); Partido Socialista (P.S.); Centro Democrático Social (C.D.S.).
- 21.40** «**Os Thibault**» — série realizada para a Televisão francesa por André Michel e Alain Boudet e inspirada na famosa obra com o mesmo título da autoria de Roger Martin du Gard, Prémio Nobel da Literatura.
- 22.40** **Temas e Problemas**
- 23.00** **Telejornal** — 3.ª edição
- 23.20** Fecho

II PROGRAMA

- 20.00** Abertura e «**O Golinho Branco**» — série filmada (último episódio).
- 20.25** **Berlim Rocó** — documentário.
- 21.00** **Teatro** — «O Dispensário» — autor: Sean O'Casey. Tradutor: Luiz Francisco Rebelo. Produtor: Figueiredo de Barros. Realizador: Victor Manuel. Intérpretes: Rui Furtado, Constança Navarro, António Marques, David Silva, Cecília Guimarães, José Raymond, Pedro Lemos, José Braz, Leonor Poeira e Luís Cerqueira.
- 21.50** **Telejornal** — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
- 22.30** Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

- 1.º Período** — 13.15 Abertura e Telejornal — 1.ª edição; 13.30 Campanha eleitoral; 13.40 «Túlipa Negra» — série filmada; 14.00 Logo à Noite — cartaz dos cinemas e teatros de Lisboa e Porto e dos programas da RTP; 2.º Período — 19.00 Abertura e «Era uma Vez... Três» — programa produzido pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis; 19.15: Filme Infantil; 19.30: As Pedras e o Homem; 19.55: Momento Desportivo; 20.30: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro; 21.00: Campanha Eleitoral; 21.40: Musical — cenas de ópera — os cantores Alvaro Malta, Luis França, Elsa Saque, Elisette Bayan e Hugo Casais interpretam algumas das árias conhecidas das óperas «Barbeiro de Sevilha», «Carmen», «Bodas de Figaro» e «D. Juan»; 22.00: Terra a terra-Minha gente; 23.30: Cinema 76 — um programa de actualidades cinematográficas apresentado por Alfredo Tropa; 23.55: Telejornal — 3.ª edição; 00.15: Fecho.

II PROGRAMA

- 20.01:** Abertura e «Túlipa Negra»; **20.30:** Fronteiras do Amanhã; **20.55:** «O Mágico»; **21.30:** Passatempo; **22.35:** Telejornal; **23.00:** Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B — Rua Macau, 8

Desporto

PORTUGAL PERDEU EM TURIM (1-3)

Juventude italiana gosta de marcar golos

TURIM (Especial para o «DL») Alves a actuar como vem sendo seu costume desde que ingressou no Boavista, todo o «tiffosi» preso à fina e operacional capacidade da equipa portuguesa, os transalpinos amordaçados (e inebriados) pela nossa resistência, e um golo quando as equipas já deviam ter retornado aos balneários foram as principais incidências do embate entre Portugal e a Itália nos primeiros 45 minutos do Estádio Comunal desta cidade, perante milhares e milhares de adeptos do «calcio», que devem ter deixado nos cofres da Federação Italiana de Futebol qualquer coisa como 93 milhões de liras, isto é, 4200 contos (o equivalente a 35 mil espectadores e, portanto, sem contar com os vinte mil «borlistas»).

É indiscutível que esta jovem equipa transalpina, surpreendentemente sófrego de acção atacante, mereceu amplamente a vitória, e nem mesmo os números atentam contra a verdade do encontro, principalmente no tempo complementar, quando Alves já recuperava dos esforços e do espectáculo da sua actuação no primeiro período, e Seninho, outro excelente futebolista, ocupava a sua vaga. A nossa equipa era já a expressão colectiva de um «association» que prendia os adeptos do couro, mas a quem escasseava, confrangedoramente raiva atacante, poder de penetração e perfuração. Não espanta, pois, que só a poucos minutos do termo da contenda Fraguito um centrocampista, tenha «minimizado» os números, que já iam em três (a favor) para os italianos.

Terá sido injusto aquele golo do jovem (20 anos) Antognoni, o «furacão» do Fiorentina? Injusto não foi, embora possa ser considerado pesado por ter surgido alguns segundos depois dos primeiros 45 minutos, quando a defesa portuguesa,

que até aí tinha sustido todas as arremetidas do adversário, já nem sequer esperava aquele esgueiramento do atacante turinense. Mas, até mesmo nesse lance, que os italianos desvaneceram o mito da sua improficuidade atacante e as dúvidas que porventura subsistissem acerca do seu novo potencial ofensivo, numa cabal demonstração que o «catennaccio» é prática e recurso a abolir nas «squadras» transalpinas.

O «PAGANINI» DO «COMUNAL»

Enquanto Alves, o grande «maestro», o «Paganini» do «Comunal», que dos seus dois pés, com a sua perspicácia e com a sua visão ampla do campo e dos homens do espectáculo fez o seu «Stradivarius», durou, quer congelando o esférico, quer organizando a «irradiação» da equipa portuguesa, os italianos não lograram criar lances de perigo em número que justificasse, pelo menos, um golo.

Botelho deu plena confiança aos seus companheiros da recatada desde a primeira intervenção, Artur obnubilou habilidosa e perseverantemente Pelucci (uma das muitas promessas do «tiffosi»), Teixeira impôs-se de imediato, e mesmo Barros, como lateral esquerdo (opção de Pedrito que viria a dar os seus resultados, deixando muitas vezes o defensor encarnado solto para apoios dianteiros) catalizando lances e narcotizando a fúria calculista dos adversários mandaram com brio em metade do campo.

Aquela equipa (italiana) de ataque que todos esperavam era um manto de retalhos, um tecido sem cor nem vista, e os portugueses, cautelosos e argutos, lá iam incomodando o velho Zoff, sempre bem protegido por um Benetti de emergência (quase a «libero») e um Bellugi que actuava nos mes-

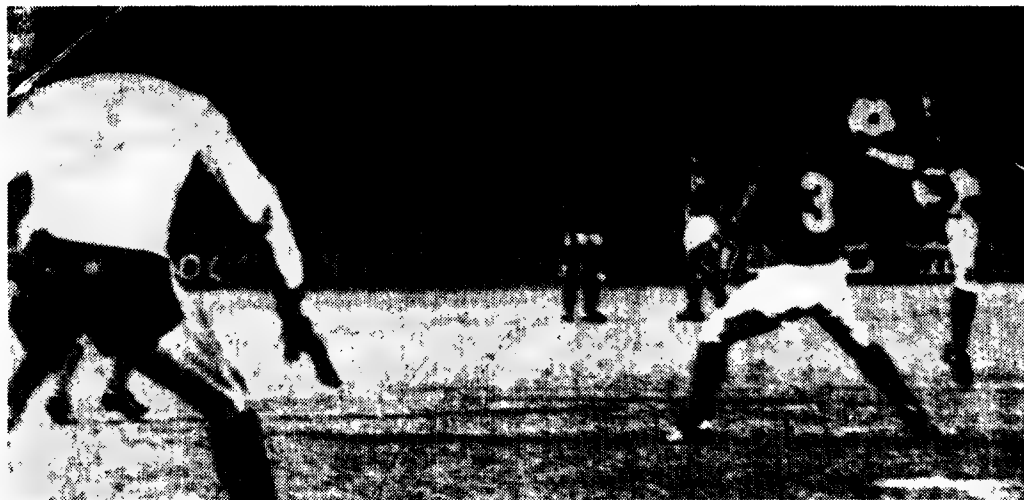
mos moldes de Barros (falso defesa e um atacante numericamente poderoso). Bellugi que estaria, embora defensor, no terceiro golo dos italianos, como Bennetti tinha pesado na recuperação da sua equipa, quando se decidiu a apoiar (organizando, investindo, irradiando alegria, marcando o ritmo do confronto) os seus sectores mais adiantados, sobretudo o ataque.

DOIS GOLOS EM OITO MINUTOS

Cansados de bem evoluir, os portugueses pareceram ceder após o reatamento. A equipa italiana, que esbanjara energias a rodos no primeiro período para confirmar o seu pendur atacante e desvanecer o mito do «obreirismo defensivo», apareceu com força e arreganho na frente. Paradoxalmente, o compartimento defensivo português, coeso e lúcido nos minutos iniciais, passou a viver momentos de transe, de aflição, e a permitir clareiras na sua esquematização e colocação.

Em oito minutos (entre os 65 e os 73) apareceram dois golos marcados por Grapiani e Pulicci, ambos alcançados com a cabeça e por desentendimento dos dois «centrais» (Teixeira e Mendes). Era a «débacle», o malogro, e nem mesmo a substituição de Barros, que até nem estava a agir mal, veio rasgar melhores perspectivas. A equipa portuguesa dava a impressão de ter caído na «ratoeira» italiana, que era a técnica do desgaste e da acção (manja sobrançeria) na esperança de uma ou outra falha, de melhores instantes.

Os italianos carregaram ainda mais e o «placard» ameaçou quatro a seu favor, mas Fraguito, em lance individual, com o esférico na bota direita desde o meio do recinto, burlou três adversários, acercou-se de Zoff e rematou



Com este poderoso remate Antognoni inaugurou o marcador no Estádio Comunal de Turim

forte colando o couro às malhas. Era, finalmente, a redenção, a honra para uma equipa que actuou superiormente na primeira parte, se perdeu no tempo complementar, e que, num espectáculo sem balizas, seria, sem dúvida, um conjunto extraordinário. Os transalpinos tinham impressionado pelo seu vigor atacante,

pela sua determinação ofensiva, pelo holocausto do «catennaccio».

Sob a direcção do húngaro M. Palotay (e a presença de espíes polacos, que vieram a esta cidade para conhecer melhor o futebol português e deslortinar as possibilidades que lhes restam para a fase preliminar do Campeonato do Mundo)

as equipas formaram:

ITALIA-Zoff; Fachetti, Roca, Benetti, Bellugi (Roggi) e Tardelli; Causi, Pecci e Graziani; Antognoni e Pulicci.

PORTUGAL-Botelho; Artur, Teixeira (Sheu), José Mendes e Barros (João Cardoso); Octávio, Alves (Seninho), Toni e Fraguito; Manuel Fernandes e Jordão.

VOLTA AO PAIS BASCO

Agostinho ameaça Baronchelli (S.C.I.C.)

DURANGO (PAÍS BASCO), 8 — Enquanto os dirigentes da equipa de Agostinho e Mendes afirmam publicamente que o tempo de «Jaquim» na primeira etapa (primeiro troço), corrida em contra-relógio, não corresponde à verdade, e que o seu «crono» foi inferior ao divulgado oficialmente (o que, a confirmar-se, teria possibilitado a Joaquim Agostinho, envergar, em vez de Elorriaga, a camisola de guia até ontem), o jovem Giambattista Baronchelli comprova aqui, como nos dois anteriores «Giros», a sua verdadeira classe, e a certeza de que tanto ele como Francesco Moser continuarão a ser, esta época, as grandes esperanças do ciclismo, italiano, sem dúvida os homens com suficiente gabarito, na ausência de Gimondi a Panizza, Bitossi e Paolini, para competir com os melhores profissionais belgas e franceses.

Ao alcançar a sua segunda vitória na etapa Salvatierra-Durango, na distância de 164 qui-

lómetros, Baronchelli arrebatou sensacionalmente o símbolo da liderança a Elorriaga, e tudo leva a supor que uma vez mais esta prova seja ganha por um estrangeiro. Por equipas, a S.C.I.C. de Baronchelli lidera a Volta ao País Basco, enquanto a classificação pontual (por pontos) é encabeçada por Javier Elorriaga. Nas metas volantes é um companheiro de Baronchelli (Paolini) quem manda, com 9 pontos, e na montanha, especialidade dos espanhóis, temos dois «hermanos» no topo: Nazabal (Kas) e Abilleira, da equipa de Agostinho.

Foi a seguinte a ordem de chegada, ontem, a Durango: 1.º, Baronchelli (It.), 4h 37m 05s; 2.º, Nazabal (Esp.), m. t.; 3.º, Cima (Esp.), a 7s; 4.º, Agostinho (Port.), m. t.; 5.º, Lasa (Esp.), a 1m 33s; 6.º, Elorriaga (Esp.), m. t.; 7.º, Panizza (It.); 8.º, Roccioni (It.), m. t.; 9.º, Roccioni (It.), m. t.; 10.º, Abilleira (Esp.), a 1m 37s. José Martins e Fernando Mendes chegaram integrados no pelotão de Abilleira, pelo

que não perderam tempo em relação aos melhores e mantêm as suas posições.

Após esta etapa, é a seguinte a classificação geral da Volta ao País Basco:

1.º, Giambattista Baronchelli (Itália), 12h 29m 29s; 2.º, Javier Elorriaga (Espanha), 12.30.18; 3.º, JOAQUIM AGOSTINHO, (Portugal), 12.30.42; Miguel Maria Lasa (Espanha), 12.30.49; 5.º, Cima (Espanha), 12.31.17; 6.º, Jesus Nazabal (Espanha), 12.31.18; 7.º, Valadimiro Panizza (Itália), 12.33.11; 8.º, Roccioni (Itália), 12.33.16; 9.º, Luis Ocaña (Espanha), 12.33.30; 10.º, Pedro Torres (Espanha), 12.33.35; 11.º, Joseph Fuchs (Suíça), 12.33.36; 14.º, JOSÉ MARTINS (Portugal), 12.35.02.

A prova termina amanhã, com a etapa Salvatierra-Irun e o contra-relógio individual Irun-San Marcial, na distância de 7 quilómetros. Hoje, teremos a etapa Durango-Salvatierra, com a extensão de 170 km.

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNOSTICOS DOS ORGAOS DE INFORMACAO PARA O CONCURSO N.º 32 DE 11 DE ABRIL DE 1976

O Algarve — 221 111 xx2; 1x12; Boa Nova — 2x1 111 12x 121x; Boletim Desportivo — 221 xxx 2x2 22xx; Cardeal Saraiva — 2x1 111 x22 x2x2; Calvalgada do Ritmo — 221 1x1 1x2 1212; O Distrito de Setúbal — 221 x11 2x2 11xx; Rádio Totobola — 221 111 1xx x11x; Barlavento — 2x1 1x1 x12 x2xx; O Comércio de Leixões — 221 111 xx2 11x1; O Conceito de Estarreja — 2x1 111 xx2 1x1x; Correio de Coimbra — 221 111 122 1xx2; Correio do Vouga — 221 x11 12x 111x; As 10 espere por nós — xx1 1x1 2x2 2x22; Diário de Coimbra — 2x1 111 112 xx11; Diário de Lisboa — 221 x11 x2x x21x; Ecos de Cacia — 2x1 x11 122 1x12; A Defesa — 221 x21 1x2 x212; Eu Sei Tudo — xx1 111 122 x111; Folha de Domingo — xx1 111 x2x x11x; Dos Francos Não Reza a História — 1x1

2x1 12x 12xx; Jornal da Beira — 2x1 111 122 11xx; O Jornal de Felgueiras — 2x1 x11 x2x 111x; Jornal da Graça — 2x1 111 112 111x; Jornal da Lixa — 221 1x1 12x x11x; Jornal de Sintra — 2x1 x11 xx2 1x1x; O Mensageiro — 2x1 x11 xxx 2x12; Linhas de Elvas — 221 121 2x2 11x2; Litoral — 2x1 2x1 1x1 1x1x; Manchete Desportiva — 211 111 1xx 111x; Miscelânea Musical — 221 111 12 x2x1; Montra do Êxito — 221 xx1 2x2 2111; Mundo Desportivo — 2x1 1x1 12x x11x; Música e Desporto — 221 x21 xx2 xx12; O Norte Desportivo — 2x1 1x1 2x1 11xx; Notícias de Évora — 2x1 111 x12 x11x; Notícias de Felgueiras — 2x1 111 xxx 1xxx; Notícias de Gouveia — 2x1 111 x22 1x12; Notícias de Guimarães — 1x1 111 x2x 121x; A Ordem — 221 111 1x2 121x; Penalti — 211

111 121 1x11; Presença Coimbrã — 221 1x1 x22 111x; Programa da Manhã — xx1 x11 x21 2x12; Programa Sem Nome — 2x1 1x1 21x1xx; Quadrante Desportivo — 221 111 xx2 1x1x; Quadrante Norte — 221 111 1x2 x111; Rádio Altitude — 2x1 111 112 11x1; Reconquista — 2x1 111 x22 x11x; Renovação — 221 121 1x2 11x2; Resenha Desportiva — 221 1x1 x22 1x12; Encontro Musical — 2x1 1x1 12x 1212; Só-Rádio — 111 111 111 1111; A Voz das Beiras — 2x1 111 xxx 112x; A Voz do Casa Pia — 221 x11 xx2 111x; A Voz do Domingo — 2x1 111 1x2 111x; Voz de Lamego — 2x1 111 1x1 1211; A Voz dos Ridículos — 221 111 x12 x11x; Alvo Desportivo — 2x1 111 xxx 1x1x; Auto Rádio — xx1 1x1 1xx x21x; Estúdio 64 — 2x1 111 1x1 121x; Jornal de

Notícias — 2x1 1x1 112 1x12; Placard Desportivo — 221 1x1 x12 2x12; O Primeiro de Janei-

ro — 221 1x1 x22 1x1x; Rádio Alvo — 221 111 1x2 1212; Pannorama — 221 111 x12 2111;

Rádio Placard — 111 111 111 1111; Rádio Sports — 111 111 112 x11x.

	RESUMO			BOLAS (a)		
	1	X	2	1	X	2
1. BRAGA-SPORTING	5	4	16	45	1	3
2. FARENSE-HOAVISTA	5	24	37	1	4	7
3. BELENENSES-LEIXOES	66	0	0	12	1	1
4. ACADÉMICO-BEIRA-MAR	51	14	1	9	2	1
5. UNIAO TOMAR-ATLÉTICO	44	17	5	8	3	1
6. PORTO-ESTORIL	65	1	0	11	1	1
7. SETÚBAL-GUIMARAES	30	28	8	6	5	1
8. ALBA-UNIAO LAMAS	15	29	22	3	5	4
9. PAÇOS FERREIRA-VARZIM	7	19	40	1	4	7
10. LOURÇA-CHAVES	40	19	7	7	4	1
11. ESP. LAÇOS-MONTIJO	30	20	16	5	4	3
12. PENICHE-CALDAS	49	15	2	9	2	1
13. SESIMBRA-PORTIMONENSE	12	36	18	2	7	3

a) Nos termos do Art.º 102, do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será:
221 111 1X2 111X

Advogados defendem estrangeiros e asilados

Uma análise da situação dos estrangeiros em Portugal, a defesa de Gabriele Martignoni, cidadão italiano sobre o qual pesa uma ameaça de extradição para o seu país, apesar de ser acusado de um delito político que não foi provado, e a falta do estatuto do exilado político em Portugal foram objectivos de uma conferência de Imprensa, à qual estiveram presentes os drs. Vera Jardim, Jorge Gagundes, Salgado Matos, Jorge Sampaio, Simão Santiago, José Loureiro, eng.º João Martins Pereira, director do semanário «A Gazeta», dr. José Augusto Rocha, representando a Associação dos Ex-Prisões Políticos Antifascistas — AEP-PA — e o dr. Rui Cabeçadas, pela CNARPA — Comissão Nacional de Auxílio aos Refugiados Políticos Antifascistas.

Depois de novamente ser dito que o problema criado em torno dos estrangeiros é um caso puramente político, recordou-se que a campanha, classificada como «caça ao estrangeiro» foi iniciada no passado dia 11 de Janeiro, durante um plenário da CAP, em Braga, quando um fotógrafo francês, em serviço de reportagem, foi apontado como «espionagem cubana». A partir daí, começaram a surgir «cubanos» em todo o país, chegando-se a dizer que eram 30.000 que invadiram Portugal.

Na opinião dos advogados, esta campanha chauvinista tem clara identificação: é lançada pela direita com o objectivo de fazer com que os estrangeiros deixem o país.

Na conferência de Imprensa, acusou-se o actual poder político de ter dado cobertura a esta campanha, através do Decreto 189 B/76, de 15 de Março, onde é prevista a expulsão dos estrangeiros entrados clandestinamente em Portugal e dos que atentem contra a ordem pública e os bons costumes». Tais conceitos foram classificados de «muito genéricos», dando margem a diversas interpretações, todas em prejuízo dos cidadãos estrangeiros. O dr. Vera Jardim chegou mesmo a lembrar que os critérios agora usados «lembra» preocupantemente os que eram usados antes do 25 de Abril».

A actual obrigação dos es-

trangeiros comparecerem nos postos de controlo instalados nalgumas esquadras da Polícia também foi apontada como mais um problema a ser enfrentado pelos estrangeiros de esquerda.

Também a possível «interferência» dos estrangeiros na vida nacional foi analisada: «Os que estão cá não interferem em nada porque o seu número é pequeno. Isso é folclore. Em Portugal existem ao redor de 150 refugiados. Em França existem 100.000. E três milhões de portugueses são estrangeiros em outros países do mundo...» Sobre esse assunto, o dr. José Augusto Rocha, da AEPPA, denunciou que esta associação já apresentou um primeiro estatuto para os refugiados, documento que vai ao encontro da solidariedade internacionalista, mas que ainda não foi promulgado, «por razões políticas».

O caso do italiano Gabriele Martignoni foi citado como um exemplo. No momento, pesa sobre este antifascista italiano um pedido de extradição formulado pelas autoridades italianas, apesar de na Convenção Luso-Italiana em vigor estar previsto que os países signatários não concederão extradição que envolva pessoas acusadas de crime de fundo político, como é o caso.

Os advogados consideram que a resposta a dar ao «caso Martignoni» poderá responder também a outras questões, nomeadamente: em que medida em Portugal são respeitados os direitos que todos os países democráticos reconhecem aos estrangeiros que estão no seu território por razões políticas?

Quanto ao «caso Molina», o soldado cubano que recentemente solicitou asilo, a resposta foi clara: «Poderíamos regozijar com isso. O soldado cubano veio envolver forças políticas que, anteriormente, eram contra o asilo político, e com a sua chegada passaram a ser a favor. São as mesmas forças que promoveram em Portugal a «caça ao cubano» e a «caça ao estrangeiro». Mas nós não mudamos de opinião. Molina também não deve ser extraditado. As suas razões, embora diferentes das outras, também são políticas».

Ainda a morte do padre Maximino

Judiciária do Porto desmente "O Dia"

«A trágica morte do padre Maximino. Crime ou acidente? A Polícia inclina-se para a segunda hipótese...» era o teor da notícia inserida na primeira página do matutino «O Dia» de ontem, a qual provocou, por parte da Subdirectoria da Polícia Judiciária do Porto, um comunicado em que aquele organismo considera «não ter qualquer fundamento» a afirmação.

«Face a possíveis especulações que a notícia publicada no jornal «O Dia» pode trazer à opinião pública», afirma o comunicado, «cumpre-nos esclarecer o seguinte»:

«Sob o título Crime ou Acidente?», afirma aquele matutino que a Polícia se inclinaria para a hipótese de acidente acrescentando designadamente, que os peritos afirmam que a carga explosiva não foi colocada no veículo com o objectivo de explodir e que a explosão re-

sultou de mero acidente...»

E, na continuação, o comunicado da P.J. do Porto prossegue: «A verdade dos factos é diferente (...) apesar da Polícia Judiciária não ter pelo momento elementos suficientes que permitam concluir sobre as causas determinantes do ocorrido, pelo que a notícia publicada não tem qualquer fundamento».

Apesar do formal desmentido da P.J. do Porto, o referido jornal insiste, na sua edição de hoje, na fantástica tese do «acidente».

TELEGRAMA DE COSTA GOMES

O general Costa Gomes enviou à União Democrática Popular (U.D.P.), um telegrama lamentando a morte dos militantes deste partido, padre Maximino de Sousa e Maria de Lourdes Correia, vítimas de um atentado bombista, ocorrido no

passado fim-de-semana em Vila Real.

Em comunicado à Imprensa a U.D.P. dá ainda conta dos telefonemas de condolências e solidariedade recebidos nos últimos dias.

Recorde-se que se realizou, no passado dia 5, uma concentração frente à Presidência da República, tendo o general Costa Gomes recebido uma delegação da U.D.P. que lhe entregou uma mensagem repudiando a onda de atentados.

ESTUDANTES CONTRA O ASSASSÍNIO

Estudantes, professores e empregados da secção de História da Faculdade de Letras do Porto, reunidos em assembleia, aprovaram uma moção de repúdio ao assassinato do padre Maximino e da estudante Maria de Lourdes Pereira.

A moção considera que o acto terrorista visa atemorizar os estudantes, os professores e todos os trabalhadores de Vila Real e de todo o País, que lutam contra a exploração capitalista, contra o caciquismo, o analfabetismo, o obscurantismo. Exigem que o caso seja investigado até o fim e repudiam ainda a cobertura falaciosa ou caluniosa que «O Comércio do Porto», «O Primeiro de Janeiro» e outros meios de Comunicação Social têm dado ao assassinato, exigindo ainda que sejam ordenadas as devidas rectificações.

«O SILÊNCIO DA IGREJA»

Num comunicado aos órgãos de Informação, a U.D.P. pergunta o que significa o silêncio da Igreja diante do assassinato de um padre católico. E comenta: «Este silêncio, por parte da mesma hierarquia que não se esqueceu de aplicar a lei, ao suspender o padre Maximino, no momento em que ele, publicamente, fazia uma opção política, não podemos deixar passar sem referência».

A U.D.P. convida os católicos e o povo em geral a tirar conclusões sobre este silêncio, «o mesmo que foi cúmplice da opressão, da miséria e do obscurantismo que os poderosos, os ricos e os responsáveis pelo regime sujeitaram o nosso povo».

India, 15 anos depois

Serão anuladas as penas disciplinares impostas aos trabalhadores civis do Estado e dos corpos administrativos por factos decorrentes da situação criada pela ocupação do então Estado Português da Índia pelas Forças Armadas da União Indiana, em Dezembro de 1961.

A anulação das penas será feita a requerimento dos interessados e dará lugar à reintegração dos trabalhadores que tenham sido demitidos ou aposentados compulsivamente, e à actualização das suas condições de aposentação.

Situação dos desertores e refractários

Desertores e refractários do período da guerra colonial, residentes em Lovaina (Bélgica), propõem às altas instâncias que «o Decreto-Lei 656/75 seja revisto com urgência, de acordo com o espírito de amnistia de 2 de Maio de 1974, no sentido de estabelecer a igualdade entre a anuidade da taxa militar exigida aos portugueses que, no contexto político a 25 de Abril de 1974, se constituíram em situação militar irregular, e a anuidade exigida aos mancebos isentos do serviço militar».

Pormenorizando, os referidos desertores e refractários debruçam-se sobre o espírito de três decretos susceptíveis de resolverem a sua situação. Ei-los:

Decreto-Lei 656/75 de 21 de Novembro («pôr fim a situações militares irregulares em que muitos portugueses se constituíram por razões ideológicas e outras»); Decreto-Lei de Dezembro de 1974 (autorização da estadia temporária em Portugal aos mancebos em situação militar irregular em consequência do regime em vi-

gor antes do 25 de Abril de 1974); e Decreto-Lei 180/74 de 2 de Maio (amnistia aos desertores e refractários do período da guerra colonial.)

Seguidamente, os desertores e refractários chegam à conclusão de «que o Decreto-Lei 656/75, sob o pretexto de uma taxa militar, institui uma pena que para a maior parte dos desertores e refractários equivale ao pagamento de 60 contos, o que está em contradição com a amnistia de 2 de Maio de 1974».

Mais: a atitude dos portu-

P.J. instala-se em Ponta Delgada

Foi criada, com sede em Ponta Delgada, uma inspecção da Polícia Judiciária com competência para todo o arquipélago dos Açores.

Assim, as atribuições do Ministério Público, no que concerne ao inquérito policial e à instrução preparatória na comarca de Ponta Delgada, serão exercidas pela Polícia Judiciária. Nas outras comarcas do arquipélago, incumbe à P.J. a investigação e instrução nos casos de competência exclusiva da Polícia e naqueles em que tal competência lhe for deferida.

Esta medida integra-se na descentralização daqueles serviços, e foi oficializada por decreto-lei publicado no «Diário do Governo», I Série, n.º 83.

Nota oficial

Pinheiro Farinha em Estrasburgo

Do Ministério da Justiça recebemos a seguinte nota oficial:

«Tomou o ministro da Justiça conhecimento que lhe terão sido atribuídas afirmações que não fez em Estrasburgo aquando da sua visita de trabalho ao Conselho da Europa e a convite deste».

Naverdade: «1. Não referiu que em Outubro Portugal seria membro do Conselho da Europa mas sim que as instituições democráticas em funcionamento, em conformidade com a nova Constituição, nos davam o direito de ser membros daquele Conselho, no respeito pela liberdade e democracia».

«2. Ministro independente de um Governo com participação de elementos de vários partidos políticos não faria a crítica a qualquer deles».

«Ha pois inexactidão na notícia publicada e ao que parece transmitida por uma agência».

«O ministro teve ocasião de o dizer na entrevista concedida a sua chegada ao aeroporto, mas entende que este esclarecimento é devido».

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-29 — Telef. 57 40 73 — LISBOA —

CONVOCATÓRIA

Convocam-se os delegados sindicais para uma reunião a realizar dia 8, quinta-feira, pelas 21 horas, na sede deste Sindicato, com a seguinte ordem de trabalhos:

— Discussão do anteprojecto do C.C.T.

NOTA: Os sectores abrangidos por este Contrato são os seguintes: Armazenagem de Mercadorias, importação e Armazenagem de Batata, Armazenagem e Exportação de Azeite, Comércio e Exportação de Frutas.

Lisboa, 2 de Abril de 1976.

Pela DIRECÇÃO
A. Butler

FÉRIAS DA PASCOA

FUNCHAL 3,7 e 8 dias

Partidas: 2, 3, 5, 9, 11 e 16

Preços excepcionais desde: 2.490\$

LONDRES 5,6,7 e 8 dias

Partidas: 1, 4, 6, 11, 12, 13, 15, 16, 18 e 25

Preços excepcionais desde: 3.000\$

ROMA 8 dias

Partida: 11

Preços excepcionais desde: 7.100\$

NICE 8 dias

Partida: 11

Preços excepcionais desde: 6.750\$

INCLUINDO: Viagem em avião a jacto

Estadia no Hotel • Transportes em terra • Visita da cidade • Taxas hoteleiras • Acompanhante

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA

abreu

fundada em 1840

LISBOA Av. da Liberdade, 160 • Telef. 320021

PORTO Av. dos Anjos, 207 • Telef. 37921

COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telef. 27011/2

FARO Rua Cons. Bivar, 65 • Telef. 25035/6

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

PUB

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

Avenida da Liberdade, 24 — Apartado n.º 2881 Lisboa-2 — Portugal

ANÚNCIO

SORTEIO DE OBRIGAÇÕES

Avisamos os Senhores Obrigacionistas que no próximo dia 14, pelas 15 horas, proceder-se-á no Serviço de Títulos desta Empresa, Rua das Flores, 105-1.º, ao sorteio de obrigações de 6% — Emissão 1969/1970 — sendo sorteadas 2369 obrigações da 1.ª fase (179 títulos de uma obrigação, 122 títulos de cinco obrigações, 136 títulos de dez obrigações e 11 títulos de vinte obrigações) e 2300 obrigações da 2.ª fase (135 títulos de uma obrigação, 95 títulos de cinco obrigações, 163 títulos de dez obrigações e 3 títulos de vinte obrigações) que serão amortizadas pelo seu valor nominal a partir de 15 de Maio de 1976, conforme o respectivo plano de amortização.

Lisboa 6 de Abril de 1976

O Presidente da Comissão de Fiscalização

a) João Bau

Geral

Em Maio no Porto

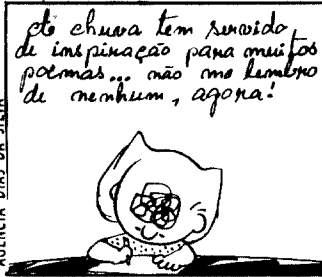
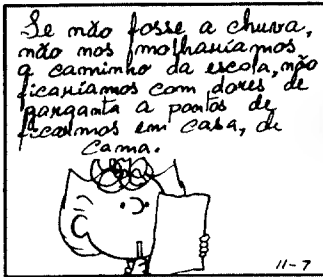
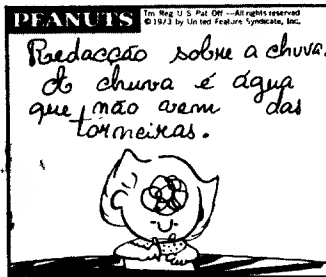
Metalomecânica expõe material de 15 países

PORTO, 8. Quinze países Alemanha Ocidental, Áustria, Checoslováquia, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Noruega, Portugal, Suécia e Suíça estarão representados na II Exposição internacional Metalomecânica (Indústria e Agricultura) que decorrerá de 7 a 16 de Maio próximo no Pavilhão do Palácio de Cristal.

A Associação Industrial Portuguesa, entidade promotora da Exposição, revelou ainda que conferência de imprensa que a exposição abrangerá os seguintes produtos: máquinas-ferramentas para o trabalho de metais e da madeira e respectivos acessórios; instrumentos de medida, controlo e verificação; máquinas e equi-

pamento agrícola; máquinas e equipamento para a indústria; máquinas e equipamento para a construção civil; máquinas de escritório e contabilidade; básculas e medidoras; material de elevação, transporte e remoção; elevadores e guindastes; fundição e máquinas para afundição; motores; alternadores e turbinas; veículos a motor, carroçarias e atrelados; motocicletas, velocípedes e bicicletas; equipamento de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado; caldeiras; instalações frigoríficas e máquinas para indústria de gelo, etc.

Estão previstas visitas de estudo para alunos das escolas técnicas e colóquios orientados por técnicos especializados.



BARES • BOITES

DANCINGS

NINA — Dancing com atrações. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859/368197. Rosy Striptease.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 281461/164526/284596/284621/284946

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral pouco nublado e o vento era fraco predominando de Leste.

TEMPERATURAS EXTREMAS

PORTO 20,7°

PENHAS DA SAÚDE

Minima..... 0,1,8°

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado podendo ocorrer períodos de muito nublado nas regiões do sul do território; vento fraco predominando do Quadrante Leste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO 15°
COIMBRA 14°
PORTALEGRE 15°
LISBOA 14°
FARO 15°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR

10.24 3,2 m 3.47 1,6 m

22.56 3,4 m 16.16 1,7 m

Dia 9

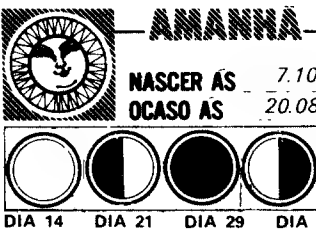
11.44 3,3 m 5.06 1,5 m

17.33 1,5 m

Dia 10

0.11 3,5 m 6.13 1,3 m

12.50 3,5 m 18.36 1,3 m



PUB

Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa

Encontro de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa

PARA O REFORÇO DA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES PELA DEFESA DAS LIBERDADES E DA DEMOCRACIA

Sábado, dia 10 de Abril, às 9 horas

SOCIEDADE VOZ DO OPERÁRIO

PROGRAMA

9.30 HORAS — SESSÃO DE ABERTURA
10.30 HORAS — INÍCIO DOS TRABALHOS NAS SECÇÕES

SECÇÕES	TEMAS
1	A Organização na Empresa A Organização Regional
2	A Organização por ramo de actividade
3	A Recuperação Capitalista

Das 13 às 15 horas — Intervalo para almoço
Das 15 às 17 horas — Reabertura dos trabalhos nas secções
As 17.30 horas — GRANDE SESSÃO PÚBLICA DE ENCERRAMENTO

NOTA: INSCRIÇÕES

Os Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores interessados em participar no Encontro, podem inscrever-se para:

Secretariado Organizador
Rua Victor Gordon, n.º 1-2.
Telf. 365286 — 365287 — 323840 — 323140

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa
Av. D. Carlos I, n.º 42-2.º
Telf. 607052 — 607053 — 607054 — 607055

Pelo Secretariado Organizador:
A DIRECCAO

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa CONVOCATÓRIA

Convocam-se os Camaradas Delegados Sindicais para um Plenário a realizar na próxima quinta-feira dia 8 de Abril pelas 20.30 horas, no Instituto Superior Técnico, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Encontro de Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores do Distrito de Lisboa
2. Informação sobre o C.C.T. da Metalurgia
3. Informação sobre as conclusões do Encontro Nacional da Previdência.

NOTA: É necessária a apresentação do cartão de Delegado Sindical

Lisboa, 5 de Abril de 1976

P'la Direcção

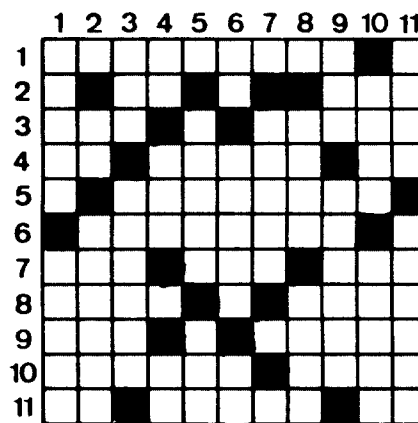
palavras cruzadas

COM PROVERBIO

HORIZONTAIS:

- 1 Nadaremos.
- 2 Artigo definido. Prefixo que designa ar.
- 3 Passada. Planta gramínea.
- 4 Neon (s.q.). Fizera doação de. Em partes iguais.
- 5 Pessoas muito vagarosas.
- 6 Rangeriam.
- 7 Irmã do pai. Planeta. Rei lendário de Tróia, fundador de Ilion.
- 8 Ro bo (p p). Mãe de Ismael.
- 9 Medida de superfície. Nome de flor.
- 10 Relativo à Gália. Pegas.
- 11 Osmio (s.q). Amante. Isolado.

PROBLEMA N.º 11341



VERTICAIS:

- 1 Decadência. Gole.
- 2 Pr posição. Re aras para trás.
- 3 Triture. Parte superior do cogumelo.
- 4 Ca peão. Conceder. No a musical
- 5 Estado de espírito. Preposição.
- 6 Pr posição. Di de em ruas. Nota musical.
- 7 Pontal de areia em frente de Setúbal.
- 8 Origem. Jarro (planta).
- 9 Vai para fora. Concubinas.
- 10 Aio de Afonso Henriques. Limpas com água.
- 11 Pão de milho. Lento.

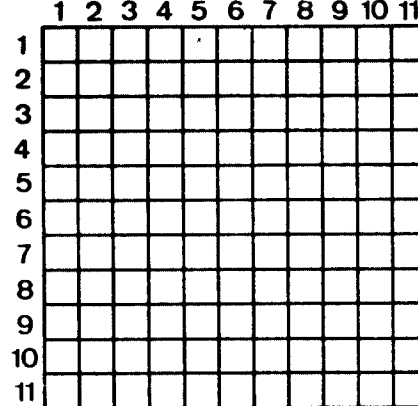
Resolva completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7501

HORIZONTAIS:

- 1 Cidade de França. Guarne-cemos de asas.
- 2 Vila e concelho do distrito do Porto.
- 3 Prata (s.q). Zombávamos.
- 4 Percebo. Caminho. Auto-res.
- 5 Censura. No e genérico das divindades do Japão.
- 6 Tr nsfere para outro dia. Nome de peixes.
- 7 Chefe etíope. Apellido.
- 8 Pertences. Que é do ar. Basta.
- 9 Esquilo lanoso. Greda branca.
- 10 Pacíficos. Atmosfera.
- 11 Costumavas. Brando.



VERTICAIS:

- 1 Freguesia do 2.º Bairro da cidade do Porto.
- 2 Orvalho congelado, que forma uma camada branca, sobre o solo e telhados (pl). Letra grega.
- 3 Alumínio (s.q). Ave pernalta que os Egípcios adoravam. Crescente.
- 4 Preposição. Em partes iguais. Superfície plana delimitada.
- 5 A voz do logo e outras feras. Calculais.
- 6 Guarnecei de asas. Cessar.
- 7 Caruma. Preposição. Ribeira da Ásia Russa.
- 8 Milho torrado que se reduz a po temperado com azeite de cheiro e mel de abelhas. Educo. Apellido.
- 9 Ruins. Nome de letra.
- 10 Modelos.
- 11 Murchais. Elemento que entra em algumas palavras com o significado de ar.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11340

HORIZONTAIS

- 1 Rançar. Rosa.
- 2 Amaro. Ralos.
- 3 Lio. Sie. Apá.
- 4 Há. Rif. Ar.
- 5 Retomar.
- 6 Saúde. Azo.
- 7 Bari. Sela.
- 8 Aroma. Mala.
- 9 At. Sano. lo.
- 10 Melodiosos.
- 11 Rasos. Asas

VERTICAIS

- 1 RALHOS. Am.
- 2 Amia. Abater.
- 3 NÃO. Ruar. Lá.
- 4 Cr. Medrosos.
- 5 Aos. Teimado.
- 6 Iro. Anis.
- 7 Reimas. Oo.
- 8 Rã. FAZEM. Sa
- 9 Olã. Rolã. Os.
- 10 SOPA. Alisa.
- 11 Asarão. Ao.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7500

HORIZONTAIS

- 1 Ruga. Fiasco.
- 2 Ala. Mioma.
- 3 Mo. Tem. An.
- 4 Praia. Diu
- 5 Apresentar.
- 6 Ia. Arrua.
- 7 Catres. lo.
- 8 Oraí. Arpaís.
- 9 Ra. Sul. Ema.
- 10 Aca. Aço.
- 11 Lima. Anosas.

VERTICAIS

- 1 Rampa. Coral.
- 2 Ulo. Piara.
- 3 Ga. Prata. Am.
- 4 Trê. Risca.
- 5 Ceasse. Ua.
- 6 Mie. Sal.
- 7 Im. Anã. An.
- 8 Aia. Tropeço.
- 9 Sondaríamos.
- 10 Cm. Iru. Ia.
- 11 Oaio. Aos. És.

PROVERBIO. Ralhos, não fazem sopa

Farmácias de Serviço

LISBOA

TURNO 0-1

TODA A NOITE

ALVALADE

Belo, Avenida de Roma, 53-A (Tel. 776314).

AVENIDAS NOVAS

Vale, Avenida Marques de Tomar, 45-49 (Tel. 773043).

BAIRRO DA ENCARNACAO

Ascenso, Praça Norte, 11-A (Tel. 311216).

BAIXA

Estácio Rossio, 60 (Tel. 327067 324224)

BENFICA

Macedo, Estrada Poco do Chão, 69-C (Tel. 703697).

CAMPOLIDE

Imparcial, Rua General Ta-borda, 28 (Tel. 680931).

ESTRELA

Linalde, Rua Ferreira Bor-ges, 30 (Tel. 660955)

GRAÇA

Almeida Dias, Largo da Graça, 38-A (Tel. 862909)

LUMIAR

Douro, Alameda das Linhas de Torres, 93-A (Tel. 791131).

S. BENTO

Fenix, Rua dos Poiais, 52 (Tel. 608531)

SETE RIOS

Curra, Avenida Madame Curra, 15 A (Tel. 778439)

TURNO 0-2

Até às 22 horas

ALTO DE S. JOÃO

Vitalis, Rua Morais Soares, 69 (Tel. 841779).

ALVALADE

Marbel, Avenida de Roma, 131 A (Tel. 776235)

AMEIXOEIRA

S. Bartolomeu, Via Paulo Jorge, 1 (Galinharias Char-neça, (Tel. 790969).

ANJOS

Guerra, Rua Andrade, 32/36 (Tel. 845513).

ANJOS

Magalhães, Avenida Almirante Reis, 1 (Tel. 49479).

AREIRO

Garantia, Avenida Padre Manuel da Nóbrega, 5-A (a Pracado Areiro) (Tel. 727300)

AVENIDAS NOVAS

Saldanha, Avenida Praia da Vitória, 53 (Tel. 43938).

BENFICA

S. João, Estrada da Luz, 124 A (Tel. 783179)

CAMINHOS DE FERRO

Frazão, Rua Cruz de Santa Apolonia, 90 (Tel. 847019)

ESTRELA

Andrade Ribeiro, Avenida Infante Santo, 66-B (Tel. 666971)

PICHELEIRA

Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B (Tel. 720703-728395)

OLIVAIS SUL

Antunes Rosas, Praça C-

dade Luso, lote 199 (Tel. 313610).

RESTELO

Tanara, Rua Rodrigo Reinel, 3-A (a encosta do Restelo, proximo dos Moinhos (Tel. 611814).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Combatentes, Av. C.G. Guerra, 166 (T.2113953)

CAXIAS

Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (T.242839). Até às 22 horas

OEIRAS

Alcântara Guerreiro, P. Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T.2430691). Toda a noite

NOVA OEIRAS

Leal, Até às 22 horas

CARCAVELOS

Central, Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA

Godinho da Silveira, Av. Saboia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE

Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Toda a noite

AMOREIRA

Amoreira, t. às 22 horas

ESTORIL

Marques dos Santos, R. Ferreira J.A., 15 (T.260116). Toda a noite

CASCAIS

Nova, E.de Alvide, Fontainhas (T.281044). Até às 22 horas; Marginal, Av. Marginal (T.280078). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T.930019); Flama, R. Elias Garcia, 78 (T.932485); Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15 (T.938149)

DAMAIA

Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (T.970523)

VENDA NOVA

Nova, R. Elias Garcia, 10 (T.972530)

QUELUZ

Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (T.950123)

CACÉM

Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T.2942181)

MEM MARTINS

Rodrigues Rato (T.2912038)

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (Tel. 2912038)

SINTRA

Marrazes, Estefânia (T.2930058)

COLARES

Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Nunes, l. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234100)

ALHOS VEDROS

Algarve, R. Fernald Lopes, 1 (T. 2750271)

ALMADA

Algarve, R. Fernald Lopes, 1 (T. 2750271)

BAIXA DA BANHEIRA

Aliança, Est. Nacional, 178 B (T. 2040302)

BARREIRO

Avenida, Av. Alfredo da Silva 88 (T. 2073212)

COVA DA PIEDADE

Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes 1 (T. 2764466)

MOITA

União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTUJO

Diogo, R. Almirante Reis, 50 (T.2310032)

SESIMBRA

Leão, v. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETUBAL

Higiene, R. Frei Agostinho da Cruz (T.22408); Portugal, R. Camilo Castelo Branco (T.23211)

SEIXAL

Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 16

ATÉ ÀS 22 HORAS

Vilarinha, R. d. Vilarinha, 1611 Bonfim, R. d. Bonfim

Guerra, R. de Costa Cabral, 43 Guimarães, R. d. Francisco 37 Lemos e Filhos, P. Carlos Alberto, 31 Ligeira das Ass. Soc. Mutuos

R. do Jardim, 286 Morenho, Ld. l. d. S. Domingos

44 Vasques, R. das Condições, 794

TODA A NOITE

Castro Carneiro, R. do Padre Cruz, 146 Henriques, P. da Batalha, 64 A Serpa Pinto

R. de Serpa Pinto, 645

COIMBRA

Dias Ferreira, Rua do Brasil, 70 Tel. 26046, Higiene, Rua Fernandes Tomas, 41, Tel. 22634, Santa Cruz, Rua das Padeiras, 94, Tel. 23509

cinemas

CASTIL

T. 530194 15.30, 18.30 e 21.15

Int. a men. 18 anos

DELICIAS FRANCESAS

Um filme de Jean Claude-Laureaux

7.ª semana

IMPERIO

T. 555134 Estreia as 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

Marcello Mastroianni, Catherine Deneuve

«O ACONTECIMENTO MAIS IMPORTANTE DESDE QUE O HOMEM CHEGOU A LUA»

15.15/18.30

«POR UMA MÃO CHEIA DE DIAMANTES»

Não acons. a menores de 18 anos

POLITEAMA

T. 326305 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30

Não acons. men. 13 anos

O SARGENTO ROMPIGLIONE

o melhor super farsa do ano c/ Franco Franchi 2.ª semana

VOX

T. 720808 14.15-16.30-19.00 e 21.15

DECAMERONS N.º 2

Os Contos Eroticos de Boccaccio

ROMA

T. 727778 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

A CASA DAS POMBAS

com Ornella Muti, Lucia Bose e Glen Lee

D. JOÃO V DAMAIA

Tel. 971794 As 21 h

Não acons. a menores de 13 anos

«A BRIGADA LOUCA»

PALACIO FOZ

15-18.15 e 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

«AGUIRE, DER ZORN GOTTES»

«AGUIRE O AVENTUREIRO»

(1972)

Realização de Werner Herzog (Alemanha Federal)

Interpretes: Klaus Kinski, Helena Rojo e Ruy Guerra

Um conquistador definitivamente encerrado na sua loucura

1.º Programa

15.00: Música variada; 18.00: Música portuguesa; 19.00: Campanha eleitoral; 20.30: Orquestras; 21.00: Painel da noite; 23.30: Programa desportivo; 00.00: Último jornal; 00.30: Retrospectiva; 01.00: Saida e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite; 02.00: Música na noite.

2.º Programa

16.20: Que quer ouvir?; 17.20: Música religiosa; 18.20: Música sinfónica; 19.00: O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas; 20.00: Música sinfónica; 21.00: Ópera; 21.30: Música de piano de Grieg; 22.00: Concerto de câmara; 23.00: Mudança do MF 2 de Mono para Estereo — intercâmbio musical; 00.00: Música sinfónica; 01.00: Fecho.

3.º Programa

16.00: Emissão Nacional. Ela por elas. Casos ao acaso, de Orlando Dias Agudo (repetição); 16.30: Vamos ao médico, com o dr. José Matildes (repetição); 17.30: Na defesa do consumidor; 18.00: Emissão regional. Contacto. Teatro trágico, dos Parodiantes de Lisboa; 20.15: Folhetim: «A Queda de um Anjo» (repetição); 21.00: Música, só música; 21.30: Quando o telefone toca; 23.00: A música e as vozes.

4.º Programa

16.00: Música variada; 17.00: Canções; 18.00: Apenas Música; 19.00: Em órbita; 20.00: Orquestras; 21.00: Concerto; 22.00: Jazz; 24.00: Prisma; 02.00: Fecho.

CALEIDOSCOPIO

T. 795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Para todos

«O LOBO SOLITARIO»

Um filme que fala de amizade, amor e justiça

Um filme de Oskar Gluscevic

5.ª semana

4s 17 e 23 h

Para todos

MAO TSE TUNG

de Naqira Oshima

Sabado 00.30 (Int. men. 18 anos)

O VICIO

EDEN

T. 320768 14.00 16.30-19.00 21.15

Int. a menores de 18 anos

A CIDADE DO CRIME

um filme de Lanny Cohen

Jogo implacavel do crime, do sexo, de violência

ODEON

T. 326283 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Exito sensacional

permanente garga hadd

AS NOITES LOUCAS DO HOTEL LUI MEL

c/ Isabella Biaggini e Ninello Davoli

Um pandemonio de segredos sexuais revelados por um buraco escondido

APOLO 70

T. 763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15

Não acons. a men. de 13 anos

A HISTORIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA

15.ª Semana

Hoje as 24 H. Grupo D. M. 18 anos

«OS HORRORES DE FRANKENSTEIN»

de Jany Singster

CASINO ESTORIL

T. 264621 17.00 e 21.15

(Int. men. 18 anos)

O RALLY DAS GOZONAS *

S. JORGE

T. 54153/4 15.15 18.15 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

Jean Paul Belmondo

«O LADRÃO DE PARIS»

2.ª semana

RESTELO

T. 610375 21.00

(Int. men. 18 anos)

«O Justiceiro da Noite»

AVIS

T. 47183 15.30-18.30-21.15

Não acons. a menores de 13 anos

2 Raparigas Num Pijama

um filme de Jean Girault

ESTUDIO



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 105, 1.º, 2.º
TELEF. 554511/23/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SONAMU, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL



A Associação de Amizade Portugal-Moçambique comemorou a noite passada em Lisboa, o Dia da Mulher Moçambicana. Foi recordado que a data foi estabelecida em homenagem à Josina Machel, membro do destacamento feminino e chefe da secção da mulher moçambicana no departamento das Relações Exteriores falecida em 1971, durante a luta de libertação. Durante a sessão uma representante do M.D.M. leu uma mensagem à mulher moçambicana destacando a luta comum pelos mesmos ideais, nomeadamente contra «o imperialismo e seus lacaios». Presente como convidado o almirante Rosa Coutinho

Costa Gomes à U.P.I. Militares não estarão no próximo Governo

Em entrevista concedida à United Press, o Presidente Costa Gomes afirmou julgar que o papel político activo dos militares, considerados individualmente, «terminará com a investitura do novo Governo». Noutro trecho das suas declarações, o Presidente da República opinou que o futuro Governo «deverá criar condições para fomentar o investimento privado nos muitos sectores que lhe estão abertos, sem o que a recuperação económica será necessariamente

mucho mais lenta, senão impossível». A propósito das relações com os Estados Unidos, opinou que «Portugal está aberto a todas as formas de cooperação com a comunidade internacional que não implique compromissos inaceitáveis para o povo português». Sobre a hipótese de vir a apresentar-se como candidato às eleições presidenciais, o general Costa Gomes disse que «ainda era muito cedo para se pensar nisso».

Pinheiro de Azevedo regressou

Planos para rever Sines

«Com milhões de contas aprovados em conjunto na E. F. T. A. e a participação de 15 milhões voluntariamente e directamente da Áustria» são as somas que serão emprestadas a Portugal, segundo revelou o Primeiro-Ministro almirante Pinheiro de Azevedo ao regressar a Lisboa depois de uma visita oficial de três dias à Áustria.

Pinheiro de Azevedo, que era esperado no Aeroporto de Lisboa, por membros do seu gabinete ministerial e do Conselho da Revolução, estando também presente o embaixador da Áustria em Portugal, declarou-se optimista quanto a esta sua viagem não só pelo número de individualidades

presentes nas recepções em que tomou parte, mas também «pela sinceridade das ofertas de auxílio, da sua concretização, elas são mais que palavras, representando uma força positiva na ajuda da concretização da democracia que estamos tentando construir em Portugal».

Escusando-se a entrar em pormenores, o Primeiro-Ministro acrescentou, no entanto, que a Áustria está disposta a auxiliar Portugal, em processos de desenvolvimento industrial, com particular incidência nos campos da indústria pesada e do turismo.

Na conferência de Imprensa dada em Viena, Pinheiro de Azevedo admitiu que o Projec-

to de Sines poderia ser revisto para permitir a participação da empresa siderúrgica «Onest-Alpine».

A propósito da organização dos trabalhadores austriacos, o Primeiro-Ministro considerou-as de grande relevância nas metas alcançadas por aquele povo e fruto «do seu espírito disciplinado». Considerou ainda ser «o carácter individualista» do povo português um travão para se alcançarem as metas obtidas pelos trabalhadores austriacos.

Pinheiro de Azevedo foi recebido no aeroporto por membros do Governo e do Conselho da Revolução, além do embaixador austriaco em Lisboa.

Em carta aos reitores

Vitor Alves apela para revisão dos saneamentos de estudantes

«No período que antecede as primeiras eleições para a Assembleia da República é importante que, na medida do possível e sem precipitações de decisão que poderiam igualmente ser inconvenientes, se procure repor a correcção em todas as situações de possível injustiça que ainda se mantêm» — lê-se numa carta do ministro Vitor Alves enviada aos reitores das Universidades Portuguesas, às quais se dirige na qualidade de «instituições de base da educação em Portugal».

Entende o ministro que «é no interior das escolas superiores, e por iniciativa dos seus órgãos democráticos de gestão, que se deve processar o exame de todos estes casos e da possibilidade da sua revisão».

E acrescenta a carta: «Em particular, foram física ou administrativamente impedidos

de frequentar Escolas Superiores estudantes sobre quem impenderam acusações de não se inserirem numa nova ordem democrática, ou de terem tomado atitudes ou praticado acções incorrectas, antes ou depois do 25 de Abril».

«Mesmo em caso de essas acusações aparecerem comprovadas, pensa o M.E.I.C. que será em geral de tentar a recuperação desses jovens para o processo revolucionário, sobretudo se puderem estar enquadrados num ambiente democrático e politicamente esclarecido».

Sustenta este apelo de Vitor Alves um considerando que reflecte:

«O processo revolucionário iniciado em 25 de Abril de 1974 tem vindo a conduzir o povo português a uma consciência política que a torna particularmente sensível quanto à neces-

sidade de defender as liberdades fundamentais, a democracia e a justiça social e individual».

O que surpreende neste apelo é que ele seja unilateral. Não seja extensivo aos atropelos que têm sido feitos à gestão democrática das escolas, à impossibilidade de existência de manifestações de organismos progressistas dentro de escolas sobretudo no Norte do País, à avalanche da direita, à utilização por jovens liceais de símbolos do E.L.P. e do M.D.L.P., aos cânticos da Mocidade Portuguesa.

Estranha-se que se faça um apelo à revisão dos saneamentos de estudantes que recusaram o espírito do 25 de Abril e não se faça um apelo para que os que o saudaram possam ter possibilidades de o exprimir dentro das escolas.

Lançada a "Economia e Socialismo"

«Múltiplos interesses pretendem disfarçar perante a consciência dos portugueses o sentido das movimentações em curso nos vários pontos do Globo, e, muito particularmente, quanto ao significado histórico da descolonização portuguesa e à evolução das novas nações resultantes das lutas de libertação», lê-se no editorial da revista «Economia e Socialismo», cujo lançamento foi objecto de uma reunião com os órgãos da Informação, esta manhã, na Casa de Im-

prensa, com a presença do seu director, Mário Murteira, e de alguns colaboradores, nomeadamente António Galhordas, Francisco Pereira de Moura, José Neto, Mário Ruivo e José Marigues.

A nova publicação, segundo os seus mentores, pretende constituir «um instrumento de trabalho e reflexão crítica para todos aqueles que em Portugal procuram intervir com lucidez e determinação na construção do socialismo», e reivindica como preocupação dominante

«contribuir para a reflexão dos portugueses sobre aquele teatro mais amplo de luta pela libertação do homem».

Empenhados como estamos em alimentar nesta revista um debate que sirva ao aprofundamento da tendência progressista do processo português — frisou Mário Murteira — Tudo faremos para que ela não seja um orfeão, onde todos «toquem» o mesmo, independentes como pretendemos estar de quaisquer partidos ou agrupamentos políticos.

Entre os artigos que integram este primeiro número, destacam-se «Política Económica dos Governos Provisórios», de Mário Murteira, «Projecto Caetanista do Estado Social» (documento inédito) e «China, País Capitalista ou Socialista?». Para as próximas edições encontram-se previstas a inserção de depoimentos críticos, exprimindo diferentes pontos de vista, sobre os artigos publicados na revista.

Vasco Lourenço

Continuação da pág. 1

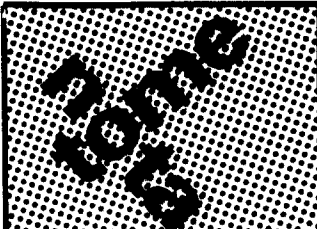
quantidades muito significativas» afirmou «que em virtude do clima social que se tem vivido nos últimos tempos e que tem atingido, nalguns casos os raios da exacerbada paixão política, o que transforma as pessoas em cegos, surdos e mudos intelectuais, a situação pode levá-las a agir como irracionais e em último caso a usar a violência».

Para Vasco Lourenço as armas que se encontram naquele depósito «podem constituir uma tentação muito grande para os que se julgam únicos dos da felicidade e da vontade do povo mas que não conseguem captar-lhes a simpatia e a livre

adesão».

Após ter alertado para a vigilância e espírito de sacrifício, Vasco Lourenço lembrou ser essa a condição essencial para a criação de uma barreira intransponível contra os inimigos do povo porque «defendendo as armas, defende-se o povo».

Na sequência do seu discurso e após ter realçado que os militares devem manter «a cabeça-fria», Vasco Lourenço referiu-se à campanha de calúnias e de mentiras das quais certos militares têm vindo a ser o alvo, afirmando que «não é com mentiras ou insultos que se ganha o respeito dos cidadãos e se tem direito a governar».



A INDEMNIZAÇÃO

António Maria Zorro, um dos directores da A. N. I. durante o regime fascista, um dos cidadãos portugueses que nas anteriores eleições não podia votar nem ser eleito, pelas suas ligações com as estruturas fascistas, foi saneado há meses da A. N. I. (actual Anop) sem ter direito a qualquer indemnização. Segundo informações de boa fonte, António Maria Zorro estará agora a ser indemnizado com prestações mensais de 50 mil escudos, até atingir o valor total de 300 contos.

A FESTA

A página 13 da sua edição de ontem, «A Luta» noticia que no próximo domingo, dia 11, se efectua em Lisboa uma jornada socialista, a nível nacional. O título da notícia: «Festa nacional socialista». Os admiradores de Hitler devem ter ficado satisfeitos com o lamentável engano...

Assaltantes alarmados com o "seu" petardo

PORTO, 8 — Faltavam 15 minutos para as 15 horas de ontem quando os moradores dos prédios contíguos ao n.º 856 da Rua Santos Pousada foram aertados pelo rebentamento seco e abafado de um petardo. Alertadas as autoridades e os bombeiros, veio a apurar-se que a detonação se dera no interior daquele prédio habitado pelo sr. José Gabriel Cardoso, ausente no Gerês durante o dia de ontem. O que se passou foi o seguinte: alguém, conhecedor dos meandros da casa, entrou lá na ausência do locatário e pretendeu abrir o cofre utilizando vários métodos, do escopro e o martelo à dessoldagem do metal. Impotentes, face à resistência oferecida, arrastaram o cofre do local onde se encontrava para o interior de um quarto e depois de o envolverem com um cobertor e almofadas a fim de reduzirem os efeitos sonoros, utilizaram o petardo. Contudo o estrondo produzido levou os assaltantes a porem-se em fuga deixando esventrado o cofre no interior do qual se encontravam maços de notas, ouro em barras e manufacturado, jóias, moedas antigas, etc. no valor de cerca de 600 contos. Agentes da P.J. que acorreram ao local procederam depois ao inventário do assalto frustrado. Posto ao corrente, telefonicamente do que se passava, o sr. Gabriel Cardoso, pessoa já de certa idade e, ao que parece, pouco dada a largos voos financeiros, respondeu do Gerês à senhora que lhe olha pela casa na ausência que so viria para o Porto no comboio da noite, dado que só pagaria metade do preço do bilhete...

Duas estudantes desaparecidas

Desapareceram ontem à tarde, na Calçada do Grilo, quando regressavam da Escola Luís António Verney, que frequentam as duas jovens estudantes Ana Paula e Lígia Maria Batista Pereira Fernandes, ambas com

14 anos de idade.

Lígia Maria usa óculos escuros graduados e veste calça de ganga azul, camiseiro aos quadrados e casaco de malha azul escuro.

A VENDA sexta-feira, 9 de Abril

economia e socialismo

REVISTA MENSAL DE ECONOMIA POLITICA
N.º 1 • ABRIL DE 1976 • PREÇO 27\$50
Director: Mário Murteira

PORTUGAL: a situação económica a política económica QUE SAÍDA?

DOCUMENTO INÉDITO: o projecto caetanista do estado social

Distribuição exclusiva: LITRANIA 123

O OUTRO
ABRIL

No Centro do País

No final do nosso artigo de ontem, a propósito da geografia política do resultado das eleições de 75, aludimos às mutações paralelas da orientação dos sufrágios e do panorama socioeconómico, ocorridas na passagem do norte para o centro do país. À excepção do Porto, na grande cidade com uma forte concentração industrial na sua cintura, a direita obteve a maioria absoluta nos outros sete distritos do Norte, precisamente nas regiões onde o salazarismo conquistou maior consenso, instilando na consciência de populações que o subdesenvolvimento económico e cultural tornou fechadas, inseguras e receosas, a ideia de que modernização, progresso, cooperação, só trazem um denominador comum no seu bojo caótico: a colectivização forçada daqueles dois palmos de terra que são o sacrifício e a miséria de quem deles vive, mas a que os camponeses pobres se encontram extremamente ligados. A cacete, a tiro e à bomba, os reaccionários têm conseguido impor a sua lei nessas zonas sem lei, espécie de «Far West» onde não há xerifes, ou se os há, e se tomam a sério, têm 24 horas para abandonar a cidade. Foi aí que o C. D. S. lançou a rede, procurando pescar uma base de massas na feudalidade mais arcaica, na obtundidade dos estratos burgueses paleocapitalistas e num clero mais antiprogressista do que cristão. Aliás, não foi só o C. D. S. que andou à pesca nesse mar propício — o PPD também por lá andou, recolhendo mais peixe, de melhor qualidade e mais variado. Deixemos, porém, estas considerações sobre pescarias nortenhas e regressemos ao centro do país.

No distrito de Leiria, com unidades industriais de relevo nos sectores vidreiro e dos cimentos, e inúmeras pequenas fábricas (a maioria com 10 e às vezes menos operários), mas ainda assim predominantemente agrícola, a esquerda quase suplantou a direita: 33,1 para o P. S., 6,4 por cento para o P. C. P., 3,3 por cento para o M. D. P. / C. D. E. e 4,8 por cento para os outros partidos.

No distrito de Castelo Branco, onde a indústria têxtil se encontra fortemente implantada, as forças de esquerda obtêm já a maioria, com 41 por cento para o P. S., 5,6 por cento para o P. C. P., 3,9 por cento para o M. D. P. / C. D. E. e 5,9 por cento para as outras formações. De Castelo Branco para Coimbra, a maioria de esquerda consolida-se: 43,2 por cento para o P. S., 5,7 para o P. C. P., 4,4 para o M. D. P. / C. D. E. e 3,6 para os outros grupos.

No distrito de Santarém, regista-se o primeiro salto decisivo a favor da esquerda, com as seguintes percentagens: P. S., 42,4; P. C. P., 15,1; M. D. P. / C. D. E., 4; outras formações da esquerda, 4. Na região de Portalegre, onde o P. P. D. se fixou nuns apreciáveis 20 por cento e o C. D. S. quase desapareceu, com percentagens oscilantes entre 3-4 por cento, o avanço da esquerda assume já grandes proporções: 52,3 ao P. S. 17,5 ao P. C. P., 4,5 ao M. D. P. / C. D. E. e 3,8 por cento aos outros grupos.

E chegamos aos confins de Lisboa, onde vive a faixa mais consciente dos grupos privilegiados do país, assediada por uma classe operária consciente e corajosa. Veremos amanhã como se expressou em números, nas eleições de 75, essa luta constante entre classes inimigas.

E.S.

MÁQUINA ELEITORAL NA GULBENKIAN

Ensaio geral no dia 14

No próximo dia 14 a máquina eleitoral instalada, à semelhança do ano passado, no edifício central da Gulbenkian, vai arrancar com o seu ensaio geral.

Dois ministérios, o da Comunicação Social e da Administração Interna estão particularmente empenhados na montagem complexa de uma máquina que à partida ignora ainda as percentagens que vai produzir.

O Centro eleitoral abre para a Imprensa dia 19, das 10 horas até às 22. A partir de dia 25 estará aberto ininterruptamente. A cobertura será feita por 200 jornalistas portugueses e 50 correspondentes permanentes de agências estrangeiras no nosso país, já creditados. Mas espera-se que pelo menos 500 jornalistas estrangeiros estejam empenhados, a partir do dia 19, nas eleições portuguesas.

Como medida de eficácia, o Ministério da Comunicação Social vai instalar a partir do dia de abertura um gabinete na Gulbenkian que permite passar a qualquer hora credenciais para os jornalistas interessados em assistir ao mecanismo eleitoral «in loco».

Para a Imprensa foi reservado um espaço no edifício. Uma sala que funciona como redacção onde estão já instalados 13 telefones ligados directamente às redacções, uma sala de convívio onde só é permitido o acesso aos jornalistas e uma outra sala onde foram já instalados 14 telex privados das agências noticiosas e jornais que os pediram.

A Radiodifusão tem o seu campo de batalha na sala 1: seis cabines, uma para a Rádio Renascença e as outras cinco de apoio às rádios estrangeiras. Na sala 2 (ao lado), a RTP vai ocupar-se essencialmente da transmissão de mesas redondas, reportagens e outras actividades informativas à margem do anúncio dos resultados eitorais, esses a cargo do M.C.S. que os envia para o Lumiar. José Gabriel Viegas tem sido o interlocutor da RTP com os ministérios empenhados

nesta «acção» eleitoral.

Quanto às actividades do M.C.S., vai funcionar um departamento de «press-release» encarregado de fornecer todos os boletins informativos daquele Ministério e indicar os principais títulos dos jornais sobre as eleições em português, francês e inglês.

São 50 os funcionários do M.C.S. empenhados na campanha eleitoral (dentro da Gulbenkian).

O M.C.S. tentará ainda, durante os seis dias que a «máquina Gulbenkian» vai funcionar, fazer um ponto da situação a que chegamos desde as primeiras eleições livres até hoje. Para o efeito, serão convidados ministros e secretários de Estado para fazerem um balanço dos vários ramos e sectores da vida portuguesa.

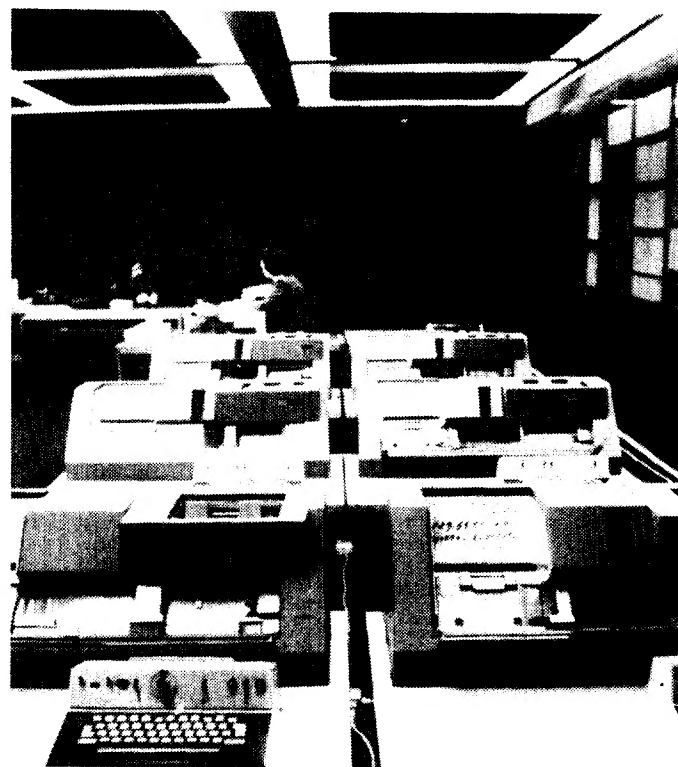
A semelhança do ano passado, vai ainda o M.C.S. organizar almoços de encontro entre jornalistas estrangeiros (convitados) com membros do Governo. O bar, explorado pelos concessionários da Gulbenkian, vai funcionar desde o dia 19. Nos dias 25 e 26 o restaurante estará aberto ininterruptamente.

Por parte do M.C.S., os custos globais da sua participação neste empreendimento atingem os mil contos.

Haverá ainda uma sala de Imprensa no Porto onde são esperados cerca de 30 jornalistas estrangeiros. Também outra na Madeira. Não haverá nenhuma nos Açores: recusou o convite para tal endereçado pelo M.C.S.

PARTICIPAÇÃO DO M.A.I.

Também o Ministério da Administração Interna desempenha um papel importante na montagem da captação dos resultados eleitorais, através dos serviços de segurança este ano otalmente a cargo da P.S.P. e dirigido pelo respectivo comandante distrital, major Aparício; assegurando as li-



Dezasseis computadores adjudicados pelo Estado a uma empresa nacional por 650 contos funcionarão na Gulbenkian durante as eleições.

gações com os governos civis; responsabilizado pela área do tratamento de dados e pelo serviço de Informática sob responsabilidade da Norma.

Os serviços de segurança estão confiantes. Quanto à possibilidade de ser posta uma bomba no Centro, fomos informados que 48 horas antes da abertura do edifício ao público a secção da P.S.P. de minas e armadilhas procederá a uma minuciosa vistoria do edifício.

No que respeita à Informática ele foi adjudicado pela Norma após concurso público, a que concorreram três empresas, por 650 contos. São 16 os computadores que vão funcionar.

Quanto aos custos da montagem, aluguer e funcionamento das tele-impressoras, perfuradoras, fotocopiadoras e circuitos internos de Televisão, o seu preço ascende sensivel-

mente a 1100 contos.

Tele-impressoras há que estão directamente ligadas aos governos civis.

Mal os resultados chegam eles são de imediato encaminhados por um estafeta, para o Ministério da Justiça onde funciona também um computador. Os resultados dados pelos computadores da Norma são assim comparados. Se houver alguma falta os resultados poderão ser rectificadas, em duas horas, pelo Instituto Nacional de Estatística.

Também os C.T.T. estão envolvidos neste empreendimento (captação e tratamento de dados).

Têm nele envolvidos cerca de 100 funcionários (30 na exploração), montou 27 cabines telefónicas para chamadas urbanas e inter-urbanas um posto de correio e tem no seu centro de escrutínio nada mais nada menos que 15 posições de telex e 20 de perfuração.

O sistema montado estará pronto a funcionar daqui a uma semana.

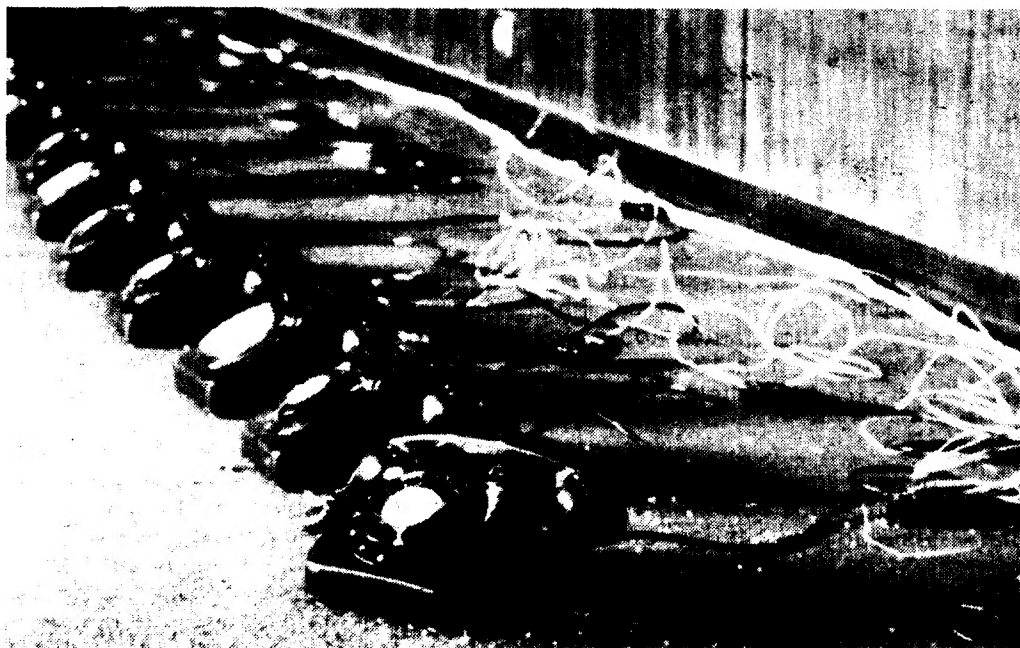
Também o Turismo estará representado, assim como a TAP.

Um ini-banco estará ao serviço de quem necessite mudar dinheiro.

Conta-se com menos profissionais de Informação que o ano passado. Por outro lado não parece provável que os secretários-gerais ossem fazer conferências de Imprensa na Gulbenkian como no ano anterior.

As tensões partidárias agudizaram-se e o significado do acto eleitoral ultrapassa o de 1975 já que este ano além da formação de uma Assembleia Legislativa o que está em causa é a formação de um Governo.

É ainda possível que um dos auditórios da Gulbenkian venha a ser utilizado para a exibição de filmes sobre a realidade portuguesa por iniciativa do Ministério da Comunicação Social.



No chão da futura sala de Imprensa, telefones «repousam» aguardando o momento de serem ligados às redacções dos jornais para utilização exclusiva dos jornalistas envolvidos na cobertura das eleições.



MANIFESTO ELEITORAL DO P.S. (Resumo)

"Com o povo, para o povo, pelo povo"

As próximas eleições serão decisivas para a estabilização das instituições democráticas. Uma nova vitória do PS permitirá a formação dum poder político em condições de assegurar a consolidação da Democracia política e o avanço sereno e responsável para o Socialismo em Liberdade. Pelo contrário, a formação duma maioria conservadora agudizaria imediatamente as tensões sociais e precipitaria o país em novos períodos de agitação, desordem e insegurança generalizadas, propícios à emergência de soluções autoritárias que fariam perder ao nosso Povo a mais cara conquista do 25 de Abril de 74 — a Liberdade. Por isso, o PS sente que lhe continua a caber uma importante missão histórica e patriótica: do mesmo modo que evitou a queda no totalitarismo comunista, terá que obstar também ao regresso de uma situação conservadora geralmente incompatível com a Democracia. Uma vez mais se joga em Portugal a Liberdade da Democracia.

Este o desafio que o nosso Partido lançou ao Povo Português após o derrube do fascismo e que logo obteve a sua rápida e entusiástica adesão. Este desafio que voltamos a lançar em vésperas de eleições de cujos resultados, uma vez mais, poderá depender o êxito de tal proposta. Porque o PS, ao contrário dos partidos totalitários, tem confiança na vontade livre do Povo e está certo de que este deseja, acima de tudo, a liberdade e a justiça social. Porque os portugueses saberão mostrar uma vez mais ao mundo que a liberdade é revolucionária e é também condição de progresso, da estabilidade, da paz civil.

Governar Portugal por uma política de concórdia e grandeza nacional, no respeito pela Constituição

Confiante no desejo de paz, liberdade e justiça social profundamente enraizado no Povo Português, o PS não receia assumir sozinho as responsabilidades do próximo governo.

O PS propõe-se formar um governo homogêneo, coeso e eficiente. Um Governo dotado de um programa realista e responsável que aperfeiçoe e consolide as conquistas já alcançadas, sem nos fazer voltar para trás — como pretendem o PPD e o CDS, nem nos fazer dar saltos para o abismo, como têm tentado o PCP e a extrema-esquerda. Este é o governo a que o País aspira, cansado como está dos compromissos paralisantes de sucessivos e provisórios governos de coligação.

O Povo quer uma política clara e sem ambiguidades que só um Partido verdadeiramente nacional como o PS está em condições de aplicar. O Povo Português, que há tantos anos aspirava a uma Constituição democrática e progressista, quer também que tal política se inspire nesta Constituição finalmente elaborada e aprovada pelos seus representantes livremente eleitos. Uma Constituição que lhe assegure os direitos,

liberdades e garantias fundamentais. Uma Constituição que consagra as grandes conquistas obtidas no domínio económico e social: as nacionalizações, a reforma agrária, a planificação democrática da economia, o cooperativismo, a dinâmica autogestionária, a liberdade sindical, o direito à greve, o apoio às pequenas e médias empresas, a delimitação e o respeito pelo sector privado.

Uma Constituição que, pela primeira vez na nossa História, procura defender acima de tudo os interesses das classes trabalhadoras, dos pequenos e médios agricultores e dos pequenos e médios empresários ou seja, da esmagadora maioria do Povo Português, retirando finalmente aos grandes capitalistas e latifundiários os privilégios obtidos à custa de anos e anos de exploração do trabalho alheio. E quem melhor que o PS pode fazê-la aplicar e respeitar? Um Governo PS é o que reúne melhores condições para garantir a concórdia nacional, através de uma política orientada para a resolução dos problemas concretos do Povo Português. Tal como até aqui, é na força do PS, radicada no maciço apoio popular, na sua implantação nacional e na sua enorme capacidade de mobilização, que reside a melhor garantia para alcançar e defender a estabilidade política, a tranquilidade, a segurança necessárias à constituição de um Socialismo de rosto humano, baseado na justiça e na prosperidade.

Governar Portugal com o PS é a garantia de construção da grandeza nacional, agora que, libertos dos terríveis encargos da guerra colonial e do desprestígio do colonialismo, podemos assumir, sem complexos, a nossa personalidade, desenvolver a economia nacional, ocupar com dignidade o nosso lugar próprio no contexto da Europa e refazer Portugal em Portugal.

Reconstruir a economia, Desenvolver o País com Justiça

Vencer a crise económica, reconstruir a economia nacional e lançar as bases para o desenvolvimento do País no caminho para um socialismo de prosperidade e de justiça, estas as preocupações dominantes de todos nós.

Preocupações perante as quais só o Partido Socialista apresenta ao País uma proposta de Governo responsável, capaz de mobilizar os trabalhadores e todo o Povo Português, para vencer as dificuldades actuais e abrir solidamente o caminho do futuro.

Na realidade, a política económica do P.C.P. e dos partidos da extrema-esquerda implica, obviamente, o máximo de destruição dos actuais centros de actividade, subordinando-se ao objectivo primário da tomada de Poder a todos os níveis, com recursos aos métodos ditatoriais e repressivos, característicos dos Partidos Comunistas.

Por outro lado, uma vitória eleitoral dos partidos da direita, P.P.D. e C.D.S., levaria naturalmente à adopção de uma estratégia

de recuperação do poder económico do grande capital. Uma recuperação concebida dessa forma só é possível impondo aos trabalhadores portugueses uma política de baixos salários e de subida de preços acelerada, para permitir lucros elevados. Uma acção desse tipo, necessariamente repressiva, corre o risco de gerar novas fontes de perturbação social, criando condições de instabilidade política que poderão pôr em perigo a própria democracia.

A política económica do Partido Socialista é a única que permite assegurar o desenvolvimento firme da economia nacional ao serviço de quem trabalha, sem recorrer a esquemas de empobrecimento e a métodos de ditadura.

O Partido Socialista é, além disso, a força política portuguesa que goza de maior credibilidade a nível internacional, condição indispensável para garantir, sem prejuízo da Independência Nacional, o apoio externo necessário à recuperação económica do País, pela ajuda financeira ao investimento produtivo, criador de novos postos de trabalho, pela defesa dos direitos dos emigrantes e das suas poupanças e pela reactivação da actividade turística.

Impõe-se modificar radicalmente a situação económica existente que traduz um empobrecimento do País. O P.S. propõe aos portugueses um socialismo que não é o socialismo da miséria. O relançamento da economia nacional é possível e o P.S. afirma que a resolução da crise económica só pode encontrar-se lançando as bases de uma economia socialista e de uma sociedade livre e democrática, onde desenvolvimento e socialismo sejam a resultante da acção dos trabalhadores, respondam às necessidades da população e assegurem a Independência Nacional.

Para atingir tais objectivos, o P.S. entende que é tarefa prioritária o de relançar a economia, permitindo a rentabilidade dos sectores nacionalizados, consolidando as transformações estruturais já operadas, sem o que a anarquia nas empresas e os défices cumulativos acabariam por fazer perder todas as conquistas alcançadas.

Esta prioridade exige uma aliança firme e digna entre os agricultores, os assalariados rurais, os trabalhadores industriais, as classes médias, os pequenos e médios empresários: Trata-se de unir Portugal, unir os portugueses, e só o P.S. é capaz de garantir esta unidade nacional, pois só o P.S. tem a necessária implantação diversa, social e regionalmente. O Partido Socialista não se identifica com uma fracção do Povo Português: identifica-se com a nação, com a sua História e com o seu futuro.

Neste sentido, uma das prioridades do Governo P.S. será a de delimitar rigorosamente o sector público, terminado que está o programa da nacionalização dos sectores básicos, respeitando a dinâmica do sector privado. Para isso, o P.S. afir-

ma a necessidade de regularizar rápida e definitivamente a situação anormal de centenas de empresas, cuja intervenção estatal foi, em muitos casos, apenas ditada pela necessidade gonçalvista e comunista de demolir a economia.

Para relançar a economia, o P.S. apelará aos empresários e aos trabalhadores. Aos primeiros, garantindo-lhe os investimentos, apoiando decididamente programas de substituição de importações, apoiando programas de desenvolvimento das exportações, garantindo as regras de contratação e de negociação laboral. Em contrapartida, deverão os empresários orientar as suas actividades de acordo com os planos e o interesse nacional.

Aos trabalhadores, o P.S. lembra que está nas suas mãos, na sua generosidade, no seu esforço, uma parte importante do futuro de Portugal.

Deles depende a trégua social necessária à unidade nacional; deles depende a produtividade (em baixo produto há 2 anos), a modernização dos métodos de trabalho, a redução do absentismo (em aumento desde há 2 anos). As conquistas dos trabalhadores deverão ser utilizadas para seu enriquecimento e da Nação, não para a sua autodestruição.

Aos retornados das ex-colónias, o P.S. lembra que têm perante si um imenso desafio: o de contribuir com o seu esforço e com o seu coração para a reconstrução nacional. O P.S. entende que deverão ser apoiadas e fomentadas todas as iniciativas criadoras de riqueza providas destes homens de espírito pioneiro.

Aos agricultores deste País, o P.S. afirma que lhes compete, desde já, um contributo fundamental, tentando assegurar que a nossa alimentação seja o mais possível a sua produção. Nesse sentido, terá o Governo que fomentar sem reservas a tão necessária modernização da agricultura, assim como terá que assegurar, finalmente, preços justos para os produtos agrícolas.

As linhas mestras da reconstrução económica nacional deverão obedecer aos seguintes objectivos:

a) Obter o pleno emprego

b) Satisfazer as necessidades básicas da população, nomeadamente em matéria de habitação, saúde, segurança social e educação

c) Assegurar a independência do País em relação ao exterior

Para este efeito, publicou o Partido Socialista, em Agosto de 1975, uma proposta de Política Económica de Transição, única alternativa até hoje apresentada à estratégia gonçalvista, então no seu auge. No programa de Governo que se apresenta agora ao eleitorado, procede-se a uma actualização do enunciado das medidas que o P.S. aplicará, ao assumir a plena responsabilidade do Governo para promover a recuperação económica do País:

A — Definição das regras de jogo do sistema económico de transição pa-

ra o socialismo:

A1 — Criação de uma orgânica de planeamento, com larga participação da população a nível regional e socio-profissional, que inicie a preparação de planos de médio prazo.

A2 — Delimitação do sector nacionalizado abrangendo os sectores básicos que foram atingidos pelos decretos dos Governos Provisórios. Definição de normas de rentabilidade para as empresas, não permitindo o mais que se dilapide a riqueza nacional com a manutenção de sectores não rentáveis e socialmente não vantajosos.

A3 — Definição do papel e garantias ao sector privado e apoio à reanimação do investimento privado.

A4 — Correção dos erros e excessos da Reforma Agrária, reorganização das unidades produtivas, nas zonas expropriadas, e apoio às formas de associação cooperativa voluntariamente promovidas pelos pequenos e médios agricultores em todo o País.

A5 — Reorganização do Comércio Externo, fomento das exportações, em particular da produção dos sectores em crise; garantia dos abastecimentos essenciais; diversificação do comércio externo.

B — Medidas de Fomento

B1 — Política de expansão do Investimento Público, com prioridade para a habitação, obras públicas, transportes e sectores industriais nacionalizados, com maiores incidências na criação de emprego ou impacto na balança de pagamentos.

B2 — Adopção de programas de emergência para os sectores que atravessam crise mais graves: turismo, construção, têxteis, confecções, fundição, etc.

B3 — Programa de fomento da produção agrícola e de outros bens alimentares, com projectos intensivos de apoio à pequena agricultura, e de fomento das pescas e das indústrias alimentares.

B4 — Adopção de medidas visando a simplificação dos circuitos comerciais e a melhoria do abastecimento público.

B5 — Reestruturação dos sistemas bancário e actividades afins, a criação de novos mecanismos de captação da poupança, canalizando-a para os investimentos.

C — Medidas de Defesa do Poder de Compra dos Trabalhadores

C1 — Política de contenção dos preços dos bens e serviços essenciais e garantia do seu abastecimento.

C2 — Actualização do salário mínimo nacional, em função do aumento do custo de vida.

C3 — Actuação do Conselho Nacional de Preços e Rendimentos, recentemente criado por iniciativa dos socialistas.

São estas algumas das linhas políticas essenciais para a economia, que o P.S. concretizará brevemente no seu programa de Governo a apresentar à Nação antes das eleições.



Ribeiro Teles, primeiro na lista

Nas listas do PPM, onde contramos numerosas pessoas ligadas à agricultura, nomeadamente proprietários, engenheiros-agrónomos e regentes agrícolas, há também representantes das ex-colónias (13) e mulheres (14 por cento), das quais 17 são donas de casa.

Embora o dr. João Camos ao apresentar os candidatos por Aveiro, tenha afirmado não haver condições para a elaboração de planos majestosos por causa da «desinformação que há mais de meio século se estabeleceu em Portugal», o Partido Popular Monárquico apresenta 309 candidatos, entre efectivos e suplentes, eleições para a Assembleia Republicana.

Nas listas propostas pelo PPM, que inserem 15 independentes, há 40 por cento de intelectuais (125), 30 por cento empregados de serviços (93), 6,5 por cento de técnicos (2).

Canal das

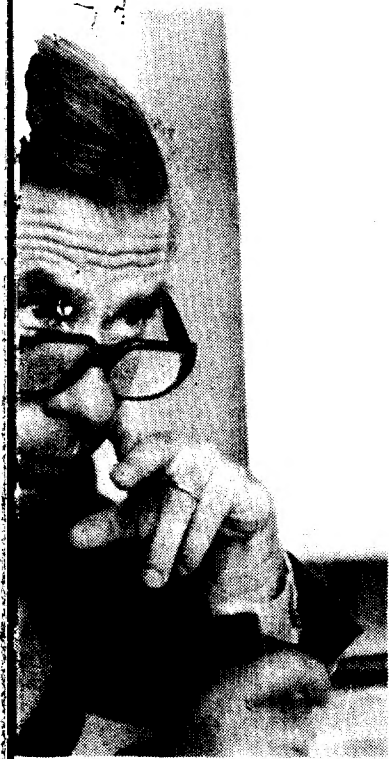
Abriu ontem à noite a propaganda eleitoral na RTP. Coube à U. D. P., através da palavra do deputado Constituinte, iniciar as intervenções dos 14 partidos constituintes da Assembleia Legislativa.

Mais sereno, se nos recordamos da campanha eleitoral do ano passado, Afonso Costa, da U. D. P., definiu a trave da luta e objectivos do partido durante a campanha condensados na palavra de ordem «Unir o povo contra a miséria, o fascismo, o imperialismo». Saudando todos os democratas e patriotas em geral e os deficientes em particular, prestou homenagem ao Maximino vítima de um atentado do bandido, na primeira semana de Abril.

Afonso Dias sublinharia a da que outros partidos se tinham integrado (durante o período eleitoral) na U. D. concretamente o P. U. P., E. C. (m-l), e o P. C. P. Apelou, fez intenção do partido que estas eleições, tendo na democracia popular a transformação no «25 de Abril do Povo». Significativamente a campanha da U. P. começou sem ataques, mas fazendo força numa frente de unidade, na manuseio das conquistas já alcançadas e no combate ao fascismo. U. D. P., na palavra de Afonso Dias, seria «a força mais consequente antifascista».

Seguiu-se pelo P. P. D. Helena Roseta. Agradável a

Agrários e retornados nas listas do P.P.M.



Lista dos candidatos do P.P.M. pelo distrito de Lisboa

Entre os intelectuais, onde figuram 4 jornalistas, a maior representação cabe aos engenheiros (37), aos professores (25), aos advogados (15) e aos estudantes (23). Nos serviços, as profissões mais representadas são os empregados de escritório (21) e os bancários (15).

Além das categorias indicadas, contamos também, nas listas do PPM, 10 operários, 10 comerciantes, 10 agricultores, 4 industriais, 2 artistas, 1 bombeiro, 1 reformado, 1 oficial da marinha mercante, 1 empresário artístico, 1 porteiro, 1 coronel reformado, 1 empregado de mesa, 1 locutor de rádio, 1 bibliotecário-arquivista e 4 diversos.

Reproduzimos a seguir a relação dos candidatos monárquicos:

Aveiro — António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, Paulo

de Miranda Catarino, Américo Dias Urbano, João Carlos Camossa de Saldanha, Jaime Alcides de Vasconcelos Pedrosa de Moura, Manuel Fortunato Alves Neto Barbosa, António Tavares da Cunha, António Leopoldo Rebocho de Albuquerque Cristo, Alberto Brandeling Ferreira Pinto, Armôr Pires Mota, Manuel Gonçalves Bastos de Pinho, Emídio Marques dos Santos, António de Sousa Dinis Correia, Hermenegildo Correia de Sá

Suplentes: João Afonso Barbedo Trindade, Alfredo Gonçalves de Azevedo, Manuel José Gomes Vaz Craveiro, Maria José de Assunção Murta Xavier Pontes de Gouveia, Lucénio Rodrigues de Almeida.

Beja — Eugénio Sotto Tavares de Almeida e Sousa, Boaventura Joaquim da Cunha Garrido, António Colaço Botelho Varela, Francisco Inácio Rebocho, Joaquim António Ramalho, João Francisco Figueira Mira, José António Costa Guerreiro, Fernão Vaz Pereira Forjaz Pacheco de Castro.

Braga — Amadeu Sá Menezes, Manuel Branco Ferro, João Sottomayor, Fernando Sá mezes, Alfredo Borges de Menezes, Alfredo Borges de Macedo, Isaura Seabra de Sá, Manuel António Antunes, Octávio Machado, Vasco Jacomo de Vasconcelos, Sérgio Ferreira Barbosa, Fernando Moreira Teixeira Pinto, Raul Pinto Machado, Jaime Leite de Castro, Júlio Rodrigues, José Luís Correia;

Suplentes: Teresa Seara Cardoso, Manuel Azevedo Carneiro, David Seara de Sá, António Machado.

Bragança — Isidro dos Santos Vaz, Manuel António Gonçalves, Mário Soares Dengucho, Alberto Alves;

Suplentes: João Leite de Almeida, Maria da Conceição Gonçalves, Nicolau Tolentino Saldanha.

Castelo Branco — Rodrigo Montezuma, Augusto Salazar Antunes, Mário Mendes Rosa, António Arnal Afonso, Nuno Laoureux Cardoso, António Sampaio Maia, Carlos Vaz de Carvalho;

Suplentes: Pedro Paiva Pessoa, Maria Rita Marçal Grilo, Carlos Manuel Santos Nunes, Luís António F. Ribeiro.

Coimbra — Henrique Barriero Ruas, José Coelho, Rui Graça, António Manuel Cabral de Oliveira, Aida da Costa Santos, Fernando Gabriel Pessoa dos Santos, José Jerónimo do Amaral Mendes, José Domingos Pereira Gonçalves, Adelinho Manso Ferreira de Oliveira, Duarte Manuel Forjaz Pacheco Trigueiros, Mário Diogo Pinheiro Miranda, Alvaro de Lencastre Araújo Bobone;

Suplentes: Maria Margarida de Vasconcelos Pessanha, Glória Silvina de Almeida Sá Marques Bastardo, Jorge Pereira de Campos Mourão de Mendonça Corte-Real.

Évora — Tomás Lopes Cavaleiro Ponce Dentinho, Augusto Manuel da Costa Pereira Zacarias, Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira, Jorge Gonçalo de Barahona Pereira Palha Van-Zeller, Victor Manuel Jorge de Figueiredo;

Suplentes: Carlos Ribeiro de Castro, Manuel Jorge de Sousa Dias Coentro.

Faro — António Leite de Sousa de Noronha, José Maria

da Ponte Lucas, João Carlos da Horta Machado, Silvino Augusto Leitão, João Carlos de Jesus Iria, António Celorico Drago, José dos Santos Melo, João Castelo Branco Ramos, Joaquim Mascarenhas Pacheco;

Suplentes: Maria Gabriela Leite de Noronha, António Pedro da Câmara Pereira Gonçalves, José Francisco Lisboa.

Guarda — Joaquim António Delgado Crespo de Carvalho, Jorge Fernando Sotto-Mayor D'Almeida, Agostinho Dias da



Gama, José António de Pádua Osório de Andrade, Fernando Marcos, Maria Filomena Monteiro Crespo de Carvalho;

Suplentes: José Afonso de Almeida Sá Marques, Maria da Encarnação Figueiredo Lopes, Luís da Encarnação Figueiredo Lopes.

Leiria — Dr. José Afonso de Carvalho Moreira Padrão, José Travassos Santos, Raul Miguel de Castro, dr. Elísio José Barriero Fernandes Ruas, Manuel Poças das Neves, eng.ª Maria Carlota Tavares de Almeida Lagoa, Carlos Jorge dos Santos Mendes, dr. Joaquim Augusto Garcia Marques Pinto, eng.ª António Henrique Leal Pessoa de Amorim, Maria Fernanda da Silva Pacheco Gomes Fino, José Joaquim Pestana Toucinho;

Suplentes: Margarida Maria Marques da Cunha, José Gomes dos Santos, Fernando Manuel de Menezes Crespo, Rosalino Oliveira da Silva Marques, Rui Monteiro Rodrigues.

Lisboa — Gonçalo Pereira Ribeiro Teles, Augusto Martins Ferreira do Amaral, José Vaz Serra de Moura, Vitor Manuel Quintão Caldeira, Luis Filipe Ferreira Reis Tomas, Nuno de Lusignan Villaga de Sousa, Marco António Nascimento Monteiro de Oliveira, António Costa Albuquerque Sousa Lara, João Amândio Teixeira Goulart de Bettencourt, Manuel de Jesus Carvalho, João António Pestana Teixeira dos Santos Rodrigues, Armando dos Santos Serra, João Filipe Salvado, Francisco Augusto Lopes Tavares de Almeida, José João Gorjão Henriques de Mello Lapa, Gaspar José Couchofel de Campos Calejo, Isabel Wolmar, José Filipe de Oliveira Carvalho Marques, Fernando Costa Quintais, Fernando Gilberto Franco Pascoal, António Vitorino Canilhos Lopes do Rego, Margarida Maria Chorão de Carvalho, Mário Coelho, Arnaldo Câmara de Sousa Alvim e Silva, Luís Vaz de Almada, João Manuel Soares Ferreira Rosa, José Florentino Freitas Perry da Câmara, Maria José Monteiro Torre do Valle Guimarães, Carlos César Coelho da Silva Leal de Sequeira Serra, Amândio Mendes Borrega Quinto, Pedro Rocha Marques Ferreira, João Marques Pereira Perry Vidal, Nuno Carlos Lima de Sequeira Ser, Manuel Jorge Vilar Machado Barqueiro, Maria Sofia Teixeira Viana Maya Santos, Bento Mo-

rais Sarmiento, Rui Manuel Silva de Oliveira Machado, Manuel Acácio Pimentel Fernandes, Carlos Maria de Sousa Pietra Torres, João Maria Elias de Carvalho, António Joaquim Ferreira Teixeira, Maria Cristina Teixeira Pereira Santos Gonçalves Neto, Vasco Maria de Figueiredo Cabral da Câmara, Rui José Nunes Correia, José João Pires da Rocha, Pedro Esteves Nunes dos Santos, Jorge Rodrigues Faro, João Henrique Vilhena Sacadura, João Luís Salgueiro Macieira, Marciano Gama da Costa, Maria Manuela Carvalho da S. Franco Pascoal, Manuel da Conceição Gomes, Aurora Margarida de Carvalho Santos Borges de Carvalho, António Proença Ribeiro;

Suplentes: Maria do Rosário Fonseca Caldeira Cabral, Maria da Conceição Silvestre Ribeiro Cardoso, João António Fonseca Sobral, Maria da Conceição de Carvalho Brasil dos Santos Moura, Maria do Céu Lopes Carvalheira Ponce Dentinho.

Portalegre — Teresa Maria Martins de Carvalho, Luis Fernando Correia Leite Rio, Aníbal Prazeres, António Manuel Camões Gouveia;

Suplentes: Manuel Duarte Mendonça Guimarães Pestana, Maria Margarida Correia Leite Rio.

Porto — António Cardoso Moniz, Carlos Faya Santarém, António Sousa Cardoso, Eurico de Campos Gondim, Ercílio Moreira de Azevedo, Gonçalo dos Reis Torgal, Luís Correia de Sá, António da Assunção Sampaio, José Paulo de Lencastre, José da Costa Reis, Jorge de Araújo Ribeiro, Mário da Silva Leal, Maria Júlia Padrão, Arlindo Figueiredo Ferreira, José Peixoto Queirós, Maria da Graça Leite de Castro, Pedro da Costa e Almeida, Eduardo Pinto da Silva, Sebastião de Albuquerque e Coutinho, Maria Teresa Vaz de Carvalho, Luís Gonçalves, Maria Madalena Garcia Nunes, Manuel Maria Ribeiro, Reinaldo de Lamave, Fernando Vieira Coelho, José Alberto Carvalho, Agostinho Ataíde Queirós, Júlio Serra da Cruz, Guilherme dos Santos Figueiredo, José Pedro Magalhães, José Eduardo Malheiro, Joaquim Lourenço, António José Ferreira dos Santos, Mário António da Silva, António Peixoto Alves, Mário Emilio de Azevedo;

Suplentes: Marie Therèse Sampaio, Manuel Arnaldo Rodrigues, Miguel Nunes da Ponte.

Santarém — Nuno Barros e Cunha, Luis Filipe Coimbra, António Pena Escudeiro, Francisco Machado Santos, Bernardes Espargosa, Joaquim Mendes dos Santos, Fernando Costa Camacho, Tomás Cardoso Ribeiro, João Pedro Marques de Abreu, João Manuel Ferraz da Gama, João Paixim Marques, Joaquim Ruivo Nogueira, Gonçalo de Sousa Ribeiro Teles, João Duarte Violante, António Henrique Galveias, Francisco Silva Santos.

Setúbal — António Borges de Carvalho, Jorge Portugal da Silveira, José Alfredo Matos Raposos, José Magalhães Mesquita, Celestino Oliveira, Orlando Vitorino, José Augusto Marques, Vasco Machete, Hernâni Gomes, José Leal Branco, Francisco Oliveira, Plínio Soares Mendes, Ricardo Correia,

Regina Escobar F. Araújo, Miguel Ribeiro Teles, Gonçalo Nemésio;

Suplentes: António Fonseca e Sousa, Fernando Figueiredo Santos, Joaquim de Jesus Oliveira, Maria Emilia Mendes, Anabela Oliveira.

Vila Real — Guilherme Menezes Fontes, Francisco Xavier Quadros de Moraes Sarmiento, António Matos Dinis, José Manuel Correia Rodrigues, Luís Augusto Afonso, António Vicente Ferreira;

Suplentes: José Maria Ferreira Moraes, José António Borges Martins, Maria Adelaide Fernandes, António Manuel Tavares Gomes de Sousa Otto.

Viseu — João Vaz Serra de Moura, João Carlos Mateus, António Pardete da Fonseca, José de Oliveira Baptista, José Luís Crespo de Carvalho, José Manuel Sobral Martins, Maria Teresa dos Santos Póvoas, António Moraes de Oliveira, Ulisses António Carneiro, João Marques de Oliveira;

Suplentes: Gabriel de Albuquerque Costa, Maria Amélia Touro Pereira, Maria Suzete da Costa Lopes, José Jorge Soares de Sousa.

Angra do Heroísmo — Humberto Manuel Almeida Sousa, Jacomo Augusto Paim de Bruges;

Suplentes: Francisco Jorge da Silva Ferreira, Francisco Fernando Borba, Maria Lisete Borges de Menezes Parreira de Bruges.

Emigrantes (resto do Mundo) — Álvaro Santiago Ponce Dentinho, Luis Augusto Grandvaux Barbosa;

Suplentes: José Manuel Pessoa de Amorim Durão, Carlos André de Moraes Sarmiento Pacheco Canto e Castro.

O riso eleitoral

Por BAAR

VAMOS POR AS COISAS DE UMA FORMA SIMPLES E DIRECTA!



OU GANHAMOS NÓS!



OU HÁ...



GOLPE!!!



O cidadão cumpre o seu dever

• O voto em representação

O princípio geral por que se rege o acto de votação é o da responsabilidade. Isto implica que, em princípio, só o próprio possa exercer esse seu direito de cidadão.

Há, contudo casos em que é permitido votar por representação no acto eleitoral. Gozam dessa faculdade os membros das forças armadas e militarizadas, os trabalhadores das repartições civis do Estado, das autarquias locais, dos estabelecimentos hospitalares, das empresas públicas ou das empresas concessionárias de serviços públicos que, no dia da eleição estiverem a prestar serviço e, por esse facto, não possam deslocar-se às assembleias de voto.

Os eleitores que se encontram nestas condições, poderão nomear um representante, desde que esteja inscrito na mesma freguesia e a quem passarão uma procuração com assinatura reconhecida pelo notário.

O princípio geral que funciona nestas circunstâncias é o de que cada representante só pode representar um cidadão eleitor. Abre-se uma excepção para os elementos das Forças

Armadas: uma só pessoa poderá representar vários cidadãos eleitores.

Além destes casos, poderão também votar através de representantes os indivíduos que, na data da eleição, se encontrem presumivelmente embarcados. Nestes casos, os cidadãos eleitores nomearão o seu representante através de dois telegramas iguais: um dirigido ao presidente da Junta de Freguesia respectiva e outro ao cidadão eleitor escolhido como representante, depois de nomeado o representante. Neste caso, mesmo que o representante esteja presente no dia da eleição, não poderá exercer pessoalmente o direito de voto devido aos riscos de voto duplo.

Quanto ao voto dos doentes, este é possível desde que as pessoas afectadas por males que lhes não permitam votar sôzinhas se façam acompanhar por um cidadão eleitor, por si escolhido. Neste caso, o acompanhante pode ou não estar inscrito na mesma freguesia, devendo no entanto manter o sigilo de modo a assegurar o segredo de voto. Entre outros, encontram-se neste caso os cegos.

eleições

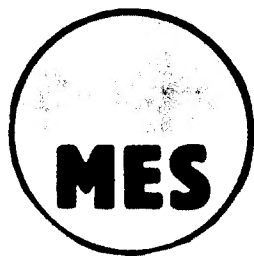
salientou que o esclarecimento do eleitor não se faz com cartazes e com slogans. Entretanto, a televisão ia apresentando cartazes (dois) do P. P. D. Um: «Portugal está connosco». Manifestando o propósito de acabar com os mitos, Helena Roseta, deputada pelo P. P. D. à Constituinte, enunciou as mazelas de que o País sofre e para as quais o P. P. D. (a social-democracia, sublinhou) têm já soluções concretas. Enumeradas (as mazelas): desemprego, crise económica, situação dos retornados, situação dos agricultores, insuficiência da rede hospitalar, anarquia do ensino, a dogmatização marxista nos seus programas e aumento de criminalidade.

Estes os pontos para que o P. P. D. diz ter a solução adequada. Estes os cavalos de batalha de uma campanha eleitoral que agora na televisão começa.

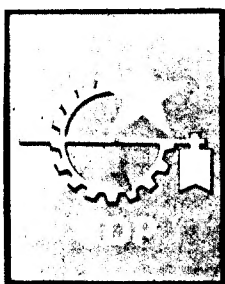
Finalmente: o P. D. C. Elogio de Sanches Osório, o ataque ao «gonçalvismo», a definição como partido: «partido da família portuguesa, da dignidade humana». Partido que «defende a transcendência cristã» e «combate ao socialismo quer marxista, quer o liberal», partido de «democracia personalista» que «admite corpos intermédios» mas que «não defende as massas» nem aceita «a violenta luta de classes».

Em suma: «A pessoa é anterior à sociedade» — reflecte o P. D. C. pela voz do seu dirigente Santos Ferreira.

HOJE CARTAZ ELEITORAL



Lisboa: S.I.P.E., às 17 e 30; Alcoitão, às 21 e 30; Bombeiros Voluntários de Oeiras, às 21 e 30; Amadora, às 21 e 30; CIDUL, às 17 e 30; Sport Lisboa e Alcantara, às 21 e 30; Oficinas do Metro de Sete Rios, às 18; Fetais, às 21 e 30.

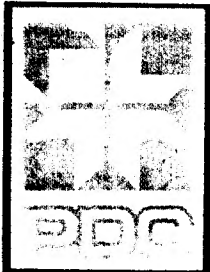


U.D.P. — Distrito de Lisboa: Ajuda, Colectividade do Alto do Cruzeiro, às 21 e 30; Birre (Cascais), Escola Primária, às 21; Olivais, Grupo Desportivo «Os Pobreziños», às 21; Algés, na Habitação de Miraflores, às 18.



Lisboa: Albufeira, às 21; Cardosas, às 21 e 30; Pena, escola n.º 1, às 21 e 30; Sede do C.D.S., às 21 e 30;

S. Marcos, às 21 e 30; Linda-a-Velha, às 21 e 30.



P.D.C. — Distrito de Lisboa: Hotel Príncipe, às 21 e 30; Alapraia (S. João do Estoril), na sede do Sporting Clube Recreativo Alapraia, às 21 e 30.



P.P.D. — Sessões de esclarecimento em Bicesse (Cascais), Encarnação (Mafra), S. Domingos de Camões (Torres Vedras)



Lisboa: Santa Iria da Azóia, na Soc. Recreativa 1.º de Agosto, com Manuel Serra, às 21 e 30.



P.C.P. — Distrito de Lisboa: Lisboa, visita e sessão na empresa CRGE, com Álvaro Cunhal, às 17 e 30; Lisboa, nas instalações da Celegrafe; Lisboa, nas instalações da C.P. no Rossio; Vila Franca de Xira, no Soc. Industrial; Alhandra, na empresa Cimianto; S. João da Talha, na Robialac; Santa Iria de Azóia, na fábrica Facilima; Cascais, na Rover, todas às 18; Lisboa, na Carris, no Arco do Cego, às 18 e 15; Lisboa, na garagem dos Serviços Médico-Sociais; Sacavém, na fábrica Copan, ambas às 18 e 30; Lisboa, mesa-redonda na Cooperativa Elo, às 19; Cabo Ruivo, nos estabelecimentos J. B. Fernandes, às 19 e 30; Olivais, no Grupo Recreativo; Prazeres (7.ª Zona), na R. do Possolo, n.º 7; Estoril (Alenquer); Pónte de Lousa (Loures), na Soc. Recreativa; Guerreiros (Loures); Outurela (Carnaxide), na Aliança Operária, todas às 21; Santa Engrácia (4.ª Zona); Odrinhos (Sin-

tra); Montelavar (Sintra); Queluz, no salão dos Bombeiros, todas às 21 e 30.



Lisboa: Oeiras, nos Bombeiros; Olivais, na Escola Fernando Pessoa; Póvoa de St.º Adrião, na Sociedade Povoense; Lapa, no Vendedores de Jornais Futebol Clube; Aveiras de Baixo (Azambuja), na Casa do Povo; S. João Talha (Bobadela), no Futebol Clube S. Joãoense; Damaia, na secção do P.S.; Massamá (Queluz), no Pavilhão Clube Recreativo; Idanha (Belas), na Sociedade Bandolinistas 22 de Maio; todas às 21 e 30; Amadora, na Estação; Queluz de Baixo, nos Laboratórios Beyersdorf; ambas às 18 e 30; Marteleira (Lourinhã); Fonte Grada (Lourinhã); Refugiados (Alenquer); Arruda dos Vinhos; Sobral de Albufeira, todas às 21 e 30.

L.C.I. chamada ao C.R.

Dirigente da L. C. I., Liga Comunista Internacionalista, foram ontem chamados ao Conselho da Revolução a fim de lhes ser chamada a atenção para um determinado tipo de linguagem utilizado pela organização numa recente emissão via radiofónica de propaganda eleitoral. De acordo com um telegrama da Anop, que cita fontes próximas do C. R., a linguagem em questão foi considerada susceptível de perturbar a unidade e a coesão das

Forças Armadas. Entretanto, e ainda segundo a mesma agência, o C. R. fez constituir várias comissões de escutas de rádio e televisão, para detecção de irregularidades ou desvios de linguagem nas diversas emissões de responsabilidade partidária. A Anop esteve em contacto com a L. C. I., a propósito. E a propósito, da L. C. I. disse-lhe: «Não é com reuniões com o C. R. que se resolvem os problemas do C. R.».

P.C.P. (M-L)

Candidaturas rejeitadas em três círculos

As candidaturas apresentadas pelo P. C. P. (m-l), Partido Comunista de Portugal (marxis-

ta-leninista) foram recusadas em três círculos: Aveiro, Beja e Évora, por decisão dos respectivos juizes-corregedores. Motivo: na altura em que as candidaturas foram apresentadas, o P. C. P. (m-l) tinha ainda a sua legalização dependente de decisão do Supremo Tribunal de Justiça.

A organização interpôs recurso para os Tribunais da Relação. Estes confirmaram as decisões dos corregedores.

CONVIDADOS DA A.O.C.

Convidados pela A.O.C., Aliança Operário-Camponesa, encontram-se em Portugal três dirigentes de organizações m-l estrangeiras: Noel Callegan e Jean Pierre Alix, do MIL, Movimento Francês pela Independência e Liberdade, e Alfredo Hoyer, da Liga Alemã contra o imperialismo. Foram ontem recebidos na sede da A.O.C. e encontram-se hoje no Porto. Amanhã estarão de novo em Lisboa onde deverão participar num colóquio sobre a Europa e independência nacional, a realizar, supomos, na sede da A.O.C.

ESCOLHA DAS MESAS DE VOTO

Termina hoje o prazo marcado pelos partidos do seu delegado para cada assembleia de voto. A estes delegados incumbem proceder à escolha dos membros das mesas das secções de votos. Contudo, ontem ainda, a indicação dos elementos dos diversos partidos encontrava-se atrasada, pelo que se punha a possibilidade de a escolha ser feita directamente pelos presidentes dos municípios, usando da faculdade que a lei lhes confere nestes casos.

Os nomes dos membros da mesa, escolhidos por uma ou outra forma, serão afixados em edital à porta das respectivas sedes das juntas de freguesia. Contra a sua escolha poderá ser apresentada reclamação perante o presidente da câmara.

Os delegados têm o direito de fiscalizar plenamente todas as operações eleitorais.

O VOTO NA RUA

É necessário que a esquerda não esbanje os seus votos e ... terá que definir as suas alianças são frases correntes e expressões que sobem de tom e de intensidade à medida que a campanha eleitoral avança.

São os candidatos dos partidos de esquerda que em comícios e sessões de esclarecimento assim se exprimem, enquanto o eleito vai ouvindo ali e fixando acolá para decidir. Terá ele a mesma opinião? Acreditará que estas eleições para a Assembleia da República possibilitarão a formação de um Governo eminentemente de esquerda?



INFILTRAÇÃO

«Vai ser difícil, porque mesmo nas cidades e nos círculos eleitorais mais progressistas os partidos de direita infiltraram-se com enorme facilidade nos últimos meses, quando a esquerda, em vez de corrigir os seus erros estratégicos os avolumou. Agora, claro, vai ser difícil, e vamos contentar-nos com o Pacto Constitucional, que ainda é o melhor garante para os verdadeiros progressistas, para a juventude, para os explorados deste país.»

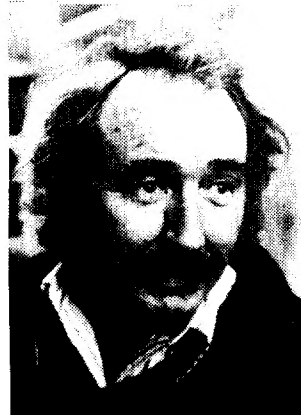
Assim nos falou João António Tomé, 21 anos, montador de «off-set», serviço militar já cumprido, que também nos disse que a actual conjuntura política e o peso de todos e cada um dos partidos é bastante diferente das condições do ano findo.

PERSONALIDADE

«Não, não creio que a esquerda tenha grandes possibilidades nestas eleições, sobretudo se tivermos em conta os erros que cometeu e os excessos a que recorreu enquanto ordenava neste país. Além disso tem muita falta de personalidade», disse-nos Fernando Coelho, comerciante, 43 anos, «embora eu lhe reconheça muita força. Mas em eleições livres e num processo democrático a força não é tão significativa como parece».

INCÓGNITA

«Não sei, isto é tudo uma incógnita tão grande... Sabe, eu creio que ainda depende das propostas e dos programas que nos forem apresentados», palavras de Maria de Fátima Purificação, casada, dactilógrafa. Acompanhada de um dos seus filhos ainda nos declarou: «Não tenho ideia nenhuma sobre os programas dos partidos, mas, claro, sei



em qual devo votar. Vamos lá a ver como é que as coisas vão correr».

SARDINHA

«Não me chateie que eu não percebo nada de política. Palavra, palavra que não percebo nada de política, você não acredita? E olhe que eu não quero a minha cara no jornal», disse-nos e advertiu-nos Lina Dias (Lina que pode ser de Rosalina, Celina ou Idalina, não é?).

«Não quero saber dessas coisas, não acredito em partidos nem em ninguém, porque estou convencida que o que eles querem é puxar a brasa à sua sardinha.» (Lina Dias é empregada de escritório nas horas de expediente e frequenta uma escola nocturna no Bairro Alto).

CAMPANHA NA RÁDIO E NA TELEVISÃO

Radiodifusão Portuguesa: 19 horas — CDS; 19 e 10 — UDP; 19.20 — MES; 19.30 — LCI; 19.40 — CDS; 19.50 — UDP; 20 — PCP; 20.10 — PPD; 20.20 — MRPP.
Rádio Renascença: 10.10 — PDC; 10.20 — PCP (ML); 10.30 — AOC; 23 — PCP; 23.10 — PDC; 23.20 — UDP; 23.30 — MES; 23.40 — AOC; 23.50 — FSP.
RTP: 13.30 — AOC; 21 — MRPP; 21.10 — PS; 21.20 — CDS.

P.D.C. em Alfragide

Ir como crítico para a Assembleia

«O P.D.C. continuará a lutar pelos princípios da democracia cristã e da doutrina social da Igreja», disse um representante da J.D.C. Juventude Democrática Cristã, ontem à noite no Seminário Nossa Senhora de Fátima em Alfragide, durante uma sessão do Partido da Democracia Cristã.

Durante a sessão falaram alguns oradores expondo pontualmente as posições da organização perante os problemas fundamentais com que o país se debate.

Loureiro de Lemos, retornado de Angola e candidato do partido pelo círculo de Viseu pôs em questão os sucessivos governos provisórios, nomeadamente a descolonização e a

Reforma Agrária.

Raoso Magalhães, da J.D.C.: «graças à sua ideologia e à força de carácter dos seus membros» (disse que) o P.D.C. sobreviveu à crise que teve de viver desde 11 de Março do ano passado, quando o C.R. o impediu de concorrer às eleições para a Constituinte, considerando o seu então secretário-geral, Sanches Osório, envolvido na intenciona-

O mesmo dirigente da organização da juventude do P.D.C. sintetizou assim a posição do partido perante a presente campanha eleitoral: «O nosso partido não está a pensar ganhar as eleições, mas interessado em conquistar lugares na Assembleia da República para ali estar como crítico.»

Exército vai garantir liberdade eleitoral

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas decidiu, tendo em vista a garantia durante o período eleitoral do exercício da liberdade e dos direitos fundamentais, conferir ao Exército a tomada de todas as medidas necessárias para o efeito.

É o que se infere do seguinte comunicado do Estado-Maior do Exército:

«1 — Por despacho de 6 de Abril de 1976, do general-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, foi atribuída ao Exército a responsabilidade de promover, durante o próximo período eleitoral, as medidas necessárias à garantia do livre exercício dos direitos fundamentais dos cidadãos, particularmente no que respeita ao direito de reunião, manifestação e votação, conforme legislação em vigor.

«2 — Nestas circunstâncias, para efeitos de planeamento, coordenação e «controle» das actividades conducentes à referida finalidade, foi criado no Estado-Maior do Exército um centro conjunto de operações, do qual fazem parte delegados dos restantes ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança.»